

A Defesa Nacional

N.º 644

JUL/AGO 1972

Neste número :

- Editorial
- Caxias e a Bahia
- A Formação dos Oficiais do Exército Através da História
- Infantaria Blindada
- Os Princípios de Guerra nas Operações Psicológicas
- Pista de Resação
- O Amanhã Começa Hoje
- As Condições Meteorológicas e o Combate

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
59.º

Rio de Janeiro, GB — Julho/Agosto de 1972

Número
644



ÍNDICE

	Página
cat. DUQUE DE CAXIAS — PATRONO DO EXÉRCITO	3
CAXIAS E A BAHIA — Gen R/1 Joel da Silva Oliveira	5
A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO ATRAVÉS DA HISTÓRIA — Maj Eng QEMA Alcestes Guanabarro de Oliveira	19
INFANTARIA BLINDADA — Oficiais do 24.º BIB	35
OS PRINCÍPIOS DE GUERRA NAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS — Maj Inf QEMA Filadelfo Reis Damasceno	41
PISTA DE REAÇÃO — Maj Inf QEMA Armando Encarnação Moreira ...	47
DIA DA ENGENHARIA — Gen Almir P. de Castro	77
AMANHÃ COMEÇA HOJE — Trad. de Ten Cel P. Marcos	81
POR QUE OS COMANDANTES DEVEM TER NOÇÃO DE ESTÍMULOS E RECALQUES? — Maj Alfred C. Longley	95
DESENVOLVIMENTO COM SEGURANÇA PARA O BEM COMUM — Cel Int QEMA Bernardo de Luna Freire	105
SUBSÍDIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESPORTOS (Continuação) — Maj J. A. Pires Gonçalves	111
ESTRATÉGIA EXTERNA E EMPRESA MULTINACIONAL — Min João Paulo dos Reis Velloso	129
NOSSOS LEITORES PERGUNTAM	135
AS SECRETARIAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E A TVE — Gen Bda Ref Taunay D. Coelho Reis	138
PROVAS DO EXAME DE ESCOLARIDADE AO CAS/72 (Continuação) ...	141
HA CENTO E CINQUENTA ANOS	156
AS CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS NO COMBATE	160

Duque de Caxias — Patrono do Exército

É SEMPRE difícil dizer alguma coisa de novo sobre Caxias sobretudo para leitores de uma Revista da natureza da nossa. Assim, buscaremos obter, de um velho tema, uma nova maneira de apresentar uma idéia à consideração dos companheiros.

Parodiando André Maurois, um escritor patricio pergunta se as biografias encerram algum valor filosófico. E ele próprio responde afirmativamente assegurando que "certas vidas são sempre governadas por um princípio, recôndito e imutável, que orienta todo o seu comportamento".

Aquele que pesquisar a vida do Condestável do Império encontrará, certamente, uma constante a reger todos os seus atos desde a sua infância até o seu ocaso. Essa constante é notada em vários fatos ligados à sua vida em que pese a variedade e complexidade dos postos militares e civis que dignificou com sua atuação.

Vejamos alguns desses fatos e procuremos, ao final, fazer a ilação.

Na Bahia, em 1823, conduzindo, pela primeira vez, seus homens ao fogo, defendendo a Independência recente, o faz com a bravura consciente daqueles que cumprem o seu dever.

Mais tarde, no 7 de abril, permaneceu junto ao Imperador e, embora de pensamento e coração com o povo, cedeu ante a disciplina e o que jurou como obrigação.

Nos episódios da Abrilada e Balaiada age dentro do mais estrito cumprimento do que lhe fora determinado.

Em 1842, quando Feijó, ex-Ministro da Justiça, o interpela sobre o fa'ço de Caxias o haver combatido, a resposta denota sua fidelidade constante que estamos salientando. Disse o nosso atual Patrono: "... as ordens que recebi de S.M. o Imperador foram em tudo semelhantes às que me deu o Ministro da Justiça da Regência em abril de 1832, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse, e da mesma maneira que as cumpri as cumprirei agora".

Finalmente, após abandonar a presidência do Conselho de Ministros do Império em 1852, almeja merecido repouso e assim narra a Osório o episódio da negativa a seu pedido: "Tencionava dar um passeio à Europa, mas falando nisso ao Imperador, foi logo me dizendo que não dava licença. Portanto, devo continuar aqui amarrado ao poste, até que Deus se lembre de mim".

Os trechos acima são suficientes para trazer à luz que desde a juventude até a velhice as atitudes do Duque de Caxias, invariavelmente, são pautadas por um só sentimento: o "disciplinado cumprimento do dever".

Em seu exemplo, na história de sua carreira, naquilo que simbolizou em determinadas ocasiões da vida nacional iremos buscar as lições e o rumo para os transe que atravessarmos pois a filosofia de vida do grande soldado foi a de "servir disciplinadamente ao Brasil, cumprindo estritamente o seu dever".

CAXIAS E A BAHIA

Gen B/1

JOEL DA SILVA OLIVEIRA

A Nação, pelas suas classes mais representativas e particularmente o Exército, que o elegeu seu patrono, a cujo quadro pertenceu desde os albores de sua existência, rende anualmente a CAXIAS, na Semana do Soldado, o culto da sua admiração e do seu reconhecimento pela soma inestimável de serviços que prestou à Pátria, consolidando a sua Independência, esmagando revoluções, pacificando províncias do Império, vencendo os nossos inimigos externos em três guerras em que se empenhou o Brasil, consagrando-se o "maior guerreiro de todo o hemisfério", mais feliz do que Simon Bolívar, "pois não conheceu o travo da derrota", saindo vitorioso em nada menos de quinze combates e de duas batalhas em que se empenhou.

CAXIAS nasceu predestinado à carreira das Armas, atingindo todos os postos da hierarquia militar pelos relevantes serviços prestados, exerceu altos postos na política do País, foi agraciado com as mais altas condecorações do Império e o título nobiliárquico de Duque, o único brasileiro que mereceu tão elevada distinção.

Escrevendo sobre "CAXIAS e o seu papel histórico", acentuava Oliveira Vianna: "Grande e gloriosa nação somos hoje sem dúvida, mas se assim somos foi porque, desde o berço da nossa nacionalidade e durante todo o seu período de crescimento, a espada de CAXIAS impediu que o inimigo interno, perturbando a ordem, nos dividisse, e o inimigo externo, pisando o nosso território, nos exprobrasse".

Em 1903 o Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro, desejando comemorar condignamente o centenário do nascimento do grande brasileiro, propusera a Euclides da Cunha escrever uma biografia do DUQUE DE CAXIAS. Euclides se achava em Lorena e em carta ao Secretário do Instituto aceitava a incumbência, que qualificava de "nobilitador encargo", comunicando haver iniciado a leitura da vida do "grande herói tranqüilo", afirmando que "escrever sobre tão extraordinária figura, seria simplesmente descobrir e estabelecer as origens do Brasil contemporâneo".

Infelizmente, o destino cruel que roubou tragicamente a vida daquele espírito privilegiado, não permitiu que ele cumprisse a palavra empenhada, enriquecendo com a sua pena brilhante a bibliografia do nosso maior soldado.

Apraz-me recordar CAXIAS nas comemorações do Sesquicentenário da Independência; apraz-me recordar CAXIAS neste glorioso Estado da Bahia, cenário das primeiras emoções da sua brilhante carreira de soldado; apraz-me lembrar a atuação de CAXIAS nas lutas pela nossa Independência onde revelou virtudes cívicas e militares que o conduziram aos cimos da glorificação nacional.

* * *

Essa a nossa história que o Príncipe Regente D. Pedro, a 7 de setembro de 1822, nas margens do Ipiranga, num gesto de revolta às exigências da Corte Portuguesa e já inteirado da realidade brasileira, declara a nossa Independência política, rasgando os laços que nos uniam a Portugal.

Na Província da Bahia o "Núcleo da Cristalização do Brasil", grandes contingentes de tropas ao mando do Chefe experimentado que era o General Madeira, resolveram oferecer resistência às determinações das autoridades brasileiras para deixar o País.

Desde fevereiro de 1822 que já existia entre portugueses e brasileiros "estado de ânimo irreconciliável", e que só veio a resolver-se pela vitória das nossas armas, em 1823.

No Arraial do Pirajá, nas proximidades da Capital da Bahia, começa a concentração dos independentes, tendo para ali se dirigido, em primeiro lugar, o Tenente-Coronel

Joaquim Pires de Carvalho Albuquerque, depois Brigadeiro e Visconde de Pirajá, tomando posição com seus guerrilheiros.

Soldados brasileiros que fugiam da Capital para os engenhos e propriedades próximas, principalmente para as Vilas de Santo Amaro, Cachoeira e São Francisco, constituíram o núcleo da organização do futuro Exército Libertador, cujo efetivo aumentava progressivamente, com levas de voluntários procedentes de vários pontos da Província rebelde.

As hostilidades se iniciaram a 25 de junho de 1822, na Vila da Cachoeira, com a tomada de uma canhoneira lusitana, a viva força.

Assumindo o Império a direção da guerra na Província da Bahia, nomeia o General Pedro Labatut para o Comando do Exército e o Almirante Cochrane para Chefe das operações navais. Sob a direção desses dois Chefes, tomam novos rumos as operações militares.

Lançando-se à ofensiva, o General Madeira é derrotado nos combates de 8 de novembro, 19 de dezembro e a 7 de janeiro de 1823, no ataque à Ilha de Itaparica.

Para reforçar o Exército de Libertação, decide-se a vinda do Batalhão do Imperador. A 26 de janeiro de 1823, algo de anormal se registra nas ruas centrais da Capital do Império; desfila ao som da Banda Marcial, vistoso no colorido do seu uniforme, onde se destacam o verde e o amarelo das cores nacionais, imponente no conjunto dos seus oficiais e soldados, armas luzidias ao sol, a nova unidade do Exército Nacional, o Batalhão do Imperador, tropa de elite, mandado organizar por decreto de 18 de janeiro, com o objetivo de "proporcionar à Bahia os meios de a tornar livre da opressão".

Por onde passava despertava atenção e entusiasmo; comandava-o o Tenente-Coronel José Joaquim de Lima e Silva e no conjunto dos seus oficiais, "escolhidos entre os de excepcional valor", destacava-se pelo garbo marcial um jovem Tenente — LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA — futuro Marechal, o Duque de Caxias.

No cais esperava-o, fogos acesos, a esquadra que devia conduzi-lo à Província da Bahia, o teatro das operações de guerra entre nacionais e portugueses.

O seu efetivo era de 880 soldados, escolhidos homem por homem pelo próprio Imperador, que para esse fim mandou reunir no Campo de Santana toda a tropa disponível da guarnição da Corte. A proporção que passa em revista a tropa vai mandando que os escolhidos dêem um passo à frente; tipos atléticos de soldados — altos, espadaudos, decorativos modelos de plástica em rígidos figurinos guerreiros e cujo conjunto deve constituir luzida e forte guarda preto-riana como a dos “Comares de Roma”.

Era a primeira missão que ia desempenhar a garbosa unidade, missão altamente significante e honrosa, qual a de cooperar para expulsão definitiva das tropas lusitanas das terras do Brasil livre e independente.

A viagem ocorreu sem incidentes; a 22 de fevereiro o Batalhão desembarcou em Jaraguá e a 24 de março se reunia em Pirajá ao Exército sob a chefia do General Labatut, que continuava sitiando a Cidade de Salvador, constituindo-se mais uma Brigada, a do centro, cujo comando foi confiado ao Coronel LIMA E SILVA.

A 3 de maio o Batalhão do Imperador, pela primeira vez, se empenhava em combate, nele tomando parte ativa e recebendo o seu batismo de fogo, o jovem Tenente LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, “revelando as excepcionais qualidades de iniciativa, comando, inteligência e bravura que lhe esmaltaram o resto da vida com o fulgor da coragem e do triunfo”.

Entre o General Labatut e Comandantes de Brigadas surgiram sérias desinteligências que estiveram na iminência de comprometer o êxito da campanha; o excesso de disciplina e certos atos do seu comando acabaram por comprometer o General, que foi destituído, decisão tomada em Conselho de Oficiais, lavrando-se uma ata. “O bravo Ajudante do Batalhão é obrigado a submeter-se à deliberação da maioria. Está em jogo a autoridade do seu próprio tio”.

CAXIAS assina a ata, mas em último lugar. É um protesto. Já muito cedo se revela no militar apenas no início da carreira, aquele espírito de justiça, de disciplina e de severidade que será mais tarde o apanágio de todos os seus atos”.

A 21 de maio, o Coronel José Joaquim de Lima e Silva assume o comando do Exército Libertador, continuando o assédio da cidade onde a situação do General Madeira era cada dia mais crítica.

A 3 de junho, CAXIAS volta novamente à ação, no comando de uma companhia quando, atacando uma fortificação do inimigo, luta a baioneta, corpo a corpo, obrigando-o a retirar-se e perseguindo-o até vê-lo desaparecer em suas linhas, dando provas de sua bravura pessoal.

Foi este o último encontro de iniciativa do comando, limitando-se então as operações a simples encontros de patrulhas e a troca esporádica de tiros entre sentinelas dos postos avançados de ambos os lados.

A idéia de LIMA E SILVA era impor a rendição ao General inimigo.

Madeira reúne os seus oficiais e ante o dilema de se entregar ou abandonar a cidade, resolve retirar-se.

Na madrugada de 2 de julho, a um tiro convencional de canhão, 11.294 homens, soldados e marinheiros, embarcam para imediata partida. O Exército não se retirava. Fugia — na expressão feliz de Pedro Calmon.

Rápida, a notícia chega ao acampamento dos independentes, onde os Chefes reunidos aprontam os planos para entrada na cidade abandonada pelo inimigo.

O Exército Libertador, dividido em duas colunas, penetra na cidade por dois caminhos diferentes. Pela Estrada das Boiadas marchou a coluna do Coronel LIMA E SILVA, com seu Estado-Maior, no qual figurava Maria Quitéria, a heroína da Independência, na vanguarda o Batalhão do Imperador tendo como ajudante o Tenente LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, que desfila pelas ruas da capital baiana sob os aplausos delirantes dos seus habitantes.

“O Pavilhão do Império passa, erguido nas mãos do jovem ajudante do Batalhão. É ainda a mesma Bandeira que CAXIAS recebera das mãos de D. PEDRO na Capela Imperial e que tão cedo vira trocar-se o véu do incenso, em que se batizara, pela nuvem de pólvora que agora lhe traz a glorificação da guerra e da vitória”.

Diante da histórica fortaleza do Barbalho, detém-se a parada da liberdade. Nas suas ameias, hasteia-se o Pavilhão Nacional, que é saudado por salvas de artilharia de peças desencravadas do próprio Forte.

Quem hasteou o Pavilhão auriverde na citada fortaleza? O jovem ajudante do Batalhão do Imperador ou o Alferezes Adrião, que nele figurava como criado do Imperador?

Admitimos, com alguns historiadores e com fundamento na organização militar, que esta honra insigne de hasteamento da primeira Bandeira Imperial do Brasil na cidade redimida coube ao Tenente LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, futuro Duque de Caxias.

O Exército continua a sua marcha triunfal pelas ruas estreitas e aladeiradas da capital da Província.

Reunidas as duas colunas no Terreiro de Jesus "os Batalhões se congregaram e, as armas em sarilho, a paz foi ovacionada por dez mil homens — os heróis da jornada, os fatores da Independência, os leões da epopéia".

"A luta pela Independência, escreveu Bernardino de Souza, durou de 25 de junho de 1822 a 2 de julho de 1823; nela se empenharam de lado a lado, treze Brigadas, mais de trinta batalhões, noventa e sete navios com novecentas e trinta e quatro peças de artilharia e vinte mil, oitocentos e nove homens das três armas; feriram-se dezenas de encontros, quatro batalhas campais e sérios combates no mar, em todos se atestando o valor dos guerreiros da libertação do Brasil."

Afrânio Peixoto encerrando brilhante conferência pronunciada em 2 de julho de 1923, no Instituto Geográfico e Histórico, disse: "Derramamos sangue, o nosso sangue... só por isso nos atrasamos no caminho, só por isto chegamos tarde à festa... Mas, também, brasileiros do Brasil inteiro que me ouvis, mas também, só depois de 2 de julho de 1823, é que sois completamente livres... realmente livres.

E isto foi a dádiva da Bahia à Independência do Brasil."

Pelo Comando-Geral do Exército foi designado o Quartel da Mouraria, onde hoje se encontra instalado o QG da 6.^a Região Militar, para alojamento do Batalhão do Imperador; no velho casarão Caxias permaneceu na capital balana dedicado à vida de rotina da caserna e à prática da religião católica de que era fervoroso adepto.

A presença do Batalhão do Imperador em Salvador ficou marcada por incidentes envolvendo soldados e oficiais do seu efetivo. O primeiro deles registrou-se nas proximidades do Quartel do Carmo, quando uma patrulha da referida Unidade foi agredida por soldados do 5.^o Batalhão, saindo feridas várias praças do Batalhão de CAXIAS. O incidente desagradou profundamente a oficialidade que em ofício enérgico, dirigido ao seu Comandante efetivo, Coronel LIMA E SILVA, então no Comando das Armas, solicitava providências para "o pronto regresso de todo este Batalhão para a Corte do Rio de Janeiro".

Por sua vez, o Coronel LIMA E SILVA, solidário com seus oficiais, dirige-se ao Presidente da Província, propondo "a retirada já e já do serviço da guarnição, do Batalhão que não sofre no meio do serviço insultos".

A situação era de fato inquietante; para solucioná-la, por ordens superiores, os soldados das duas Unidades marcharam, completamente desarmados, para a Praça da Piedade, onde mutuamente se abraçaram, encerrando, na aparência, e de modo cavalheiresco, as suas desinteligências.

Serenados os ânimos, outro incidente se verifica na cidade baixa, desta vez com as praças do 1.^o Batalhão, aumentando o desassossego na previsão de novos acontecimentos que felizmente não surgiram.

Em 19 de setembro, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos promove, em regozijo pela restauração da cidade, uma imponente procissão na qual CAXIAS toma parte com a sua Unidade.

Em outubro, a cidade se enche de boatos terroristas, ameaças de revolução e subversão da ordem pública previstas para o dia 12, quando se comemoraria a solene aclamação do novo Imperador.

Reunidos em Palácio, a 9, o Comando-em-Chefe e os Comandantes dos Corpos, estes revelam ao Presidente da Província a existência da conjura visando afastar do Comado das Armas o Coronel LIMA E SILVA, que ali mesmo, em benefício da tranqüilidade da família baiana, se demite das suas funções.

Inteirados dos fatos no dia imediato, CAXIAS e os oficiais do Batalhão do Imperador compareceram ao Palácio e depois de protestar "toda a maior submissão ao Governo representaram o que muito lhes convinha, regressar com maior brevidade à Corte, visto ter-se conseguido com tanta glória o motivo de sua missão, e ter-se demitido o seu Chefe, a quem queriam acompanhar, finalmente para não acontecer que houvesse alguma indisposição entre os soldados do seu Corpo e os da terra, o que mostrava a experiência ser fácil de acontecer".

Atendendo a solicitação dos oficiais, o Batalhão do Imperador foi dispensado do serviço enquanto se preparava para regressar à sua sede.

Passam-se os dias na ansiosa espera dos transportes e o Batalhão do Imperador "instava pela sua retirada".

Achando-se a Província "sobrecarregada de enormes dívidas" e não dispondo de meios financeiros para custear a viagem, contratou o transporte do referido Batalhão correndo as despesas respectivas por conta da Intendência da Marinha na Corte com exceção da sumacra "Esperança" que deveria na Bahia receber a respectiva importância.

"As circunstâncias expostas — declarava em ofício o Presidente da Província — não só obrigarão a tomar tal medida como também a não irem pagos das competentes etapas os oficiais do sobredito Batalhão, fazendo-se-lhes somente o ajuste das contas para serem deles pagos nessa mesma Corte."

A 5 de novembro de 1823 o Batalhão do Imperador, sob os olhares agradecidos da população da capital baiana, embarca com todo seu efetivo para a Corte, onde chega a 16; "volta cheio de glória, trazendo para o Paço recordações guerreiras bravamente conquistadas nos campos de Pirajá".

Em officio de 23 de novembro, dirigido ao Ministro da Guerra, o seu Comandante elogia vários dos seus officiaes pela sua conduta nas operações de guerra na Província da Bahia, mencionando o Tenente LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, afirmando que elles "desempenharam magnificamente as diferentes comissões de que foram encarregados, e sua bravura e habilidade concorreram muito para o bom êxito das operações e devem merecer em primeiro lugar a alta consideração de Sua Magestade Imperial".

A 22 de janeiro de 1824, o jovem official, na idade de 20 annos é promovido a Capitão "em attenção aos serviços prestados e à extraordinária bravura demonstrada nos encontros travados em 23 de março, 3 de maio e 3 de junho na campanha da Independência da Bahia".

"É na verdade uma promoção que desperta comentários, mas, rapidamente se espalhara a fama das suas virtudes militares e dos exemplos de abnegação e bravura, de que dera provas entusiásticas nas heróicas terras baianas."

Como recompensa à sua exemplar bravura, CAXIAS foi agraciado com a insígnia de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, por decreto de 17 de fevereiro de 1824, sendo a primeira condecoração a que fez jus.

A Bahia viveu sempre nas recordações do grande soldado. Encontrando-se com o Batalhão do Imperador na Cisplatina, recebeu CAXIAS a sua segunda condecoração, a Medalha da Independência, também conhecida por Medalha da Restauração, criada por decreto de 2 de julho de 1825.

Nas citadas condecorações, pendentes do seu peito, estava presente a lembrança da Bahia, das suas primeiras atuações, elle que se orgulhava, conforme afirma Capistrano de Abreu, de ser um dos "Veteranos da Independência".

Na Província do Maranhão, "sem nenhum pensamento de ordem social ou politica", inicia-se em dezembro de 1833 o movimento revolucionário conhecido na nossa história como A Balaiada, para assumir, em fins de 1839, proporções assustadoras, ameaçando estender-se a todo o norte do País. Por carta imperial de 12 de dezembro de 1839, confiou o Governo a Presidência da Província do Maranhão ao Coronel LUIZ

ALVES DE LIMA, nomeando-o Comandante-Geral das Forças em operações contra os rebeldes, com poderes para "agir segundo as circunstâncias melhor o aconselhassem".

Organizando as suas Forças, escolhendo seus auxiliares entre os "oficiais prestantes e de reconhecida probidade" e denominando-os "Divisão Pacificadora do Norte", parte do Rio de Janeiro, a 22 de dezembro, no vapor "S. Sebastião", conduzindo no "Duque Berenger" as munições e demais equipamentos necessários para a campanha que ia enfrentar.

O vapor "São Sebastião" tocou na Bahia que CAXIAS revia pela segunda vez na sua vida; aqui embarcou um pequeno contingente sob o comando do então 1.º Ten de Artilharia Alexandre Gomes de Argolo Ferrão. O futuro Visconde de Itaparica encontrava-se na sua Província natal em gozo de licença para tratamento de saúde, oferecendo-se para seguir para o Maranhão, onde a sua atuação foi das mais destacadas e eficientes. Encontraram-se depois, avançados na carreira militar e no caminho da glória, na campanha do Paraguai — CAXIAS Comandante-em-Chefe dos Exércitos Aliados e Argolo à frente de um Corpo do Exército cujo Comando lhe fora confiado pelo grande soldado. Na ponte de Itororó ambos se cobriram de glória imorredoura — Argolo, ferido quando em pessoa comandava os seus homens; CAXIAS com o seu gesto e atitude de verdadeiro soldado e patriota impondo a decisão do mortífero combate, no qual se engajou, depois de convidar a segui-lo "os que fossem brasileiros".

Argolo retirou-se para a Bahia, coberto de glória, o peito brilhando de condecorações — a Medalha do Mérito Militar, que lhe foi concedida em atenção aos reiterados atos de bravura — agraciado com o Título de Visconde de Itaparica, para morrer aos 49 anos de idade, Marechal do Exército, uma existência curta em anos, pródiga de serviços à Pátria.

CAXIAS, que sabia premiar com raro descortino e justiça, qualificou-o de "General Modelo", oferecendo-lhe, como prova de sua amizade e reconhecimento, uma espada de ouro, que o Visconde trazia à cinta quando desembarcou nos braços do povo desta cidade, que o recebeu como um autêntico herói, uma das maiores manifestações públicas registradas nos anais da Bahia.

Mais feliz, CAXIAS continuou a sua ascensão gloriosa.

Na sua vida, Bahia e Maranhão representaram etapas iniciais da sua fecunda atividade.

Na Bahia "são os feitos primeiros de CAXIAS, sua carta de apresentação, o início de sua longa carreira de serviços ao Brasil".

Na Bahia "centro irradiante e mais antigo da alma brasileira", recebeu o seu batismo de fogo, adquiriu aquela "aristocracia da bravura", a que mais tarde ele mesmo se referiu da tribuna do Senado; no Maranhão iniciou a sua obra de pacificação da família brasileira, que prosseguiu sempre vitoriosa em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, consolidando a Unidade Nacional, que lhe valeu o título de "O Pacificador".

"O Maranhão, ou melhor CAXIAS, como expressão geográfica mais saliente dessa horripilante Balaiada, é a revelação de organizador do gênio, um administrador de pulso, um Chefe de exceção, um técnico das idéias gerais, um profissional competente, uma energia em ação, um General, enfim".

Pacificada a Província, após um ano de operações militares, e, finda a sua missão, regressa à Corte em 1841, revendo nesse ano a Bahia, pela última vez.

Recebido com as maiores demonstrações de apreço, como recompensa é promovido a Brigadeiro, e, sendo intenção do Governo agraciá-lo com o Baronato, foi-lhe permitido escolher o respectivo cognome, combinando-se o título de BARÃO DE CAXIAS que, como disse Pinto de Campos, significava "disciplina, administração, vitória, justiça, igualdade e glória".

Nele, as qualidades de militar, o espírito de disciplina, a obediência às leis e às instituições, o acendrado patriotismo, constituíam o apanágio de sua vida exemplar.

No Maranhão, afirmou ser mais militar do que político, colocando-se acima dos partidos que se debatiam na guerra civil e ainda nessa Província, ao entregar a respectiva Presidência ao seu substituto, declara: "Sou militar e, como tal, sempre obedeci às autoridades legalmente constituídas."

Na jornada de 7 de abril de 1831, sabendo que seu pai se encontrava chefiando a rebelião, permaneceu ao lado do Imperador, disciplinadamente, pronto a cumprir com o seu dever de militar.

No conceito do genial Ruy Barbosa, "CAXIAS honrou insignemente a disciplina".

"Dentro dos quadros de sua profissão — escreve Luiz Delgado — CAXIAS foi um símbolo de obediência. Em toda a minha vida, tomei por norma obedecer sempre, sem hesitar, às ordens do Governo — são palavras suas".

Na célebre "Questão Christie", profundamente magoado no seu patriotismo, escreve ao Visconde do Rio Branco: "Tenho vontade de quebrar a minha espada quando não me pode servir para desafrontar o meu País de um insulto atroz".

Por motivo de ordem político-partidária, foi posto à margem na campanha do Paraguai; em 1866, sendo crítica a situação da guerra, o partido Liberal que se encontrava no poder apela para o patriotismo de CAXIAS, que politicamente militava nas fileiras conservadoras.

O grande soldado, já sexagenário, com uma folha invejável de serviços à Nação, não hesita em assumir o Comando, conduzindo o Exército de vitória em vitória, em memoráveis batalhas, até a capital paraguaia, onde entra vitorioso e coberto de glórias.

Em 1935, em significativa cerimônia diante do busto de CAXIAS, o saudoso General João Gomes, então Ministro da Guerra, presentes altas patentes militares e numerosos oficiais das nossas Forças Armadas, proferiu um juramento solene cognominado o "Juramento das Estrelas".

"Rompendo os umbrais da eternidade, a voz dos mortos ilustres parece, por si mesma, transmitir aos vivos, suas idéias e seus ensinamentos."

Neste momento, ante o vulto de CAXIAS redívivo na nossa memória, juremos, militares e civis, governantes e governados, homens com a responsabilidade da administração e cidadãos conscientes dos seus deveres, juremos a

nossa fé inabalável nos destinos da Pátria, legado dos nossos antepassados, juremos defendê-la dos inimigos do regime e da liberdade, dos falsos apóstolos da salvação nacional, o pensamento voltado para a vida edificante deste varão "flor de estadista e soldado", do cidadão exemplar que na sua existência sempre achou tempo "para Deus, para a Pátria, para os amigos, para a humanidade", proclamando, com Silvio Romero, que nele está uma das culminações da Pátria, um dos guias imorredouros da jornada do Brasil através da história, um dos fanais da multidão no labutar das tradições, um dos mestres, um dos chefes espirituais da Nação.

Imitá-lo é contribuir para o engrandecimento do País; imitá-lo é mais ainda, é salvar o Brasil".



"O culto à tradição, a lembrança das virtudes e feitos gloriosos de um povo forjam e estruturam a força viva de uma nação."

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 folhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — Autorização (quando for o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carimim, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "A DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

A Formação dos Oficiais do Exército Através da História

Maj Eng QEMA
ALCESTER GUANABARINO DE OLIVEIRA

A — A FASE COLÔNIAL

1 — As origens

Logo após o descobrimento, Portugal passou a enfrentar o problema da defesa da colônia, agravado pelas dificuldades de meios e pela prioridade dada ao comércio com as índias, onde então fazia o seu esforço.

Não desculpou, porém, da Terra de Santa Cruz e a foi fortificando como pôde: a sua costa extensa necessitava de proteção e ao correr do tempo os fortes foram sendo levantados nos pontos estratégicos e brilhantemente escolhidos. A famosa expressão de Martim Afonso de Souza, após o relatório de sua viagem em que propugnava por uma judiciosa escolha dos locais a defender, caracterizava a precariedade dos meios e que precisavam ser bem localizados "por não ser siso esparramá-los por toda a parte". Faltavam a Portugal, não só condições materiais como também

humanas, para atender aos encargos totais.

Logo que possível usou os indígenas para auxiliar a defesa e quando teve o mameluco, este se tornou fundamental no seu esquema.

Esta atividade defensiva, realizada por tanto tempo e com pleno êxito, exigia não só o elemento executor, como também o planejador, o comandante dos variados escalões, os homens com conhecimentos necessários a dirigir os trabalhos de construção, as atividades de combate e a instrução da tropa.

A metrópole, sentindo esta dificuldade, decidiu iniciar aqui a formação dos primeiros oficiais.

Surgiram então as duas primeiras aulas na colônia. Em 1698, no Rio de Janeiro, são ordenadas as primeiras Aulas aos

condestáveis e artilheiros sobre o "uso e manejo" da Artilharia, sendo encarregado o Cap Eng Gregório Gomes Henriques que estava no Brasil desde 1694 como Capitão Engenheiro da Capitania. É curioso citar que o dito Capitão estava preso desde 1697 respondendo a processo administrativo e, por isso, recebeu a incumbência de ministrar as Aulas na própria cadeia onde se encontrava, o que atestava a dificuldade da metrópole em mandar um substituto. No ano seguinte, por Carta Régia de 15 de janeiro, foi criada a Aula de Fortificação. Caberia ao mesmo Capitão o novo encargo. Para o ingresso, exigia-se dos candidatos que tivessem a idade mínima de 18 anos e lhes era dado como acréscimo de soldo, se fossem soldados, "meio tostão por dia".

Previram-se com detalhes as obrigações dos alunos, destacando-se a preocupação com aplicação nos estudos e permitiu-se o ingresso de civis voluntários que "quissem aprender, para que assim possa nesta mesma conquista haver engenheiros".

Era, sem dúvida, um ensino rudimentar e precário o que se constituiu na primeira providência para a Formação dos Oficiais do Exército que viria a ser futuramente o nosso Exército.

Em 1701, Gregório Gomes foi desterrado para a Colônia do Sacramento sendo substituído na Aula de Artilharia por Francisco de Castro Morais, Mestre de Campo do Terço da Praça do Rio de Janeiro. As preocupações da Metrópole continuaram a estimular

suas providências e em 1703 chegou um oficial granadeiro para instrução da tropa e em 1705 chegaram os Sargentos Antônio João e José Ribeiro nomeados para a mesma missão do oficial granadeiro.

Continuou o Governo insistindo no problema e ainda em 1705 decretava em Carta Régia que "haja ensino de Engenharia em todas as capitanias onde haja engenheiro às pessoas que quisessem aprender" e, cinco anos depois, era criado o curso de Artíficos de Fogo, dele ficando encarregado o Capitão de Artilharia Antônio Antunes, com direito a uma gratificação de quatro mil réis mensais, além do soldo. As aulas seriam ministradas na própria unidade de Artilharia e assistidas obrigatoriamente por todos os oficiais artilheiros.

O Comissário-Geral de Artilharia do Rio de Janeiro pediu em 1730 ao Conselho Ultramarino uma "casa em que possa estabelecer o curso para o ensino dos artilheiros".

Nota-se desde logo a importância dada ao problema pela obrigatoriedade da frequência, o estímulo através de gratificações e as contínuas providências com vistas à ampliação e motivação para o ensino do oficial.

É o que se depreende ainda da Carta Régia de 19 de agosto de 1738 que continha medidas mais concretas e exigentes a respeito. Previu este documento a instrução dos oficiais de artilharia numa Aula a ser ministrada pelo Sargento-Mor Eng José Fernandes Pinto Alpoim. O curso deveria

ser freqüentado por 5 (cinco) anos no mínimo, com comparecimento obrigatório "devendo ser castigados os que às aulas faltassem". A aprovação neste curso passou a ser condição necessária para a nomeação do oficial. As aulas iriam funcionar no quartel do Terço de Artilharia criado pela mesma carta.

José Fernandes Pinto Alpoim permaneceu no Rio de Janeiro e morreu em 1770. Havia nascido na Colônia do Sacramento e era, portanto, brasileiro. Lecionou também na Aula de Fortificação e fez parte da Junta Governativa que substituiu Gomes Freire, por ocasião de sua morte, no Governo do Rio de Janeiro.

Anteriormente as aulas funcionaram em locais diversos: nas fortificações construídas e em construção e, até mesmo, na cadeia. A partir de 1738 iria funcionar no Terço recém-criado e com finalidades bem claras: formar oficiais do Exército.

Em 1767 o Rei de Portugal ordenava ao Vice-Rei no Rio de Janeiro que o Regimento de Artilharia daqui se amoldasse rigidamente aos de Portugal. Isto repercutiu na formação dos oficiais. Foi estabelecido o programa baseado nas obras de Bernard Forrest Beldor, engenheiro francês. A grande preocupação era a unidade do ensino entre a metrópole e a colônia e, como esta estivesse atrasada em relação àquela, foi quem lucrou com o nivelamento.

A Aula do Regimento de Artilharia foi aumentada da cadeia de Arquitetura Militar passando

a chamar-se Aula Militar, em 1774. A partir de então teve dupla finalidade: formar os oficiais de Artilharia e preparar os oficiais Engenheiros.

Por cerca de vinte anos prosseguiu o ensino com a estrutura estabelecida em 1774 até que D. Luiz de Castro, 2.^o Conde de Resende, fundou, em 17 de dezembro de 1793, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro e que iria funcionar na Casa do Trem, hoje Museu Histórico Nacional. O plano de ensino compreendia o Curso de Matemática e os Exercícios Práticos.

O primeiro abrangia seis anos e compunha-se das seguintes matérias:

- 1.^o ano: Curso de Matemática de Beldor.
- 2.^o ano: Idem.
- 3.^o ano: Teoria de Artilharia, das Minas e das Contra-Minas e a sua aplicação ao ataque e a defesa das Praças, segundo a doutrina de Sam Remy.
- 4.^o ano: Fortificação regular, o ataque e a defesa das Praças, os princípios fundamentais de qualquer fortificação.
- 5.^o ano: Fortificação Irregular, a efetiva e a de campanha, no que se seguiria a doutrina do Curso de Antoni.
- 6.^o ano: Arquitetura Civil, corte das pedras e das madeiras, orçamento dos

edifícios, estudo dos materiais de construção hidráulica, pontes, canais, calçadas, etc.

Convém ressaltar de interessante a recomendação expressa de que "as lentes eram obrigadas a sair ao campo com seus discípulos sempre que o estado do tempo o permitia." A preocupação era válida tendo em vista a duração do curso e a grande carga constituída pelo volume das matérias que poderia conduzir os alunos a um ensino e uma consequente formação exageradamente teórica o que não era objetivo do curso, nem interesse da Coroa. Ela formava os oficiais para desempenhar suas funções efetivamente, aliviando a necessidade da vinda de muitos elementos da metrópole e que lá eram poucos e necessários.

No fim de cada ano letivo havia exame com ponto sorteado vinte e quatro horas antes.

Os alunos dos cursos de Infantaria e de Cavalaria cursavam até o 3.º ano, os de Artilharia até o 5.º ano e os Engenheiros todo o curso.

Esta sistemática de progressividade foi mais ou menos mantida até a criação da Escola Militar quando os cursos passaram a ser separados e, às vezes, paralelos.

A Real Academia formava oficiais de todas as armas e os selecionava por merecimento intelectual, o que não ocorria anteriormente, dando ao aluno alguma liberdade na escolha de sua especialidade, de acordo com a sua

vocação, vontade e capacidade intelectual. Iniciou seus trabalhos com 76 (setenta e seis) alunos, justificando portanto a medida tomada pelo Governo da época.

A Real Academia foi desdobrada em 1795 sendo criada a Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa com a destinação exclusiva de formar oficiais de Infantaria. As razões apresentadas pelo Governo para a medida, estavam calcadas nos resultados pouco satisfatórios obtidos pelos infantistas que argumentavam falta de objetividade no programa, orientado mais para atender às necessidades técnicas, necessárias à formação dos artilheiros e engenheiros, agravada pela obrigação diária no quartel onde prestavam serviços. Criado o problema, veio a solução. Pode não ter sido a melhor, porém o Governo não podia admitir alunos frequentando cursos sem aproveitamento, perdendo tempo e dinheiro. O El-Rei era por demais cioso do seu dinheiro, a ser gasto na administração. Na Carta Régia de 15 de janeiro de 1699 estavam bem claras as suas diretrizes em expressões tais, como: "quando não aproveitem pela incapacidade serão logo excluídos"; "e se evitem as despesas que se fazem ao meu serviço..."

No primeiro ano frequentaram a Nova Academia 16 (dezesseis) alunos sendo nomeado seu Diretor o Ten Cel Joaquim Xavier Curado.

Todas estas iniciativas apreciadas até aqui estiveram concen-

tradas na Capitania do Rio de Janeiro, porém há notícias de algumas tentativas do estabelecimento do ensino em atendimento às disposições contidas nas Cartas de 1705 e 1713 que ordenavam respectivamente o ensino de Engenharia e das Ciências Militares nas diversas Capitânias.

Na Bahia foi inaugurada, no ano de 1774, uma Aula de Fortificação e Artilharia por iniciativa de seu Governador e Capitão-General D. Manoel da Cunha Menezes. Em Pernambuco, em 1788, D. Tomaz de Mello, também Governador, criou uma Aula Militar e, em 1795, por ordem direta da Metrópole, é criada uma Aula de Geometria sendo depois acrescida das cadeiras de Cálculo Integral, Mecânica e Hidrodinâmica. Todas estas iniciativas duraram pouco e não chegaram a fazer parte da estrutura que vinha surgindo no Rio de Janeiro.

O início do século XIX marcaria acontecimentos político-militares de importância na Europa e em consequência a vinda da Família Imperial. Estava por encerrar-se a fase das providências mais ou menos esparsas, dos primeiros passos por vezes descontrados, das mensagens a Garcia como as cartas de 1705 e 1713, para dar lugar a uma providência realmente concreta, baseada em uma nova realidade e urgente necessidade, surgida e agravada pelos acontecimentos na Europa a influenciar o Brasil, face as suas riquezas e, agora, sede do Governo Português.

Não significava isto, entretanto, que o tempo anterior fora

perdido. O novo período iria, por certo, se valer dos ensinamentos adquiridos e da estrutura, ainda que tênue, já instituída.

2 — A implantação

D. João VI manteve de início o que havia quanto ao ensino no Exército de então e referente a formação dos oficiais, ampliando o ensino na Academia Militar que funcionava na Casa do Trem com as cadeiras de língua Inglesa e de Química, respectivamente em 30 de maio de 1809 e 6 de julho de 1810.

Ainda neste ano, pela Carta de Lei de 4 de Dezembro, criou a Academia Real Militar centralizando o ensino que estava dividido desde o tempo da criação da Nova Academia em 1795. A inauguração do novo estabelecimento deu-se em 23 de abril de 1811 no mesmo local da anterior — Casa do Trem.

No ano seguinte foi transferida para o Largo de São Francisco em um prédio anteriormente destinado à instalação da Catedral do Rio de Janeiro e que teve sua construção alterada e acelerada para abrigar a Real Academia Militar.

O seu regulamento previa minuciosa organização pedagógica com o curso em 8 (oito) anos, funcionando inicialmente com 7 (sete) anos. Estabelecia um curso completo de "ciências matemáticas, de ciências de observação quais a Física, Química, Mineralogia, Metalurgia, História Natural" e "das ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tá-

tica como de fortificação e artilharia”.

O ingresso era feito mediante requerimento à Junta Militar que dirigia a Academia sendo o interessado submetido a um exame de Aritmética. A idade mínima requerida era de 15 anos de idade e escolheriam arma no fim do 4.º ano. Como ocorria anteriormente, os destinados às Armas de Infantaria e Cavalaria cursavam parte do período e os candidatos à Artilharia e a oficiais engenheiros teriam que completar todo o curso. Neste caso, os primeiros iam até o 5.º ano.

As matérias militares estavam reunidas a partir do 5.º ano e fora revigorada a obrigação dos professores de “sair ao campo com seus discípulos para os exercitar na prática do que nas aulas teóricas lhes ensinavam”.

Com a presença do governo na cidade do Rio de Janeiro, mais se sentiu a tendência centralizadora que afinal foi característica geral do governo português. A Academia estava subordinada diretamente ao Ministro da Guerra e o programa foi rigidamente fixado pela Carta que criou a Academia. O ensino continuava a se firmar, porém agora enfatizava o campo científico com os quatro primeiros anos isentos de matérias militares.

B — O IMPÉRIO

O episódio de 7 de setembro de 1822 não causou de imediato grandes mudanças na organização do ensino militar e particularmente na formação dos ofi-

ciais do Exército, agora, Exército Brasileiro. A Academia passou a chamar-se Imperial Academia Militar e em 1832 lhe foi anexada a Academia da Marinha que entretanto, no ano seguinte voltou a separar-se.

Até 1839, várias modificações foram introduzidas nos currículos acadêmicos sem que se modificassem aqueles objetivos fixados pela orientação científica anterior. Alguns dispositivos prevendo o ensino prático não chegaram a produzir resultados mercê da mentalidade dos lentes e das dificuldades materiais para montar convenientemente uma estrutura que permitisse um ensino prático satisfatório.

Nesta época surgiram os decretos de 14 de janeiro e 22 de fevereiro (1839) que estabeleceram novas diretrizes para formação dos oficiais com a criação da Escola Militar, calcada na organização em vigor da Escola Politécnica e na de Aplicação da cidade de Metz, na França, e contendo o curso das três armas: Infantaria, Cavalaria e Artilharia, bem como os cursos de Estado-Maior e de Engenharia. Houve uma redução do curso para 5 (cinco) anos e um remanejamento de matérias entre os diversos anos, com algumas substituições, mas não houve mudança na tendência do ensino, menos consagrado ao campo militar. Desde a introdução do curso de Belldor até a criação da Escola Militar, foi nítida a influência da cultura militar francesa, através inicialmente do governo português. Não se pode, entretanto,

culpar esta influência pela tendência humanista que se delineava na formação dos oficiais. Ocorre que se transportou apenas a parte teórica, isto é, parte da cultura militar francesa. Os meios materiais para empregar a teoria eram deficientes como já foi dito e a reação dos professores completava o quadro, reforçada pelas diretrizes constantes das Cartas Régias e Cartas de Lei que previam extenso programa e numeroso grupo de matérias.

A tendência bacharelesca iria atingir elevado grau com a reforma de 1.º de março de 1845 que criou, para espanto de muitos, o "grau de doutor e bacharel em ciências físicas e matemáticas".

O curso voltava à duração de 7 (sete) anos, estudando-se nos primeiros quatro as "ciências propriamente ditas desde a matemática elementar até a astronomia e a geodésia". Nos dois seguintes distribuíam-se as matérias militares e finalmente no último ano encontravam-se a arquitetura civil, a hidráulica e o desenho.

Estava a formação dos oficiais em plena época das mudanças frequentes, com criação de escolas, modificação de programas e troca de nomes. Caracterizava-se uma certa indecisão ou um acompanhamento atabalhado, às variações da política imperial a respeito das forças de terra, exatamente dentro de um período agitado na política nacional.

Em 1851 o Decreto n.º 634 criou na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul um curso de Infantaria e de Cavalaria, análogo ao da Escola Militar da Corte. A criação deste curso quebrou a unidade de ensino existente, porém é fácil avaliar algumas servidões que conduziram à medida, particularmente os problemas de ordem militar na fronteira sul e que condicionaram por muito tempo a articulação da maioria dos meios do Exército e a dificuldade de comunicações com a Corte no Rio de Janeiro favorecendo-se assim o recrutamento dos futuros oficiais, pelo menos de Infantaria e de Cavalaria.

Em 1855 foi criada a Escola de Aplicação no Rio de Janeiro e mandada instalar na Fortaleza de São João no dia 1.º de maio. Isto determinou a modificação no programa da Escola Militar que foi bruscamente reduzido de dois anos, em virtude de terem as matérias militares passado à responsabilidade da nova escola.

Após três anos, novas mudanças são determinadas: a Escola Militar era transformada em Escola Central, a de Aplicação em Escola Militar e de Aplicação e os Cursos do Rio Grande do Sul em Escola Militar Preparatória.

Por esta nova concepção, à Escola Central cabia a formação dos engenheiros civis e militares e obrigados aos exames e exercícios militares somente nos períodos das férias; a Escola Militar e de Aplicação, que se dedicava ao estudo das disciplinas milita-

res das diversas armas enquanto a Escola Militar Preparatória recebia uma destinação meio obscura de se dedicar "ao ensino das matérias preparatórias exigidas para os cursos das diversas armas", não ficando definida claramente a necessidade deste curso para ingresso na Escola Militar e de Aplicação.

Os futuros oficiais de infantaria e cavalaria faziam o 1.º ano da Escola Central e o 1.º ano da de Aplicação. Os de artilharia e de estado-maior, três e dois num total de cinco e os engenheiros combinavam quatro e dois.

Mais duas reformas vieram em seguida. Em 1860, a Escola Militar e de Aplicação passa a ser Escola Militar e a de Porto Alegre Escola Militar Auxiliar. A matrícula na Escola Militar dependia da aprovação no ano 1.º da Escola Central. O curso completo compreendia dois anos em cada Escola segundo Lima Figueiredo, entretanto Marques da Cunha mantém intato o curso da Escola Central, no seu estudo retrospectivo do Ensino.

Três anos mais tarde, às vésperas das Guerras no Sul, o General Polidoro promulgou nova organização escalonando as escolas para oficiais do seguinte modo: Escola Preparatória; Escola Militar; Escola Central.

A principal modificação era a inversão quanto ao posicionamento da Escola Central para onde iriam os que terminassem o curso da Militar (3.º ano), em condições para prosseguir no Curso de Estado-Maior de 1ª classe e de Engenharia. Anexa à Escola Mili-

tar foi criada uma Escola Preparatória, idêntica à de Porto Alegre.

Vivia-se realmente uma fase continuada de experiências, sem muita duração no tempo para fixá-las ou colher ensinamentos, tornando-se difícil entender a inconstância e o açodamento com que eram decretadas. O Cel. Marques sentenciou: "tem-se a impressão de que executaram vagos e incoerentes ensaios, tateando a esmo, sem uma orientação segura, acompanhando apenas as oscilações dos partidos políticos ou os caprichos dos poderosos do dia".

A conclusão de Lima Figueiredo não é menos contundente: "a preocupação do título de doutor, do anel, do bacharelismo, deu ao Exército uma mentalidade errada, de academicismo, totalmente incompatível com a missão que lhe está confiada."

Lamentavelmente, foi esse ambiente que desembocou na década de 60 do século passado, esbarrando nas Guerras que seriam travadas de 1864 a 1870, obrigando o Exército a se valer de muitos oficiais formados na tropa e tantos outros nascidos nos próprios campos de batalha, inclusive das campanhas de 51-52. E, o que foi pior, os ensinamentos que poderiam ter sido auferidos, foram lançados fora, no dizer de muitos historiadores, inclusive o General Alencar Araripe, transcrevendo desabafo do General Tasso Fragoso.

A Guerra da Triplíce Aliança interrompeu as modificações porque as Escolas foram fechadas (!) durante o período das lutas no

Sul. Em 1874, surgiu então a reforma realizada sob a gestão do Ministro João José de Oliveira Junqueira.

O decreto de 17 de janeiro fixava basicamente:

- A Escola Central passava à jurisdição do Ministro do Império, tomando mais tarde o nome de Escola Politécnica;
- A Escola Preparatória permanecia anexa à Militar com o curso de 3 (três) anos.
- A Escola Militar com 5 (cinco) anos de curso escalonados dentro da sistemática usual e funcionando na Praia Vermelha;
- O Curso de Infantaria e Cavalaria da Província do Rio Grande do Sul com curso de 2 (dois) anos; acrescido em 1877 de mais um ano. Posteriormente (1881) passava a chamar-se Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul. Em 1884 contaria também com um curso de artilharia em três anos como o da Escola Militar da Corte.

Pode-se notar, examinando os currículos, que apesar de tudo houve uma correção do sentido bacharelesco imperante antes da Guerra do Paraguai e cujos frutos amargos já haviam sido provados. O desdobramento da Escola Central quebrava uma tradição mas desobrigava o Exército da formação dos engenheiros civis. Foi uma reforma, ainda que levemente, voltada para o campo militar. Não surtiu melhores efeitos por contingências outras, particular-

mente o ambiente político da época que desviou até certo ponto a motivação e a inspiração dos jovens militares da profissionalização para os apaixonantes temas abolicionistas e republicanos que agitaram a fase final do Império.

A última reforma do Império veio em 9 de março de 1839 com o Conselheiro Tomaz José Coelho de Almeida com algumas medidas importantes mas sofrendo, com maior carga, as consequências políticas da época e o desfecho da Proclamação da República.

Continuou a tendência da reforma de 74 alargando o campo para o ensino profissional que era chamado de ensino prático, com sentido depreciativo, talvez.

As Escolas Militares foram fixadas em número de 3 (três): Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza. Iriam ministrar um curso preparatório de 3 anos e, os cursos de infantaria e cavalaria, de dois anos de duração, mantendo a Escola do Sul, o curso de artilharia que já existia.

A Escola Superior de Guerra se encarregaria dos cursos chamados de superiores: Artilharia e o outro de Estado-Maior e Engenharia. Ali seriam ministrados os conhecimentos profissionais de artilharia e já havia uma observação para o estudo de estado-maior: em tempo de paz e de guerra. Funcionaria num prédio, da Capital, à Rua Pedro Ivo (atual Av. Pedro II). A duração do curso seria de 4 anos. Havia também uma referência aos Campos de Tiro onde seriam praticadas as técnicas de tiro de todas

as armas. A Escola Superior de Guerra, na parte do ensino fundamental, completaria os conhecimentos inicialmente adquiridos nas Escolas Militares.

No bojo desta reforma foi criado o Imperial Colégio Militar que atravessaria todas as reformas subsequentes até os dias atuais e cujos serviços prestados ao Exército e à Nação extravasam os objetivos deste trabalho. Citá-lo aqui como homenagem ao seu fundador — Conselheiro Thomaz Coelho — é tudo que desejamos.

Com o advento da República estava por encerrar a fase imperial. O Ensino Militar e consequentemente a formação dos oficiais do Exército cumpria mais uma etapa e já contava quase duzentos anos desde as primeiras manifestações do fim do século XVII.

Sofreu durante os dois impérios cerca de 25 reformas, numa média de uma em cada três anos. Começou teórico, cresceu e se tornou bacharelesco e ao final procurava conciliar o binômio teoria-prática. Muitas vezes os regulamentos deixaram de ser cumpridos ou provados, a dificuldade material impediu progressos, a mentalidade ocasionou reações passivas e em outras tantas ocasiões houve motivações, houve melhoria, houve progresso. O oficial, no conjunto da sociedade da época, chegou ao fim do Império em destaque pela sua cultura. No período colonial, era secundária, de início, a sua posição.

As distorções verificadas na década de 80, como já dissemos, estiveram mais por conta do am-

blente sócio-político que a Nação viveu e que desaguou na República.

Contudo, estava implantado definitivamente um mecanismo de formação dos oficiais do Exército Brasileiro e que daí para a frente, apesar dos problemas a enfrentar, seria definitivo.

C — A REPÚBLICA

1 — A luta ideológica

Como não podia deixar de ser, a República viria provocar uma reforma da estrutura da formação dos oficiais visando adaptá-la à nova filosofia implantada no país.

As modificações ocorridas após 1870 foram significativas ainda que não se tenham aproveitado convenientemente os ensinamentos adquiridos nos campos de batalha.

A influência dos positivistas anulava de certo modo as tentativas de orientar a formação dos oficiais do Exército na direção do estudo sério da arte da guerra e dedicação exclusiva à nobre carreira militar. Eram eles, os positivistas, influentes, capazes, líderes, professores proeminentes e, também, *pacifistas* e contrários à guerra, defendendo uma utópica teoria pacifista universal.

A reforma Benjamin Constant, em 30 de abril de 1890, corrigiu a tendência que vinha de 1874 e estabeleceu um novo sistema que ficou conhecido como Filosófico e representava claramente a personalidade, a tendência e o pensamento do seu criador.

A nova formação dos oficiais obedecia à seguinte sequência:

- Escola Militar (Rio de Janeiro — Porto Alegre — Fortaleza)
- Curso preparatório: 3 anos
- Curso geral: 4 anos
- Curso das três armas: 1 ano
- Escola Superior de Guerra
- Artilharia — 1 ano
- Estado-Maior — 2 anos
- Engenharia 2 anos
- Escolas Práticas (Rio de Janeiro — Rio Grande do Sul)
- Do Exército
- De Infantaria e Cavalaria

Os cursos apresentavam uma extensão demasiada, fugiam ao objetivo principal que era a Formação do oficial do Exército pela enorme quantidade de matérias de caráter puramente teórico. O Cel. Marques da Cunha que tendo sido aluno do criador da reforma não pode ser considerado hostil ao pensamento positivista, concluiu sua opinião nos seguintes termos: "O resultado era a fadiga do espírito, a pouca importância das necessidades concretas da profissão, pois as abstrações da ciência e da filosofia a todos empolgavam por completo".

Na verdade, nove anos depois, quando foi derrubada, não havia sido instalada a Escola Prática prevista para o Rio de Janeiro, prova da pouca importância que lhe foi atribuída.

"Rei morto, Rei posto!" Desaparecendo a figura que a havia

implantado, a reforma não resistiu ao tempo e às críticas que lhe eram dirigidas.

Em 1896, o Ministro da Guerra, General Argolo, faz oficial e publicamente a primeira investida sobre a estrutura vigente, acusando-a de inócua, e volta a carga em 1897 defendendo uma linha técnico-militar completada dos conhecimentos teóricos julgados indispensáveis. O Congresso autoriza então a reforma que sai em 18 de abril de 1898, sob a gestão do Marechal João Tomaz de Cantuária e cujas bases gerais eram as seguintes:

- Escola Militar do Brasil, resultado da fusão da Escola Militar com a Escola Superior de Guerra
- Escola Preparatória e Tática (duas)
 - Realengo
 - Rio Pardo

As Escolas Preparatórias ministravam um curso de 3 (três) anos, assegurando o ingresso na Escola Militar do Brasil onde o curso das três armas durava 3 (três) anos e, o curso superior, (Estado-Maior e Engenharia) dois anos.

A nova estrutura era inferior à anterior sob o ponto de vista científico e filosófico, porém esta foi a sua razão de ser: minimizar a teoria em proveito da técnica militar.

O ambiente gerado pela luta entre positivistas e não positivistas apaixonou o meio militar, o que pode ser deduzido dos comentários constantes da bibliografia que trata do assunto e que

reproduzimos em alguns lances para melhor ilustrar o fato. Lima Figueiredo exulta com a autorização do Congresso Nacional: "é derrocada a Babel", "foi de arromba a decisão, cabendo a honra de executá-la"...; Tarso Fragoso foi lacônico: "um retrocesso"; Gen Tito Escobar: "raros soldados de escol produziram as escolas militares e raríssimos exemplos deles nos legaram; sobram-nos, entretanto, enraizados burocratas, literatos, publicistas e filósofos, engenheiros e arquitetos notáveis, políticos sófregos e espertíssimos, eruditos professores de matemática, ciências físicas e naturais, bons amigos da santa paz universal, do desarmamento geral, inimigos da guerra, adversários dos exércitos permanentes". Finalmente o autor de Casernas e Escolas ironizava: "o curso geral das Escolas Militares dava direito ao título de bacharel em ciências, isso jamais poderá entrar na cabeça dum soldado cem por cento".

A agitação provocada pelo problema da vacina obrigatória determinou o fechamento das Escolas Militares e facilitou nova reforma em 2 de outubro de 1905, sob a gestão do Marechal Francisco de Paula Argolo, então Ministro da Guerra.

Passou-se a seguinte organização, seguindo agora a tendência antilivresca e enfatizando o ensino militar, aparecendo o estudo da História Militar, Aplicação Prática da Topografia e a Balística, entre outros assuntos:

- Escola de Guerra (Rio Grande do Sul — 2 anos)

- Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria (Rio Pardo — 10 meses)
- Escola de Artilharia e Engenharia (Realengo — 2 e 3 anos)
- Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia (Curato de Santa Cruz — 10 meses)
- Escola de Estado-Maior (Praia Vermelha — 2 anos)

A Escola de Estado-Maior foi o grande passo na formação do oficial do Exército, sendo os oficiais recrutados em concurso entre oficiais até o posto de capitão.

Por outro lado, a Escola prevista para o Curato de Santa Cruz não chegou a ser instalada e em 1911 foi extinta a Escola de Rio Pardo.

Como consequência das reformas empreendidas pelo Marechal Hermes da Fonseca quando Ministro da Guerra, a partir de 1907 surgiram as modificações ditadas pelo Decreto de 30 de abril de 1913. Permanece a Escola de Estado-Maior, surgem mais dois Colégios Militares (Porto Alegre e Barbacena). No Realengo ficariam reunidas as Escolas: Militar e Prática do Exército.

Outros reajustamentos são realizados durante o período da 1ª Guerra Mundial.

Uma tendência nova surgia com a gestão de Hermes da Fonseca: procurar no exterior através do contato direto, as bases, as informações e os ensinamentos a fim de modernizar o Exército e

em consequência melhor adequar a formação dos quadros, particularmente dos oficiais.

2 — As missões estrangeiras

A influência dos oficiais que foram à Alemanha — Missão Indígena — parecia levar à solução da missão alemã, entretanto a guerra retardou a solução e a vitória dos aliados foi fator decisivo para o contrato da Missão Francesa, cheflada pelo General Maurice Gamelin, com base no Decreto nº 13.451, de 24 de janeiro de 1919, que reorganizou o ensino no Exército com repercussão principal na formação dos oficiais.

Várias escolas foram criadas, outras modificadas e ampliadas, resultando o seguinte:

- Escola Militar (Realengo);
- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Vila Militar);
- Escola de Estado-Maior (Andaraí — Rio de Janeiro).

Cursos:

- Veterinária;
- Aviação;
- Administração.

Prevía-se ainda um Curso Técnico de Artilharia e de Engenharia para os tenentes que desejassem exercer funções técnicas nos Serviços de Material Bélico e de Engenharia. Os primeiros oficiais seriam diplomados no estrangeiro e posteriormente seria criada uma Escola de Artilharia e Engenharia.

Na Escola de Estado-Maior funcionaria ainda um curso de Revisão, facultativo e sem pre-

juízo do serviço, e dez anos depois o diploma da Escola passaria a ser requisito para a promoção ao posto de General.

Em abril de 1921 foi aprovado o Regulamento das Escolas de Intendência em número de três: Superior de Intendência, Administração Militar e Curso de Contadores.

O Serviço de Veterinária foi organizado em dezembro de 1921, porém desde 1914 funcionava em S. Cristóvão a Escola de Veterinária e nesta mesma data foi criada a Escola de Aplicação do Serviço de Saúde com cursos de formação e aperfeiçoamento.

Completando as providências apareceram as Escolas de Educação Física e o Centro de Instrução de Transmissões.

Caracterizando a fase das Missões chegou logo em seguida ao Brasil a Missão Austriaca que revolucionou as ações no Exército no campo da Geografia como instrutora do Serviço Geográfico e particularmente da Escola de Engenheiros Geógrafos.

Em 1930 foram estabelecidas as bases para o ensino técnico com os cursos tendo início no ano seguinte na Escola Politécnica.

Quatro anos depois chegava a Missão Americana de se dedicaria ao ensino teórico e prático da teoria e da tática de Artilharia de Costa.

A complexidade a que atingia a estrutura do ensino fez surgir a Inspetoria-Geral do Ensino do Exército destinada a ser a cúpula do ensino como órgão de direção e coordenação.

Em 1939 foi criada a Escola Preparatória de Cadetes e extintos os Colégios de Porto Alegre e Fortaleza.

Finalmente, sob o influxo da 2ª Guerra Mundial eram criados dois Centros: Instrução de Defesa Antiaérea e Motorização-Mecanização, núcleos das futuras Escolas de Defesa Antiaérea e Motomecanização.

Nesses vinte anos uma mudança de grande profundidade se verificou na estrutura do ensino com consequências profundas na formação e na mentalidade dos oficiais do Exército.

Várias escolas foram criadas e o progresso técnico da arte da guerra obrigou a especialização do oficial.

A presença da Missão Francesa nos diversos graus da formação dos oficiais a partir da EsAO causou verdadeiro rebuliço nas técnicas de ensino existentes e a prática, isto é, o ensino profissional, ocupou o seu lugar, sem que o ensino fundamental fosse descurado.

As repercussões no Exército foram de tamanha amplitude que justificam um trabalho específico, analisando suas influências.

3 — A Lei de 1942

A derrota da França e a generalização do conflito europeu acabou levando o mundo à 2ª Guerra Mundial com o envolvimento do continente americano.

A Missão Francesa se retirou em 1940, deixando aqui uma marca notável, fruto de vinte anos de trabalho.

Em 1942, surgiu a nova Lei do Ensino Militar com a finalidade da "preparação técnico-profissional do pessoal de enquadramento em todos os escalões da hierarquia, tanto da Ativa como da Reserva."

O compromisso do Brasil de enviar tropa para a luta na Europa obrigou a uma adaptação da organização de base francesa para atender à estrutura existente no Exército Americano. Vários oficiais foram mandados cursar nos Estados Unidos e febril atividade foi executada nos diversos escalões, atingindo também as Escolas, particularmente as de Especialização, Aperfeiçoamento e Estado-Maior.

A passagem, ou melhor, a mudança da influência, foi facilitada, no que se refere à preparação dos oficiais, pela estrutura deixada pelos franceses que valorizaram a preparação profissional sem descuidar da cultura geral de que necessita o oficial.

A nova Lei enveredava por caminho antes abandonado que era a preparação do oficial da reserva com a criação dos CPOR e NPOR, de onde saíria grande número de oficiais para a campanha da Itália.

A estrutura do ensino, na parte dos oficiais ficou assim estabelecida:

- Colégio Militar do Rio de Janeiro, fonte facultativa;
- Escolas Preparatórias (Fortaleza-CE — São Paulo-SP Porto Alegre-RS — 3 anos);
- Escola Militar (em transição do Realengo para Resende

- 3 anos — todas as Armas e Serviço de Intendência);
- Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, abrangendo:
 - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
 - Escola de Instrução Especializada;
 - Escola de Motomecanização;
 - Escola de Transmissões;
 - Curso Especial de Equitação;
- Escola de Saúde do Exército;
- Escola de Veterinária do Exército;
- Escola de Educação Física;
- Escola de Artilharia de Costa;
- Escola de Para-quedistas;
- Centro de Defesa Anti-aérea;
- Escola Técnica do Exército;
- Escola de Estado-Maior.

Posteriormente as Escolas enquadradas pelo Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo foram sendo liberadas, ampliadas e modernizadas; as Escolas Preparatórias reunidas em Campinas e outros Colégios Militares foram criados. A Escola Militar transferiu-se efetivamente para Resende e denominada Academia Militar das Agulhas Negras e seu curso passou a ter a duração de 4 anos. A Escola de Motomecanização passou a ser Escola de Material Bélico ampliando-se os seus encargos, e a Escola Técnica deu origem ao Instituto Militar de Engenharia. O curso de Equitação foi elevado a

Escola e no campo da Artilharia foram reunidas as especialidades de Defesa Anti-aérea e Costa. A Escola de Para-quedistas foi absorvida pela Brigada Aeroterrestre onde existe hoje o Centro de Instrução Gen Penha Brasil.

D — CONCLUSÃO

Longo caminho foi percorrido desde a inauguração da primeira Aula de Fortificação até os dias atuais.

As motivações foram se modificando, primeiro a defesa da colônia, depois a manutenção da integridade da nova Nação passando aos compromissos internacionais assumidos que nos levaram à Segunda Guerra Mundial e, finalmente, hoje, a necessidade de compatibilizar o preparo dos oficiais com um Exército cada vez mais sofisticadamente equipado.

A evolução foi demorada, por vezes tumultuada, influenciada ora por fatores políticos externos, como as guerras no Sul, ora pela agitação político-social que se desenvolvera durante o Império e se prolongara pela República.

A formação dos oficiais sofreu desde cedo a influência da cultura francesa através das obras de Belidor, Remi e outros. Caminhou para o campo das ciências, deixando de lado, por vezes, a preparação profissional, chegando ao auge sob a influência dos positivistas. O caráter acadêmico e teórico tem raízes na própria mentalidade do povo latino.

O equilíbrio entre a cultura científica de base e o conhecimento

dos assuntos técnico-profissionais deve ser preocupação diária para se evitar o oficial puramente teórico ou o prático destituído do alicerce cultural necessário a um Comandante dos diversos escalões.

As críticas feitas aos governos colonial e nacional pelas distorções ocorridas ao longo da História são, muitas vezes, desculpas para encobrir os nossos próprios vícios e as nossas tendências para o abstrato, a discurselira e o malabarismo literário.

A Missão Francesa revolucionou a sistemática existente no Exército Brasileiro e mostrou principalmente que a cultura francesa havia sido sempre culpada indevidamente. A tônica da modificação foi o sentido profissional dado ao ensino, a ida para o campo, os temas táticos aplicando a doutrina, o conhecimento da técnica do emprego dos materiais, o emprego tático das diversas armas. De

fato, havíamos assimilado apenas uma parte relegando a outra, tão importante como necessária.

Finalmente, a vitória dos aliados e o surgimento dos Estados Unidos como a maior potência do mundo ocidental deslocou a influência para a América do Norte. Passaríamos a receber agora os influxos do pragmatismo anglo-saxônico. Nova organização seria prevista para atender a mudança e a característica de adaptabilidade do brasileiro iria facilitar-nos a missão.

A estrutura do ensino cresceu bastante, mais de uma dezena de Escolas e Centros passaram a se encarregar da preparação especializada dos oficiais.

A antiga colônia é hoje uma nação em pleno processo de desenvolvimento, o Exército terá que acompanhar esta dinâmica e se manter atualizado repercutindo na formação dos seus oficiais.

* * *

NR — Este artigo constituiu monografia do autor quando aluno da ECEME e foi selecionado pela Escola para publicação.

BIBLIOGRAFIA

- O ENSINO MILITAR DO BRASIL (Período Colonial) — Coronel Adalton Sampaio Prassinunga — Biblioteca do Exército — 1958
- CASERNAS E ESCOLAS — Lima Figueiredo — Biblioteca Militar — 1945
- TASSO FRAGOSO — Gen Tristão de Alencar Araújo — Biblioteca do Exército — 1960
- OPORTUNIDADES DE PREPARAÇÃO NO ENSINO MILITAR — Ministério da Educação e Saúde — INEP — 1951
- O ENSINO MILITAR NO BRASIL — Instituto dos Docentes Militares — Jornal do Brasil — 1922
- MARECHAL CASTELLO BRANCO, SEU PENSAMENTO MILITAR — SGeEx — Imprensa do Exército — 1968
- REVISTA MILITAR BRASILEIRA — Ano de 1960 — números 1 e 2, volume 71 — números 3 e 4, volume 72
- FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO — Samuel Guimarães da Costa — Biblioteca do Exército — 1957

INFANTARIA BLINDADA

OFICIAIS DO 24.º BIB

1. Missão

— A Infantaria Blindada tem a missão de se aproximar e destruir o inimigo pelo fogo e pela manobra, repelir assaltos pelo combate aproximado e dar apoios aos CC.

2. Enquadramento

— A Infantaria Blindada no quadro atual do Exército Brasileiro é encontrada em dois tipos de Brigadas ternárias:

- A Bda Cav Bld, com 2 RCC e 1 BIB;
- A Bda Inf Bld, com 2 BIB e 1 RCC.

— A primeira, forte em carros de combate (CC) e, portanto, dotada de grande potência de choque e, particularmente, apta a missões de grande amplitude, característica da Arma de Cavalaria.

— A segunda, forte em Infantaria, que por ser blindada possui apreciável potência de choque e, particularmente, apta a missões de pequena amplitude, inerentes à Arma. Não obstante, desde que esta GU receba de um Comando Superior reforço conveniente de elementos de CC, ela se tornará absolutamente adequada ao cumprimento, também, de missões de grande amplitude.

3. Características

— O êxito da Inf Bld depende da utilização apropriada de suas características, que são:

- Grande mobilidade;
- Grande flexibilidade;
- Potência de fogo protegida;
- Ação de choque;
- Comunicações extensas e flexíveis.

3.1. A grande mobilidade:

— Resulta da rapidez:

- No engajar-se e desengajar-se do inimigo;
- No concentrar-se e dispersar-se;
- Nos deslocamentos, inclusive através do campo

3.2. A grande flexibilidade:

— Resulta da facilidade de:

- Mudar a direção de ataque;
- Mudar o dispositivo de atuação.

3.3. A potência de fogo protegida:

— Resulta da proteção blindada que goza seu armamento constituído de Mtr, Mtr e armas AC, em grande parte instalados nas próprias Vtr.

3.4. A ação de choque:

— Decorre da potência de fogo somada à grande mobilidade de suas viaturas.

3.5. As comunicações extensas e flexíveis:

— Resultam, finalmente, de ser o rádio o principal meio de comunicação utilizado.

4. Possibilidades

— Executa as missões clássicas da Arma de Infantaria (item I):

— Quando enquadrada na Bda Cav Bld executa ainda:

- O reconhecimento;
- A segurança;
- A ação retardadora;
- O aproveitamento do êxito e a perseguição;
- Reserva móvel.



UMA COLUNA DE VIATURAS M 113 EM MARCHA

5. Limitações

5.1. Quanto ao inimigo, depende:

- De sua defesa AC;
- Dos ataques aéreos;
- Dos obstáculos artificiais lançados.

5.2. Quanto aos meios, depende:

- Do ruído, da poeira, das silhuetas das VBTP, da observação limitada, do peso e das profundidades de vau.
- Da necessidade permanente de manutenção.
- Do grande consumo de combustíveis e lubrificantes.
- Da necessidade de um contínuo e eficiente apoio logístico.

5.3. Quanto ao terreno e condições meteorológicas, depende:

- De terrenos acidentados, arenosos, cobertos ou pantanosos.
- Da rede rodoviária.
- De chuvas intensas, lama, neve, frio ou calor e nevoeiro.

6. Viatura Blindada Transporte de Pessoal (VBTP M113)

a. Generalidades

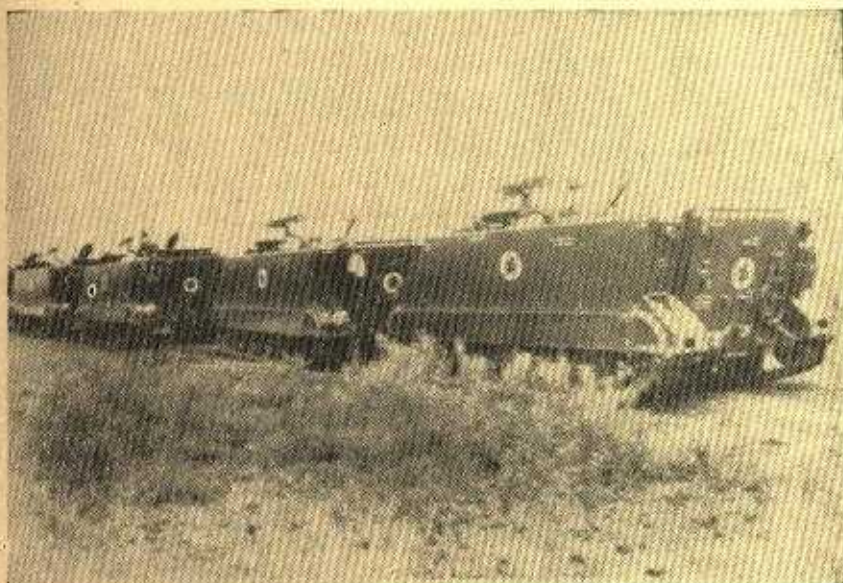
A VBTP M113 é uma Vtr leve, de baixa silhueta, desenhada e com características para variados empregos. Seu propósito principal é fornecer transporte blindado para o pessoal das Unidades Blindadas. Com pequenas alterações pode ser utilizada como Vtr Cmdo (PC), Vtr de comunicações ou ainda ambulância blindada e para outros fins que se queira transporte blindado sobre lagarta.

Opera em terrenos acidentados e alcança altas velocidades em estradas precárias ou auto-estradas.

O movimento das lagartas impulsiona e dirige a Vtr tanto na água como na terra, dando-lhe condições de vadear rios de correntes lentas ou lagos.

É possuidora de considerável ação de choque, tendo em sua Mtr Pes (.50) uma relativa potência de fogo quando devidamente empregada.

Além disto, fornece proteção parcial ao pessoal embarcado contra os efeitos de uma explosão nuclear. Em relação ao "ponto zero" desta explosão oferece resistência à ação do sopro, ao efeito térmico e a radiação nuclear. O grau desta proteção depende ainda da potência do artefato e da altura da explosão.



VIATURAS M 113 APRESTANDO-SE PARA UM EXERCÍCIO NO TERRENO

b. *Características técnicas*

— Peso líquido: 9.000 kg (pode ser transportada por avião e lançada de pára-quedas).

— Peso pronto para o combate: 10.396 kg.

— Grande visibilidade, com escotilha fechada (5 periscópios M17 e 1 periscópio M19 com infravermelho).

— Blindagem em placas de alumínio blindado.

— Capacidade para um Grupo de Combate ou 11 (onze) homens mais o motorista e um chefe de carro.

— Motor Chrysler Modelo 75M, V8, refrigerado a água, 215 HP a 4.000 RPM.

— Caixa de mudanças automática com 6 marchas a frente e uma a retaguarda.

— Carga útil: 1.752 kg.

— Espaço carga: 6,55 m³.

— Combustível: gasolina 80 Oct.

— Comprimento máximo: 4,86 m.

— Largura: 2,66 m.

— Altura: 2,20 m.

— Altura do solo — vão: 0,41 m.

— Velocidades máximas:

1) Em terra — 64 km/h.

2) Na água — 5,6 km/h.

— Consumo do combustível: 1 litro por km.

— Raio de ação: 320 km.

— Obstáculo vertical máximo: 0,60 m.

— Inclinação lateral máxima: 30.º.

— Passagem de vão máximo: 1,65 m.

— Máximo peso a ser tracionado: 6,583 kg.

— Bombas do porão: 2 (duas) — para retirar água do porão. — (167 litros por minuto cada uma).



Os Princípios de Guerra nas Operações Psicológicas

Maj Inf QEMA
FILADELFO REIS DAMASCENO

1. INTRODUÇÃO

A ciência e a arte da guerra englobam dois ramos de conhecimentos que, embora intimamente relacionados, apresentam características próprias e não devem ser confundidos. Os Princípios de Guerra são imutáveis e resultaram da experiência adquirida em milênios de lutas. A Doutrina, por outro lado, evolui com o aperfeiçoamento da técnica e da tática e é reflexo de sua época.

Os grandes pensadores militares, de todos os tempos, preocuparam-se em enfeixar o seu saber e experiência num reduzido número de máximas e pensamentos, válidos para todas as situações similares. O conhecimento desses princípios de guerra é dever fundamental de todos os chefes militares, pois que orientam a conduta das operações, indicam as ações e reações a empreender e facilitam o exercício do comando.

Atualmente, todos os exércitos modernos reconhecem os princípios

de guerra, embora haja algumas divergências quanto à denominação e número dos mesmos. Eles constituem também o único instrumento válido na apreciação de campanhas pretéritas, uma vez que o conhecimento da doutrina passada é sempre incompleto. Além disso, o historiador militar não consegue isolar-se por completo de sua época e integrar-se perfeitamente nos tempos sob seu exame.

Feitas essas considerações preliminares, abordemos o tema em questão. Sendo os princípios de guerra imutáveis e eternos, encontrarão aplicação nas Operações Psicológicas? Constituindo essas operações o emprego da Ação Psicológica pelo chefe militar, com o intuito de modificar opiniões, atitudes e comportamentos, serão igualmente influenciadas pelos princípios de guerra? Todos os princípios terão validade ou somente alguns deles?

Considerando que as operações psicológicas guardam estreita relação com o Moral — fator ponderá-

vel do Poder de Combate — procuremos responder às indagações formuladas, à luz dos princípios de guerra aceitos pelo nosso Exército. Utilizaremos uma linguagem simples, dispensando termos técnicos, a fim de sermos compreendidos pelo leitor médio.

2. PRINCÍPIO DO OBJETIVO

A destruição do poder de combate do inimigo — objetivo militar final da guerra — envolve necessariamente a obtenção, pelo comandante, senão de colapso moral do adversário, pelo menos, do abalo de sua vontade e de suas convicções.

A História Militar registra inúmeros episódios de resistência desesperada de combatentes, em flagrante inferioridade de meios de combate, levando-os, algumas vezes, à vitória. Tal constatação evidencia o valor da força moral como componente do poder de combate.

O objetivo maior das Operações Psicológicas é exatamente influir sobre a vontade de lutar do antagonista, levando-o à depressão moral e, conseqüentemente, à derrota. Com isto, estaremos enfraquecendo o poder de combate do inimigo e facilitando as nossas missões de combate e a nossa vitória final. Dentre as técnicas mais comuns, encontramos a de pôr em dúvida a justiça da causa adversária, a inevitabilidade de nossa vitória, as insinuações à deserção ou à aceitação da rendição como “solução honrosa”.

É conveniente recordar que, pela própria definição, as Operações Psicológicas têm, obrigatoriamente, um “objetivo”: fortalecer o moral de

nossa tropa ou quebrantar a vontade do inimigo. Em qualquer caso, procura-se obter um comportamento predeterminado.

O princípio do Objetivo encontra, nas Operações Psicológicas, aplicação semelhante ao das operações de combate. Da mesma forma que são empregados os projéteis e as granadas para a obtenção de um resultado bélico, o operador psicológico lança mão do tema, um assunto, um tópico de propaganda — uma linha de persuasão destinada a enfraquecer o inimigo. O conjunto de temas psicológicos, empregados em certa campanha, constitui uma Missão Psicológica, que corresponde ao objetivo intermediário das operações convencionais. A reunião de várias missões psicológicas constituirá o Objetivo Psicológico, equivalente ao Objetivo Decisivo. A conquista de vários objetivos psicológicos, desenvolvidos paralelamente às operações de combate, conduzirá ao objetivo final militar da guerra.

Um exemplo elucidará melhor o quanto foi exposto:

— “*Objetivo final militar da guerra*”: a destruição do poder de combate do inimigo.

— “*Objetivo Psicológico*”: baixar o moral inimigo e sua eficiência de combate.

— “*Missão Psicológica*”: induzir a tropa inimiga à deserção, revolta, rendição e a pretextar doença.

— “*Temas Psicológicos*”: “melhor ser livre que prisioneiro” ou “antes ser prisioneiro de guerra do que ser morto”.

Concluimos, pois, que o princípio do Objetivo tem pleno emprego nas

Operações Psicológicas, seja nas mensagens dirigidas ao inimigo, seja nas endereçadas às nossas tropas.

3. PRINCÍPIO DA OFENSIVA

Nas operações de combate a Ofensiva é fundamental para propiciar ao comandante a liberdade de ação, a manutenção da iniciativa, a imposição de sua vontade ao inimigo e a obtenção de resultados decisivos. Nas Operações Psicológicas o princípio da Ofensiva também é largamente empregado. Em primeiro lugar, a ofensiva psicológica proporciona uma sensação de segurança e de superioridade às nossas forças, com benéficos reflexos sobre o seu moral. Em segundo lugar, coloca o inimigo em posição incômoda, na defensiva, obrigando-o a desviar parte do esforço de sua propaganda para refutar as nossas idéias.

A defensiva psicológica deverá ter um caráter temporário e é recomendada em certas situações, enquanto se busca o momento oportuno para contra-atacar. Por exemplo: se um tema da propaganda inimiga explora de modo inteligente uma vulnerabilidade nossa e não temos um argumento suficientemente forte para rebatê-lo, o mais recomendável é silenciarmos a respeito. Uma resposta direta, negando a acusação, poderá servir para reforçá-lo ainda mais.

O princípio da Ofensiva poderá ser caracterizado por um ritmo constante na nossa campanha de propaganda, através da introdução de novos assuntos. Convém ressaltar que a ofensiva não exige e, pelo contrário, repele uma linguagem violenta e agressiva. Para o ope-

rador psicológico experimentado, o uso de insultos e ameaças constituem indícios seguros de que as coisas não vão bem do outro lado. Além disso, somente servem para dobrar a vontade de combater do inimigo, pois toda ofensa desencadeia uma reação.

Poderemos também obter a Ofensiva antecipando-nos aos nossos antagonistas na exploração de determinados assuntos, o que leva-los-á à defensiva ou contrapropaganda. É evidente que devemos possuir superioridade de meios de comunicação para obter e conservar a iniciativa.

Pelo exposto, verificamos que, também nas Operações Psicológicas, é verdadeira a máxima: "Somente a ofensiva conduz à vitória".

4. PRINCÍPIO DA MASSA

O princípio da Massa consiste na aplicação do máximo poder de combate no local e momento oportuno para obter um resultado decisivo. O operador psicológico emprega-o seguidamente no desenrolar de sua atuação. Ao fazer a seleção do público sobre o qual fará o esforço e do qual espera conseguir um comportamento bastante favorável aos seus intentos, está empregando o princípio da Massa. Igualmente, quando distribui os meios de comunicação ou quando decide a importância a dar à Propaganda ou Contrapropaganda, está aplicando o princípio da Massa.

5. PRINCÍPIO DA ECONOMIA DE FORÇAS

Sendo um corolário do princípio anterior, a Economia de Forças implica no emprego de meios su-

ficientes nos momentos e locais não decisivos, a fim de ser possível a adoção da Massa.

Nas operações psicológicas, a Economia de Forças poderá ser caracterizada de diversas maneiras. Os públicos considerados de valor secundário para o cumprimento da missão nem por isso serão abandonados e devem também ser objeto da nossa propaganda. Como norma, o esforço da campanha e a maioria dos meios são utilizados na Propaganda, o que caracteriza a Ofensiva, e parte dos recursos são empregados na Contrapropaganda. Vemos, assim, que o princípio da Economia de Forças é válido nas operações psicológicas.

6. PRINCÍPIO DA MANOBRA

O princípio da Manobra visa colocar o inimigo em posição incômoda e de desvantagem em relação às nossas forças. Nas Operações Psicológicas a manobra pode apresentar-se de inúmeras maneiras. Podemos lançar mão de temas flexíveis que impeçam a sua invalidação imediata por parte do inimigo. A escolha de um "bode expiatório" oferece grande liberdade de manobra, voltando-se sempre ao assunto, na falta de novos acontecimentos. A técnica da "batata quente", cilada que deixa o inimigo sem condições de resposta, facilita a manobra psicológica. A manobra pode ser obtida pelo emprego de temas constantemente atualizados, diversidade de técnicas adotadas, variação de meios, desvalorização de um tema que nos prejudica ou encaminhamento da discussão para outro assunto.

O emprego da Propaganda Cinza (fonte oculta) e da Propaganda Negra (querermos passar pelo inimigo) proporciona uma grande liberdade de ação ao operador psicológico. Através dessas formas de propaganda ele poderá divulgar mensagens de qualquer tipo sem o perigo de comprometer a sua reputação.

Finalmente, a manobra psicológica identifica-se perfeitamente com a manobra de combate, na técnica de mudança de atitudes. Da mesma forma que um ataque frontal contra uma posição fortemente organizada está fadado ao insucesso, assim também ocorre na mudança de atitudes. A experiência demonstra que o sucesso é obtido através da abordagem de atitudes secundárias, de menor importância, a fim de, indiretamente, através delas, atingir a principal, que é a arraigada na personalidade do público.

7. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE COMANDO

Este princípio é fundamental para o sucesso das Operações Psicológicas. Elas devem ser baseadas em normas e diretrizes emanadas dos mais elevados escalões e acordes com a política nacional. O planejamento deverá ser centralizado ao máximo e a execução descentralizada.

A ausência de um comando único e de orientação uniforme vão deixar em sério risco toda a campanha psicológica. Afirmções desencontradas, diversidade de tratamento do mesmo assunto e outras contradições levarão ao descrédito de nossa propaganda. A Unidade de Co-

mando possibilita a coerência e a credibilidade, fatores básicos para o êxito das Operações Psicológicas.

8. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA

A Segurança poderá ser obtida de várias formas nas Operações Psicológicas e muito contribui para o seu êxito. As medidas tomadas para encobrir o verdadeiro objetivo da propaganda, a antecipação em explorar certo tema e o emprego da propaganda Cinza e Negra são técnicas que proporcionam segurança.

A Contrapropaganda é outro exemplo significativo da aplicação do princípio da Segurança às operações psicológicas. Além de minimizar os efeitos da propaganda inimiga sobre as nossas tropas ela procura desorientar o antagonista encobrindo os nossos propósitos imediatos.

Também o operador psicológico lança mão do risco calculado em decorrência de certas situações. Embora o recomendável, na maioria dos casos, seja o emprego da verdade, há ocasiões em que a mentira ou a distorção dos fatos merece mais crédito do público, sendo, então, empregadas. Outras vezes, embora correndo o risco de que determinada mensagem seja conhecida por outro público, além daquele para o qual foi preparada, é decidida a sua difusão. Nesses casos deve haver uma avaliação criteriosa dos fatores contrários a fim de que não sejamos prejudicados.

9. PRINCÍPIO DA SURPRESA

Nas operações psicológicas a Surpresa poderá ser conquistada pela antecipação em relação ao inimigo,

seja iniciando a propaganda antes do mesmo ou abordando temas que o perturbem.

A escolha acertada do "momento psicológico", do público adequado às nossas intenções e da maneira de conduzir a campanha, são formas de garantir a surpresa psicológica. A utilização da forma indireta na nossa mensagem de propaganda e uma contrapropaganda eficiente contribuirão em grande parte para a surpresa.

Outro fator importante na obtenção da surpresa é evitarmos o emprego de campanhas estereotipadas. Há necessidade de uma constante variação da propaganda, seja quanto ao conteúdo das mensagens, seja pela multiplicação dos meios ou alteração dos horários e maneiras de difusão.

10. PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE

A Simplicidade é condição básica para o sucesso das operações psicológicas, tanto na concepção como na execução da mesma. Os planos devem ser simples e objetivos, mostrando claramente os meios a utilizar, os temas a abordar e os que devem ser evitados, a sensibilidade de cada público e os resultados esperados. A mensagem deverá ser clara, precisa e concisa, adequada ao linguajar e nível intelectual do público a que se destina.

11. CONCLUSÃO

No presente trabalho procuramos constatar a aplicação dos princípios de guerra nas operações psicológicas. Julgamos haver demonstrado

a validade de todos os princípios de guerra nesse setor importante da atividade militar e a contribuição de seu correto emprego para o sucesso das operações de combate.

Como as operações psicológicas desenvolvem-se paralelamente às operações de combate, ambas reforçam-se mutuamente. Ciente dessa relação e dos seus efeitos sobre o poder de combate, o operador psicológico atuará em íntima ligação com o Estado-Maior, a fim de tirar o máximo proveito de suas campanhas de propaganda.

O conhecimento dos princípios de guerra, aplicados às operações psicológicas, habilitará o operador psicológico a planejar e executar as ações e reações a seu cargo em bases sólidas e seguras. Tal precaução é fundamental para o êxito

de seu trabalho porque uma falha de natureza psicológica apresenta sempre resultados desastrosos. A correção de um erro dessa natureza é bastante difícil e demanda muito tempo, habilidade e grande experiência.

Como consequência do que foi exposto devemos retirar um ensinamento precioso. Embora o comandante militar não seja obrigado a conhecer os detalhes técnicos das operações psicológicas, tem o dever indeclinável de reconhecer a sua importância para o êxito do cumprimento de sua missão. Ouvir as sugestões do elemento especializado e acatar as suas recomendações é ter a certeza de que está dando a devida atenção ao fator moral e de que está facilitando bastante a sua tarefa.

BIBLIOGRAFIA

GUERRA PSICOLÓGICA — Paul A.M. Linebarger.

PRINCIPLES OF WAR — CA Subcourse 31 — Fort Gordon.

MANUAL DE "OPERAÇÕES" — IP 100-5

PSYCHOLOGICAL OPERATIONS EXTENSION COURSE — Fort Bragg.

APOSTILAS DO CEP.

APOSTILAS DA ECEME.

"Na longa e trágica história da Guerra, o mais importante elemento dos Exércitos tem sido sempre o homem. Mesmo hoje face à ampla mecanização e às quase incríveis armas de destruição, esse antigo princípio ainda continua de pé".

PISTA DE REAÇÃO

APERFEIÇOAMENTO DA FORMAÇÃO DO COMBATENTE NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Maj Inf QEMA
ARMANDO ENCARNAÇÃO MOREIRA

INTRODUÇÃO

Inicialmente, é necessário fazer algumas observações sobre o presente trabalho, a fim de melhor caracterizá-lo dentro de suas possibilidades de aplicação no maior aperfeiçoamento da formação do combatente de nosso Exército. Não possui ele extensa bibliografia nem se trata de trabalho de "impacto"; muito menos apresenta ineditismo absoluto. Muito ao contrário, é um trabalho simples, claro, sem pretensão literária, mas que pode ser destinado ao uso intensivo e rotineiro pela tropa, à leitura e compreensão fácil pelos oficiais encarregados de ministrá-la.

É o resultado de uma série de experiências práticas, onde os processos, meios e resultados foram examinados, comparados e analisados. Não se trata, portanto, de simples teoria ou idéias sem comprovação, mas da conclusão prática final da sua aplicação, em número suficiente para se poder dar crédito ao resultado. Tais experiências, como instruindo inicialmente e como instrutor em seguida, foram executadas em regiões, condições e participantes completamente diferentes, tais como o Curso de Comando (CIESP-Nú Div AeT — GB), Regimento-Escola de Infantaria (4.^a CIA GUERRILHA — CTESP — GB), 1.^o Batalhão do REI (FAIBRAS — REPDOM), Unidades do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil e Tropas Estrangeiras (FIP — REPDOM) e Curso

de Infantaria (CPOR — SP). Tal instrução, além de sempre demonstrar sobejamente seu alto rendimento em todos os aspectos da instrução básica militar, foi sendo aos poucos melhorada, acrescida, reformulada e organizada até chegar à forma atual, como está sendo ministrada. Trata-se, em síntese, de um percurso balizado em região densamente coberta, que o instruído deve percorrer (sob observação constante mas dissimulada) cumprindo uma missão tática e onde encontrará uma série de obstáculos sucessivos que deverá vencer sem auxílio. Os incidentes abordam diferentes aspectos da instrução, tais como: instrução tática básica, instrução física, de comunicações, orientação, reação imediata, etc., dentro das maiores condições de realidade possíveis. Embora primordialmente relacionada com a instrução do combatente de Infantaria, nada impede que seja ministrada como complemento à preparação dos elementos de outras Armas. Devidamente realizada, é de excepcional rendimento na verificação das condições físicas e profissionais dos executantes, pela variedade de assuntos que abordam e pelas condições de realidade imprimidas. A forma pela qual o presente trabalho é apresentado tem em vista facilitar seu entendimento e torná-lo um guia para sua execução, especificando o pessoal, material, viaturas e equipamento necessários bem como padronizando a atuação dos instrutores e observadores, a fim de prover condições de maior homogeneidade na execução e maior coerência dos resultados finais.

GENERALIDADES

1 — Finalidade

- Verificar as condições físicas e técnico-profissionais dos executantes numa série de obstáculos a serem transpostos sem auxílio, dentro de uma situação militar criada para esse fim.

2 — Objetivo

- Medir e aumentar os reflexos de ação imediata, iniciativa, coragem pessoal, conhecimentos militares e força de vontade moral dos executantes, preparando-os para a Guerra nas Selvas.

3 — Normas Gerais

- A pista será feita individualmente, sem auxílio de qualquer espécie.
- Será proibido o uso de munição real pelos executantes.
- A pista será balizada por duas fitas brancas, formando um corredor do qual o executante somente poderá afastar-se quando for interrompida.
- As condições de execução serão as mais reais possíveis.
- O executante será observado durante todo o percurso, dissimuladamente, só havendo intervenção dos observadores quando absolutamente necessário.
Todos os postos estarão ligados por telefone e/ou rádio.
- Os executantes entrarão na pista com um intervalo mínimo de 10 (dez) minutos, para manter seu isolamento.
- Os executantes não deverão conduzir consigo papéis, dinheiro, ou qualquer coisa que se estrague com água.
- Os executantes deverão usar jugular de queixo, armamento individual, máscara contra gases e ter todo o seu equipamento bem ajustado.

4 — Normas de Observação

- O observador não deve ser visto pelo executante.
- O observador só deve intervir se o executante afastar-se da pista e nos casos específicos de cada posto.
- O observador só intervirá pessoalmente em caso de acidente.
- Os observadores devem esforçar-se ao máximo para dar à instrução o melhor realismo possível.
- Os observadores somente devem usar o telefone ou rádio para atender chamados ou quando absolutamente necessário, como em caso de acidente, por exemplo.
- O observador não deve improvisar incidentes ou agir fora do previsto em seu papel, para evitar confusão às correções.
- O observador deverá retirar da pista e comunicar ao Instrutor, o executante que demonstrar falta de condições físicas para prosseguir, negar-se a cumprir ordem ou cometer falta disciplinar ou moral de natureza grave.

5 — Menção

- Será dada de acordo com o número total de pontos obtidos pelo executante, num máximo de 30 (trinta) pontos, a saber:

Excepcional	— (E)	— de 28,5 a 30
Muito bom	— (MB)	— de 21,5 a 28
Bom	— (B)	— de 14,5 a 21
Regular	— (R)	— de 10,5 a 14
Insuficiente	— (I)	— de 0 a 10

6 — Pessoal

- Instrutor — 1 Oficial
- Auxiliar de Instrutor — 20 Oficiais ou Sargentos
- Ajudantes — 7 Soldados
- Equipe de Comunicações — 3 Sargentos, Cabos ou Soldados
- Motoristas — 3 Cabos ou Soldados
- Equipe de Saúde — 4 Sargentos, Cabos e/ou Soldados
- Total — 38 (trinta e oito) homens

7 — Viaturas

- 2 viaturas 1/4 ton (jipe) com rádio
- 1 viatura 1/4 ton (Ambulância)
- 1 viatura 2 1/2 ton (Reo)

8 — Equipe de Saúde

- Uma ambulância com a equipe de enfermeiro e padroleiros permanecerá junto ao término da pista, para fins de atendimento e evacuação em casos de acidente.

9 — Material

- Flta branca dupla (a necessária para toda a pista).
- Fio telefônico para ligação entre todos os postos.
- 38 (trinta e oito) rações de combate.
- Todo o material para funcionamento dos postos (vide postos).

SEQUÊNCIA DAS ATIVIDADES NUMA PISTA**AREA "A"****Finalidade**

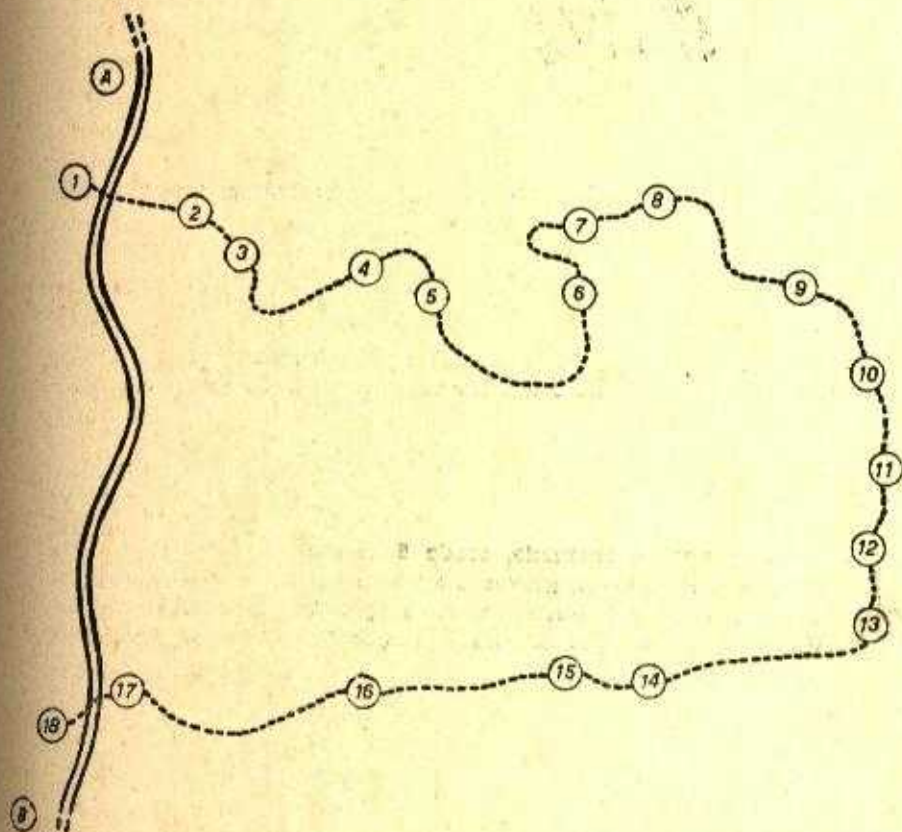
- Recepção e orientação

Procedimento

- Nesta área, afastada cerca de 100 metros do posto n.º 1, os executantes serão reunidos e receberão as informações necessárias sobre a execução da pista, a saber:

- a) Finalidade
- b) Execução

- c) Situação militar individual
- d) Marcação da pista
- e) Proibição de tiro real
- f) Convenções
- g) Convenção sobre uniformes
- h) Procedimento com civis
- i) Outras considerações



CROQUI TÍPICO DE UMA PISTA DE REAÇÃO

— Após estas informações e respondidas as dúvidas surgidas, os executantes serão relacionados e numerados com giz no capacete de aço aguardando, a partir de então, a sua chamada pelo posto n.º 1. O auxiliar de Instrutor efetuará uma revista em todas as armas e no equipamento individual a fim de evitar acidentes.

Pessoal necessário

- Um Oficial Instrutor e um Auxiliar de Instrutor

Material necessário

- Uma prancheta, lápis ou caneta
- Ficha de relação (Área "A")
- Quadro mural e giz

POSTO N.º 1**Obstáculo**

- Transmissão e recebimento de ordens: mensagem, senha e contra-senha.

Finalidade

- Fazer o executante decorar uma mensagem simples, que deverá levar ao fim da pista e dar-lhe conhecimento da senha e contra-senha que usará.

Procedimento

- O executante é chamado, tendo 5 (cinco) minutos para ler e decorar a mensagem, gravar a senha e contra-senha, após o que inicia a pista e a contagem do tempo. Somente serão respondidas perguntas pelo monitor no que se referir a dúvidas de linguagem ou caligrafia.

Pessoal

- 1 (um) Auxiliar de Instrutor

Material necessário

- 2 (duas) pranchetas, lápis ou caneta
- 1 (uma) mensagem, senha e contra-senha
- Fichas de observação do posto
- 1 (uma) ração de combate
- 1 (um) telefone ou rádio e 2 (duas) cadeiras

Observações a serem feitas pelo observador

- Anotar o número de ordem do executante
- Dar ao executante a prancheta com a mensagem, a senha e a contra-senha para decorar
- Passados 5 (cinco) minutos, recolher a prancheta e indicar ao executante a entrada da pista
- Anotar a hora de entrada do executante na pista
- Verificar e dar o conceito da atitude militar e atitude moral do executante
- Manter um intervalo mínimo de 10 (dez) minutos entre os executantes

Conceito a serem anotados

- | | | | | | |
|----|-----------------|---|----------|---|---|
| a) | atitude militar | — | positiva | — | 1 |
| | | | negativa | — | 0 |
| b) | atitude moral | — | positiva | — | 1 |
| | | | negativa | — | 0 |

POSTO N.º 2

Obstáculo

- Material inimigo abandonado

Finalidade

- Verificar a atitude do executante em relação ao material, se o percebe, se o identifica e revista, com a cautela necessária.

Procedimento

- O observador não deve intervir, somente anotar o número de ordem do executante, a hora que passou e dar o seu concelho na ficha de observação.
Somente intervirá, sem aparecer, se o executante pretender transportar consigo algum material.

Pessoal necessário

- 1 (um) Auxiliar de Instrutor

Material necessário

- 1 (um) facão de mato e 1 (uma) pá de Infantaria
- 1 (um) capacete de aço e 1 (um) bernal

- 1 (um) porta-cartas, 1 (uma) prancheta e lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 1 (uma) ração de combate
- 1 (um) telefone ou rádio e 1 (uma) cadeira

Observações a serem feitas pelo observador

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito da atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao obstáculo ao executante

Conceitos a serem anotados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - viu, mexeu corretamente — 1
 - viu, observou, não mexeu, — 1/2
 - não viu ou não prestou atenção — 0

POSTO N.º 3

Obstáculo

- Falsa Balana

Finalidade

- Verificar as condições físicas e técnicas do executante com relação à transposição.

Procedimento

- O observador não deve intervir, somente o fazendo, sem aparecer, se o executante tentar ultrapassar o obstáculo de outra forma que não a correta ou sair da pista. Somente intervirá pessoalmente em caso de acidente

Pessoal necessário

- Um auxiliar de Instrutor

Material necessário

- 2 (duas) cordas de 50 metros com 1" de espessura
- 2 (duas) estacas de argolas
- 1 (uma) prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 1 (uma) ração de combate
- 1 (um) telefone ou rádio e 1 (uma) cadeira



FALSA
BAIANA

Observações a serem feitas pelo observador

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito da atitude militar e atitude moral do executante
- Verificar e dar o conceito do executante, referente ao comportamento no obstáculo

Conceitos a serem anotados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - passou bem — 1
 - passou mal, com dificuldade — 1/2
 - não conseguiu passar — 0

POSTO N.º 4**Obstáculo**

- Ferido amigo

Finalidade

- Verificar a atitude do executante em relação ao ferido, se o atende corretamente, se o interroga quanto ao seu nome, Unidade e missão e se procura gravar a mensagem.

Procedimento

- O observador fará o papel do ferido, ficando deitado a cerca de 5 (cinco) metros da pista, procurando ser o mais real possível, em seu papel. Terá o uniforme aberto e um curativo individual manchado de sangue sob o ventre. Deverá dizer ao executante seu nome, Unidade e missão, pedindo água com insistência. Sua prancheta de anotação e telefone ou rádio deverão estar escondidos.

Pessoal necessário

- Um auxiliar de Instrutor.

Material necessário

- 1 (um) curativo individual
- Iodo, mercúrio-cromo ou metiolato
- Mensagem, Nome e Unidade
- 1 (uma) prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 1 (uma) ração de combate
- 1 (um) telefone ou rádio

Observações a serem feitas pelo observador

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito de atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante

Conceitos a serem anotados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - procedimento correto — 1
 - procedimento errado — 0

POSTO N.º 5**Obstáculo**

- Fateixa

Finalidade

- Verificar as condições físicas e técnicas do executante em relação à transposição.

Procedimento

- O executante terá direito a 3 tentativas de lançamento de fateixa, após o que o observador intervirá, sem aparecer, determinando que o executante suba por qualquer processo. O observador deverá determinar, ao executante, se este não o fizer, que lance a corda e a fateixa para baixo, após subir, para preparar o obstáculo para o homem seguinte. O observador deverá também manter um controle de tempo, não permitindo que um homem saia do obstáculo antes de decorridos 5 minutos da saída do seu antecessor, pelo menos.

Pessoal necessário

- Um auxiliar de Instrutor.

Material necessário

- 3 estacas de argola e 1 marreta
- 5 metros de corda 7/8" e 10 metros de corda 1/4"
- 1 fateixa

- 1 placa com os dizeres "lance a favela e suba"
- 1 placa com os dizeres "jogue a corda e a favela para baixo"
- 1 prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 1 ração de combate
- 1 telefone ou rádio e 1 cadeira

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito de atitude militar e atitude moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante
- Manter o controle do tempo

Conceitos a serem anotados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
- subiu bem — 1
- subiu com dificuldade — 1/2
- não conseguiu subir — 0

POSTO N.º 6

Obstáculo

- Boneco de reação

Finalidade

- Verificar a reação imediata, a agressividade e o controle do sistema nervoso do executante, sob a surpresa de um ataque inesperado.

Procedimiento

- O auxiliar de Instrutor deverá deixar o executante passar um pouco, deixando o boneco cair às suas costas, mas o mais próximo

possível, a fim de conseguir o máximo de surpresa. Em caso de o executante pressentir o boneco antes de passar por ele, o auxiliar de instrutor deverá deixar o boneco cair imediatamente, assim que notar que já foi visto, para poder testar a reação do executante.

Pessoal necessário

- 1 auxiliar de Instrutor e 2 soldados auxiliares

Material necessário

- 1 boneco manequim, o mais real possível
- 20 metros de corda de 1/4"
- 3 roldanas, arame e 1 marreta
- Fio de nylon (quantidade necessária)
- 1 prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 3 rações de combate
- 1 telefone ou rádio e 1 cadeira

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar conceito de atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante

Conceitos a serem anotados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - reagiu com rapidez — 3
 - reagiu com retardo — 1
 - não reagiu — 0

POSTO N.º 7

Obstáculo

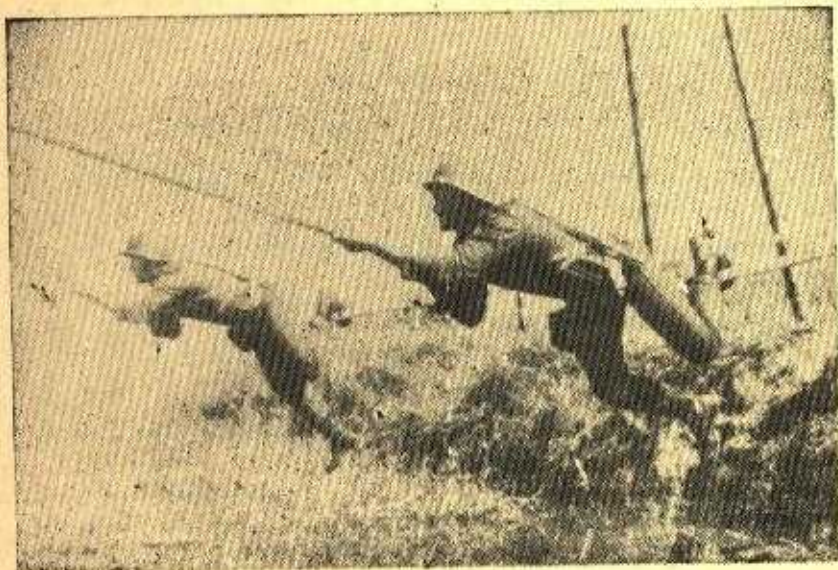
- Comando "CRAWL"

Finalidade

- Verificar as condições físicas e técnicas do executante em relação à transposição.

Procedimento

- O executante terá direito a quantas tentativas quiser para dominar a corda e iniciar a transposição. O observador deverá intervir, sem aparecer, no caso de notar que um executante está atrasando em demasia os seguintes, fazendo com que imediatamente após passe à frente do atrasado e este tente depois. Se o executante sair ou não conseguir dominar a corda, depois de um tempo razoável deverá prosseguir a pista, entre as duas fitas de demarcação. O observador somente intervirá pessoalmente em caso de acidente. Os Soldados auxiliares deverão estar escondidos, com o uniforme de educação física ou calção. O observador deverá também manter um controle de tempo, não permitindo que um homem sala do obstáculo antes de decorridos pelo menos 5 minutos da saída do seu antecessor.



COMANDO "CRAWL": EQUILÍBRIO E RAPIDEZ

Pessoal necessário

- 1 auxiliar de Instrutor e 2 soldados auxiliares

Material necessário

- 1 corda de 100 metros de 1" e 1 corda de 20 metros de 1/4"
- 2 estacas de argola
- 1 marreta, 1 martelo e pregos grandes

- 1 prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 3 rações de combate
- 1 telefone ou rádio e 1 cadeira

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito da atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante
- Manter o controle do tempo

Conceitos a serem executados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
— passou bem — 1
— passou com dificuldade — 1/2
— não conseguiu passar — 0

POSTO N.º 8

Obstáculo

- Morto inimigo

Finalidade

- Verificar a atitude do executante em relação ao morto, se o revista corretamente, com os cuidados necessários.

Procedimento

- O morto (manequim) inimigo deverá estar a cerca de três metros da pista, deitado de bruço, tendo em um de seus bolsos da camisa, uma mensagem, bem complexa, para que o executante não possa decorá-la, devendo levá-la. O observador não deve intervir, deixando o executante levar a mensagem, apressando-se, após sua partida, em colocar o manequim em posição novamente e nova mensagem em seu bolso, se for o caso.

Pessoal necessário

- 1 auxiliar de Instrutor
— 1 soldado auxiliar

Material necessário

- 1 boneco manequim, o mais real possível
- Mensagens mimeografadas
- 1 prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 2 rações de combate
- 1 telefone ou rádio e 1 cadeira

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito de atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante

Conceitos

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - agiu certo e levou mensagem — 1
 - revistou sem cuidado — 1/2
 - não viu ou não revistou — 0

POSTO N.º 9**Obstáculo**

- Sentinela amiga

Finalidade

- Verificar a reação do executante, sua rapidez de resposta, equilíbrio nervoso e memorização ao ser interpelado de surpresa.

Procedimento

- O observador fará o papel de sentinela amiga, devendo ocupar uma boa posição, bem camuflada, de onde, com agressividade, deverá comandar "alto" e dizer a senha, observando a reação do

executante. Após identificado, o observador deverá tentar o executante a abandonar sua missão, convidando-o a descansar, beber café ou outra bebida, a fim de testar sua conduta de mensageiro. O observador deve ter sua prancheta e telefone ou rádio escondido.

Pessoal necessário

- 1 (um) auxiliar de Instrutor

Material necessário

- Senha e contra-senha
- 1 prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 1 ração de combate
- 1 telefone ou rádio e 1 cadeira

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito de atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante

Conceitos

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - respondeu e procedeu corretamente — 1
 - respondeu, mas procedeu errado — 1/2
 - não respondeu à senha — 0

POSTO N.º 10

Obstáculo

- Área gasada

Finalidade

- Testar a rapidez de reação do executante ao deparar com uma área gasada e seus conhecimentos militares em relação ao obstáculo.

Procedimento

- O fio telefónico deverá ficar entre duas árvores próximas, entre as quais passará o executante, e a cerca de um metro e meio acima da cabeça deste; numa das pontas estará instalado um telefone (camuflado) e a outra ponta deverá perder-se de vista do executante, mas nada terá ao seu final. O observador deverá colocar-se numa posição de onde possa verificar com exatidão se o executante percebeu ou não a existência do fio telefónico e sua atuação posterior, somente intervindo, sem aparecer, se o executante pretender levar consigo o telefone ou cortar o fio.

Pessoal necessário

- 1 (um) auxiliar de Instrutor

Material necessário

- 20 (vinte) metros de fio telefónico e 1 (um) telefone de campanha
- 1 (um) martelo e pregos de cerca
- 1 (uma) prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 1 (uma) ração de combate
- 1 telefone ou rádio
- 1 (uma) cadeira

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar conceito de atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante

Conceitos

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - viu, mexeu corretamente — 1
 - viu, não fez nada ou mexeu sem cuidado — 1/2
 - não pressentiu — 0

POSTO N.º 12**Obstáculo**

- Armadilha

Finalidade

- Verificar a atenção e a capacidade de observação do executante, em relação ao seu itinerário de marcha.

Procedimento

- A armadilha, tipo fosso, deverá ser construída em sentido perpendicular à direção de marcha do executante, ocupando quase toda a largura da pista e de cerca de 25 centímetros de profundidade, coberta por uma grade de galhos e bem camuflada, dando, no entanto, algumas indicações de sua existência. O observador deverá ocupar uma posição de onde possa verificar a atuação do executante e ter junto a si uma quantidade de grades já prontas e do material de camuflagem ou quantidade suficiente para reparar imediatamente a armadilha, para o executante seguinte. O observador deverá também manter um controle de tempo, não permitindo que um homem saia do obstáculo antes de decorridos pelo menos 5 (cinco) minutos da saída do seu antecessor.

Pessoal necessário

- 1 (um) auxiliar de Instrutor e 1 (um) soldado auxiliar

Material necessário

- 1 (uma) picareta de parque e 1 (uma) pá de parque
- 1 (uma) ou mais grades de madeira e material de camuflagem
- Arame fino e 1 (um) alicate
- 1 (uma) prancheta e 1 (um) lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 2 (duas) rações de combate
- 1 (um) telefone ou rádio e 1 (uma) cadeira

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito de atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante
- Manter o controle do tempo

Conceitos a serem anotados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - não foi surpreendido — 1
 - caiu na armadilha — 0

POSTO N.º 13**Obstáculo**

— Orientação

Finalidade

— Verificar os conhecimentos militares do executante em relação ao obstáculo e sua iniciativa.

Procedimento

— O executante, ao chegar a este obstáculo, não encontrará mais as duas fitas demarcatórias da pista, que aí terminam. Em sua frente, sobre uma mesa, encontrará uma bússola e uma ordem escrita, que conterá o ponto de referência, o azimuth e o número de passos duplos que deverá usar para reencontrar a marcação da pista. O observador só intervirá, sem aparecer, se o executante pretender levar consigo a bússola, o que não será permitido.

Pessoal necessário

— 1 (um) auxiliar de Instrutor

Material necessário

- 1 (uma) mesa, 1 (uma) bússola M1 e tinta branca
- 1 (uma) placa com os dizeres: "Tomando como referência a árvore pintada de branco, tome o azimuth de 35º graus e ande 60 (sessenta) passos duplos nesta direção. Deixe a bússola sobre a mesa antes de partir".
- 1 prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 1 (uma) ração de combate
- 1 (um) telefone ou rádio e 1 (uma) cadeira

POSTO N.º 15**Obstáculo**

- Campo minado

Finalidade

- Verificar os conhecimentos militares do executante em relação ao obstáculo.

Procedimento

- O campo minado ocupará toda a pista, perdendo-se de vista dos lados, a fim de impedir seu desbordamento e terá sua faixa anterior e posterior devidamente ballizadas por meio das placas convencionais. O observador não deverá intervir deixando o executante ultrapassar o campo minado do modo que desejar.

Pessoal necessário

- 1 (um) auxiliar de Instrutor

Material necessário

- 3 (três) placas de início de campo minado
- 3 (três) placas de término de campo minado
- 1 (uma) marreta
- 1 (uma) prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 1 (uma) ração de combate
- 1 (um) telefone ou rádio e 1 (uma) cadeira

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito de atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante

Conceitos a serem anotados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - ultrapassou corretamente — 1
 - ultrapassou errado — 0

POSTO N.º 16**Obstáculo**

- Material inimigo abandonado armadilhado

Finalidade

- Verificar a conduta do executante em relação ao material, se o percebe, se o identifica e o revista, com a cautela necessária; se nota a armadilha e se a desarma.

Procedimento

- O material deverá estar próximo à pista, mais ou menos à vista, contendo o objeto que praticamente obrigue o executante a revistá-lo, sob o qual estará colocado um acionador de descompressão somente com a espoleta, devendo ser deixados alguns sinais de sua presença. O observador somente intervirá, sem aparecer, caso o executante procure levar consigo algum material. O observador deverá ter consigo espoletas em números necessários para rearmar com rapidez os acionadores detonados.

Pessoal necessário

- 1 (um) auxiliar de Instrutor
- 1 (um) soldado auxiliar

Material necessário

- Acionadores de descompressão e espoletas
- 1 (um) capacete de aço e 1 (um) facão de mato
- 1 (uma) lanterna, 1 (um) camburão de água
- 1 (uma) bolsa de papéis, e 1 (um) porta-cartas
- 1 prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 2 (duas) rações de combate
- 1 (um) telefone ou rádio e 1 (uma) cadeira

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito de atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante

Conceitos a serem observados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - viu, mexeu corretamente — 1
 - viu, não mexeu — 1/2
 - não viu ou detonou — 0

POSTO N.º 17**Obstáculo**

— Rappel

Finalidade

- Verificar as condições físicas e técnicas do executante em relação à transposição.

**Procedimento**

- O observador deverá estar colocado num ponto donde tenha ampla visão do executante quando este abordar o obstáculo. Deverão ser instaladas 2 (duas) cordas, uma para o executante e a outra para uso do observador, em caso de previsão de acidente. O observador somente intervirá se notar que o executante não tem

**TIPO DE RAPPELL
QUE EXIGE
ELEVADA PERICIA**

condições técnicas para executar a descida, devendo então recordar-lhe o modo de encordoar, fiscalizando com atenção sua descida, dando-lhe no entanto neste caso, conceito negativo, considerando que o mesmo, sem auxilio, não passaria no obstáculo, sendo sua intervenção para evitar acidente, tão-somente.

Pessoal necessário

- 1 (um) auxillar de Instrutor

Material necessário

- 2 (duas) cordas de 50 metros de 1/2 polegada
- 1 prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de observação do posto
- 1 (uma) ração de combate
- 1 (um) telefone ou rádio e 1 (uma) cadeira

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito de atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante

Conceitos a serem observados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) quanto ao obstáculo
 - passou bem — 1
 - passou mal — 1/2
 - não passou — 0

POSTO N.º 18

Obstáculo

- Relatório

Finalidade

- Verificar a capacidade de observação e memorização do executante.

Procedimento

- O observador fará o papel do Comandante do Batalhão, a quem o executante apresentará seu relatório, dizendo a senha e contra-senha, a mensagem principal, as mensagens secundárias e tudo o

que consigo se passou durante o itinerário. O observador deverá ser o mais real possível em seu papel, evitando no entanto ser ris-pido, a fim de evitar acanhamento no executante e deverá deixar o executante falar por si mesmo, limitando-se a solicitar os itens acima descritos. Terminado o relatório, o executante será encaminhado à área "B".

Pessoal necessário

- 1 (um) auxiliar de instrutor

Material necessário

- 1 (uma) mesa e 1 (uma) cadeira
- 1 (uma) placa com os dizeres "Cmt do Btl"
- 1 (uma) prancheta, lápis ou caneta
- Fichas de relatório (posto n.º 18)
- 1 (uma) ração de combate
- 1 (um) telefone ou rádio

Observações a serem feitas

- Anotar o número de ordem do executante e a hora da passagem
- Verificar e dar o conceito de atitude militar e moral do executante
- Verificar e dar o conceito referente ao procedimento no obstáculo pelo executante

Conceitos a serem observados

- a) atitude militar — positiva — 1
negativa — 0
- b) atitude moral — positiva — 1
negativa — 0
- c) senha e contra-senha
 - certa — 1
 - errada — 0
- d) mensagem de saída
 - correta — 5
 - pontos essenciais — 2
 - errada — 0

Demais conceitos

- O observador deste posto marcará com um "s" toda informação correta prestada pelo executante e com um "n" toda informação prestada incorretamente ou esquecida pelo executante.

ÁREA "B"**Finalidade**

- Reorganização

Procedimento

- Nesta área, afastada cerca de 100 metros do posto n.º 18, os executantes serão reunidos após o término da pista, onde descansarão e será feita uma rápida crítica, focalizando os pontos principais e os erros porventura já verificados e após a recomendação expressa de manter em segredo os obstáculos da pista e sua colocação, os homens serão liberados para suas subunidades.

Pessoal necessário

- 1 (um) auxiliar de instrutor

Material necessário

- O de funcionamento da Área

CONCEITO FINAL**1) Atitude**

- ambas positivas — 2
- uma negativa e uma positiva — 1
- ambas negativas — 0

Observação:

- será considerada negativa a atitude quando o executante tiver mais de 1/3 de conceitos negativos dos observadores dos postos.

2) Conceitos do posto n.º 2 ao posto n.º 17

- de acordo com o conceito dado pelo observador do posto.

3) Senha e contra-senha

- de acordo com o conceito dado pelo observador do posto n.º 18.

4) Mensagem de saída

- de acordo com o conceito dado pelo observador do posto n.º 18.

5) Tempo

- menos que a média — 1
- dentro da média — 1/2
- mais que a média — 0

Observação:

- Considerando-se média a faixa de 10 minutos a menos da hora média dos horários conseguidos pelos executantes.

6) Relatório (Posto n.º 18)

- Menos de 7 informações — 0
- 7 ou mais informações — 1/2
- As duas mensagens secundárias e 4 informações — 2
- As duas mensagens secundárias e 4 informações — 3
- Relatório completo — 3

7) Final

- Será dado pela soma dos conceitos obtidos pelo executante de 0 a 30.

8) Menção

- Será dada pela comparação do conceito final com a tabela de menções da página 49.

* * *

NR: Este trabalho constitui monografia do autor quando aluno da ECME e foi seleccionado para publicação pela Escola.

*"O passar do tempo não tornará melhor um Exército
que não selecciona seus recrutas".*

DIA DA ENGENHARIA

General
ALMIR P. DE CASTRO

Oração proferida quando da inauguração do Salão
Vilagran Cabrita, do DEC no SMU/Brasília

A Engenharia não é, meus camaradas, entre as suas armas coirmãs, a melhor. Mas afirmaria, com segurança e tranqüilidade, que é a arma indispensável. Indispensável ao comando, imprescindível ao administrador.

Indissoluvelmente ligada à nossa história, a Engenharia Militar fez-se presente ainda no período colonial, onde com ousadia e inextinguível engenho venceu obstáculos que até hoje nos enchem de admiração. Os engenheiros militares a serviço da Coroa portuguesa não só defenderam a jovem colônia, bem como criaram bases para a sua segurança, expansão e desenvolvimento.

As fortificações ao longo da nossa costa e nas nossas ainda distantes fronteiras, comprovam essa assertiva.

Em data bem posterior, um Marechal Rondon, teria seu nome transpondo fronteiras, tal o seu idealismo e poder de realização, com a visão antecipada da necessária integração de nosso amplo território.

No campo tático, um Vilagran Cabrita, fez de sua carreira uma epopéia de conhecimentos profissionais, de chefe capaz, e de patriotismo, merecendo que hoje o reverenciemos como um dos nossos grandes heróis.

Como citação histórica, vale notar que a Proclamação da República impôs a reorganização do Exército. E a Lei n.º 1.860, de 4 de janeiro de 1908, criou como arma a Engenharia. Mas a origem, ou surgimento, da Engenharia no Exército português, se perde na distância dos tempos, e na necessidade crescente que esse Exército necessitou das fortificações para a defesa dos seus territórios e domínios.

E hoje, meus senhores, nos dias de especialização que estamos atravessando, nos defrontamos com a Engenharia de Combate e Engenharia de Construção. Embora com nomes diversos, prepara-

mos nossos quadros com o requisito necessário para que, em qualquer desses ramos, eles possam atuar com a desejada e indispensável eficiência.

A primeira, de combate, atualmente com 8 Batalhões, sofre um constante treinamento e adestramento, recebendo o apoio da alta administração militar no sentido de atualização e complementação do seu equipamento. Ainda no ano passado foram adquiridas seis unidades de ponte M4T6 e duas equipagens de ponte, Bailey M2. Para os nossos jovens camaradas, permitam-me dizer, que já estão na fase da recordação os velhos tempos da equipagem francesa, com pontões de ferro e transporte hipo.

Entrando nosso país na 2.ª Grande Guerra, cobriu-se de glórias e Engenharia com os feitos do 9.º Batalhão de Engenharia, tão vivos na nossa memória, e que custaram a vida de brasileiros resolutos, que dos campos da Itália subiram aos céus, em defesa dos princípios democráticos. E nunca será demais repetir, repetir e repetir essas páginas memoráveis da nossa Engenharia.

A Engenharia de Construção, muito antiga, compreende unidades em todos os quadrantes do país. Algumas, de acentuado nível técnico, guardam suas raízes no Brasil Império, como o Primeiro Batalhão Ferroviário, cujo passado de realizações no sul do país, na campanha gaúcha ou nas serras, enchem de glória qualquer Exército, como também, encheram de suor e preocupações muitos dos nossos generais de ontem e de hoje. Vale notar que o Tronco Sul, aspiração do Estado-Maior do Exército na segunda década do século, teve sua parte de infra e superestrutura construída graças ao esforço, dedicação e desprendimento dos nossos engenheiros.

Atualmente, nossa Engenharia de Construção compreende 2 Grupamentos de Engenharia, sediados, o 1.º em João Pessoa e o 2.º em Manaus; 9 Batalhões de Engenharia de Construção, subordinados a esses dois Grupamentos e com zonas de ação no Norte e Nordeste; o 1.º Batalhão Ferroviário, na região Sul; o 2.º Batalhão Ferroviário na Região Centro Oeste e três Comissões de Estradas de Rodagem, as de números 2, 3 e 5. Na área da Diretoria de Obras Militares, a Engenharia de Construção compreende a Comissão Especial de Obras n.º 1, a Prefeitura Militar de Deodoro e 11 Comissões Regionais de Obras.

Merece enfoque, nesse setor, a CEO-1, responsável pelas Obras do Exército em Brasília. O vulto dos empreendimentos realizados, o cumprimento de especificações rígidas e dos prazos fixados, são chocantes em relação ao seu pequeno efetivo, que se desdobra e se sobrepuja a si mesmo, para o cumprimento das missões que lhe foram e são impostas.

Falando-se em Engenharia, não seria lícito silenciar sobre a arma de Comunicações, que até há poucos anos era integrante da pri-

meira. Sabiamente, outorgou-lhe, nosso governo, como patrono o Marechal Rondon, cujos feitos das linhas telegráficas de Mato Grosso e da Colônia Militar de Iguaçu, podem ser comparadas às missões desbravadoras dos bandeirantes.

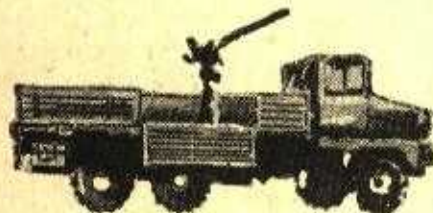
Arma de tecnologia em processo extremamente dinâmico de desenvolvimento, também vem se desenvolvendo em ritmo acelerado e contribuindo para o reaparelhamento do Exército, e nós do DEC, somos testemunhas diárias do afã, do desejo de servir, de dotar nossa Força de todos os meios de Comunicações necessários ao funcionamento pleno dos Comandos e da Tropa.

Em síntese, meus senhores, essas aparentes duas Engenharias, são exclusivamente parcelas de um todo coeso, voltado para o trabalho profícuo, desejoso de alcançar o melhor nível de eficiência e produção.

Essa Engenharia crê na importância das missões militares e de cooperação que lhe são confiadas!

Crê no acerto das medidas governamentais, visando à interiorização de suas unidades, embora tais medidas signifiquem desconforto e sacrifício!

Crê na validade de sua atuação na Amazônia, crê na sua participação em benefício do progresso do Brasil!



SOLICITAÇÃO

VOCÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S-3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

O AMANHÃ COMEÇA HOJE

Cel WETTERWALD, Majores CALVES e LALES,
e Médico Dr. BANDINI (Tradução da "L'Armée"
de Out 1971, pelo Ten Cel P. MARCOS)

INTRODUÇÃO

A Seção Técnica do Exército Francês possui, em sua organização, uma equipe que trata de "prospectiva" sob um prisma relativamente limitado. Essa palavra, que representa uma ciência, tornou-se de uso corrente e não é raro ler-se artigos sobre essa "moda" nova porém necessária. É normal que os Exércitos, orientados, por força de hábito e necessidade para o futuro, por ela se interessem, sem que se possa daí deduzir que eles se proponham a seguir ou utilizar as idéias exploradas. A constituição de uma panóplia não deriva somente de critérios técnicos.

A prospectiva em seu todo, deve encarar vários pontos; primeiramente cada um deles de *per si* e depois em seu conjunto e interseções, no sentido matemático dos termos, para estudar o que sua justaposição, conjugação ou interpretação, acarreta como consequências reciprocas e influência sobre a situação em dado momento.

Os fatores a encarar podem ser os seguintes: político e geopolítico, econômico, operacional, científico e técnico.

Seu grau de importância é variável segundo as condições ou hipóteses. Cada um deles reage de um certo modo sobre os outros ou, sobre um ou outro de forma particular.

Um primeiro corolário a ser estabelecido, de tudo o que acima está exposto é que a prospectiva, por si mesma multidisciplinar, não pode ser apanágio de um só e sim de uma equipe. Essa é a razão pela qual cada uma das três partes deste artigo foi redigida por um membro diferente da equipe "prospectiva" da Seção Técnica do Exército.

Este artigo é o fruto parcial de certas reflexões baseadas no que, *razoavelmente*, pode acontecer em alguns anos, pois a prospectiva tem a obrigação de não ser utópica.

A 3.ª DIMENSÃO

"Mesmo que a aeromobilidade só devesse responder, em parte, às necessidades das forças terrestres, as perspectivas que ela oferece à manobra nas futuras operações exigem que, desde já, os quadros do Exército reflitam sobre ela".

Foi nesses termos que terminou o prefácio do Chefe do Estado-Maior em recente número especial desta Revista.

Pode-se prever que a próxima geração do material dos Corpos Operacionais dos diversos países será muito mais incrementado com meios aeromóveis e até mesmo aeroterrestres.

A necessidade de um material de combate dessa natureza surge em virtude de razões táticas e técnicas e pode-se tentar, desde já, imaginar vários tipos de engenhos que entrariam em sua composição.

O AUMENTO DA MOBILIDADE

As modernas formas de combate exigem um aumento de mobilidade para os engenhos de combate, assim:

- o surgimento de armas nucleares impõe a necessidade de poder se concentrar e dispersar com prazos cada vez menores para conciliar potência e segurança;
- o progresso das armas anticarros impede que o blindado permaneça mais do que alguns segundos no seu campo de tiro; a falta de uma blindagem miraculosa para torná-lo menos vulnerável, exige dele uma mobilidade maior;
- a par do que acima está exposto, o emprego de armas de destruição maciças exige que a todo tempo, e sobretudo com oportunidade, se saiba no dispositivo o que deve ser destruído.

Em face da revolução no domínio da potência, assiste-se, em contrapartida, somente a uma evolução no da mobilidade terrestre; os progressos dos veículos presos ao solo tendem para um limite. Os veículos que se movem sobre colchão de ar parecem mais aptos ao movimento sobre a água do que em terra e seu emprego pelas forças terrestres só se justificaria em terrenos marginais. Por outro lado, quando se trata de transpor cortes, a experiência confirma que é bem fácil pôr na água os anfíbios e submersíveis mas é muito mais difícil tirar.

A revolução que se processa no domínio dos materiais, ligados à banalização das técnicas aeronáuticas, abre perspectivas das mais animadoras. A pesquisa de material para blindagens leves, de fibra,

de plástico, de cerâmica ou de outro material vai permitir diminuir consideravelmente o peso dos engenhos com uma proteção equivalente.

A construção de motores a turbina de média e pequena potência, executada pela "técnica automobilística" permitirá diminuir de maneira sensível a relação massa — potência dos motores.

A utilização da 3.^a dimensão surge como a via mais favorável tanto mais quanto os progressos que se espera em matéria de estruturas e de aerodinâmica, a evolução nos processos de navegação e pilotagem estão chegando ao ponto de poderem ser aproveitados diretamente nos engenhos aeromóveis e aeroterrestres das forças de combate.

Esses últimos até o presente são constituídos, quase que exclusivamente, por helicópteros cujo emprego se diversificou em três funções essenciais do combate: observação, ataque e transporte (ligação). É provável que o helicóptero forme a ossatura das forças aeroterrestres, porém ele não será o único engenho aéreo.

ENGENHOS ADAPTADOS

Sem preconceber as possíveis realizações nos próximos vinte anos, pode-se tentar definir os tipos de engenhos que melhor se adaptam às três funções acima assinaladas.

Observação

O helicóptero possui a faculdade de explorar a 3.^a dimensão nas baixas altitudes e de poder se deslocar em uma vasta gama de velocidade. Melo ideal da busca de informações seja "olhando" o terreno, seja recolhendo os informes de elementos que os colheram no solo, ele permite além do mais a transmissão dessas informações, sem demora, para uma exploração imediata. Seu emprego será aumentado pela aptidão que lhe derem de voar em qualquer tempo, de dia como à noite. No entanto, sua aptidão para se deslocar no solo permanecerá limitada.

A busca de informações em zonas mais profundas será confiada, mais particularmente, a *plataformas aéreas e mísseis de vigilância do campo de batalha*. Estes terão suas possibilidades aumentadas graças aos progressos nos campos do:

- domínio do plano de voo e recuperação no solo;
- captação da informação por novos meios da ótica, da eletrônica e da optoeletrônica;
- rapidez das transmissões e processamento dessas informações.

As plataformas aéreas assegurarão aos meios atualmente baseados em terra a possibilidade de "ver" nos limites do alcance desses aparelhos. Nas baixas altitudes as plataformas, ligadas ao solo e utilizando a energia que lhes vem da terra, serão suficientes; nas altitudes mais elevadas, serão necessárias plataformas autônomas, porém essa autonomia será limitada enquanto se espera que um dia a energia lhe seja enviada através de um feixe "laser" ou eletromagnético.

COMBATE

Ataque

No que tange ao ataque, o emprego do helicóptero armado só poderá ser incrementado à medida que progredir o armamento, a estabilidade e capacidade manobreira da plataforma voadora que ele é. Uma força aeromóvel dessa natureza pode se concentrar rapidamente em uma dada região e apresentar aí uma considerável potência de fogo, atualmente, à base de mísseis anticarro que poderão ser completados por outros táticos com cargas múltiplas e diferenciadas.

Pode-se também conceber, para missões anticarro, *mísseis de vigilância* armados capazes de procurar seus objetivos e batê-los a várias dezenas de quilômetros de sua zona de partida.

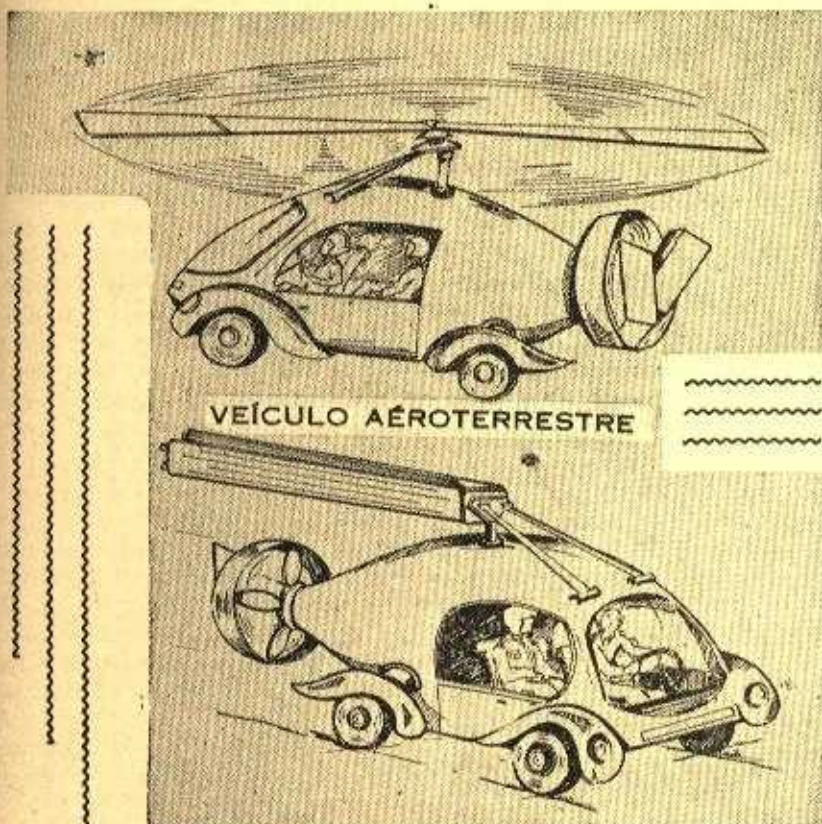
Transporte

O futuro pertence aos transportes pesados "por sobre o terreno" para cargas úteis de algumas dezenas de toneladas. Os "guindastes volantes" já asseguram transportes logísticos em zonas difíceis. Não é impossível que se lhes confiem algum dia, a colocação em uma base de partida de engenhos blindados indispensáveis a uma ação ofensiva, ou a exploração, ou ainda a transposição de uma zona cortada a fim de permitir-lhes o prosseguimento rápido da ação. No mínimo, o helicóptero pesado será capaz de lançar nos cortes, as pontes preparadas à retaguarda, em distâncias e prazos muito menores do que se faz hoje em dia.

Enquanto aumenta a capacidade de carga, a velocidade e o raio de ação do helicóptero, seu papel no transporte de unidades orgânicas já está provado assim como o de reconhecimento e de ligação. O "engenho aéreo individual" poderá, em alguns casos particulares do combate, mostrar-se de grande utilidade. Mais promissor porém será a construção e utilização, dentro de uma concepção aeroterrestre de um engenho anfíbio — terra — ar dotado de boa mobilidade no solo e capaz de sobrevoar pequenas alturas em condições aceitáveis e em grandes distâncias. Concebido como um autogiro de pás dobráveis quando no solo, tal engenho não deverá necessitar para alçar voo

ou pousar mais do que uma dezena de metros. Sem possibilidade de voo estacionário e sem grande proteção, poderia tal veículo realizar com vantagens certo número de missões de ligação e de reconhecimento.

Esse rápido galope que demos examinando meios suscetíveis de futuras realizações buscou somente focalizar o domínio da modalidade aérea. Por si só ela não poderá resolver completamente o problema da adaptação das forças ao fogo nuclear, particularmente no que respeita a missões que tradicionalmente cabem aos engenhos blindados.



dados. Sem falar na vigilância do campo de batalha ela pode, pelo menos devolver, em parte, ao movimento a importância que hoje em dia ele perdeu. Três direções de esforço podem ser encaradas: engenho aeromóvel dotado de forte potência de fogo, helicóptero de grande tonelage e engenho anfíbio — terra — ar medianamente protegido.

APTIDÕES DO COMBATENTE

As aplicações militares de biologia, já de si consideráveis, o serão muito mais nos próximos vinte anos, levando-se em conta as espetaculares possibilidades oferecidas pela bioquímica do cérebro. Com efeito, o sono, a vigília, o medo, a agressividade, a fome, a sede, as sensações de frio e calor, em resumo: todo o comportamento do combatente está sob o controle de substâncias fabricadas pelas diversas regiões do cérebro.

Até esses últimos anos as pesquisas nesse particular eram muito tímidas. Atualmente vários pesquisadores se aventuram com sucesso aplicando técnicas de estudo mais ousadas tendo em vista estabelecer uma carta cerebral tão precisa como uma de estado-maior.

O comportamento

Aplicando impulsos elétricos, cuidadosamente dosados, em regiões adequadas do cérebro pode-se provocar, ao bel-prazer do pesquisador, o prazer, o medo, a cólera, o bem-estar ou o desespero, em uma palavra, pode-se modificar todo o comportamento individual. Em um rato, por exemplo, após haver conectado, por um artifício, o centro do prazer ou do bem-estar a uma alavanca que permita ao animal provocar, ele mesmo, a excitação elétrica geradora do prazer, constatou-se, com surpresa, que em vinte e quatro horas, o rato apoiara 20.000 vezes sobre a alavanca, deixando de fazê-lo só o tempo de comer, beber e dormir...

Fome e sede

Do mesmo modo, pode-se exacerbar as regiões que comandam as sensações de fome e sede. A passagem da corrente pelo centro da fome força os ratos a comer permanentemente, mesmo se já estiverem fartos, até ficarem obesos. Fisiologicamente, o funcionamento dos centros da fome e da sede estão na dependência de dois tipos de substâncias químicas: uma excitante do centro da mesma forma que uma corrente elétrica e a outra que a inibe, o que permitiria diminuir e mesmo suprimir as ditas sensações. Atualmente se processa o estudo bioquímico dessas substâncias. Esses compostos poderiam encontrar o emprego militar em "operações de sobrevivência".

O frio e o calor

Passa-se o mesmo em relação aos centros que comandam a luta contra o frio e o calor. Sabe-se que para resistir ao calor os animais transpiram. Ora, se fizermos circular um líquido frio em uma pequena serpentina colocada no centro que comanda o calor, o animal

cessa de transpirar, mesmo que esteja em um ambiente superaquecido. Ao contrário, se fizermos circular um líquido quente, ele transpirará abundantemente, mesmo se estivesse em uma câmara bem fria. Tais pesquisas interessam particularmente às tropas que tivessem que se transferir abruptamente para regiões tropicais.

O medo e a agressividade

Como a fome, sede, calor ou frio, o medo e a agressividade tem sua origem na química do cérebro. Isso significa que com drogas apropriadas pode-se agir sobre elas. Foi possível, graças a esse expediente, transformar ratos mansos e bravos em assassinos e pacíficos e vice-versa. Da mesma forma pelo método dos fios elétricos, ligados a esses centros pode-se deter instantaneamente o tropel de um touro furioso ou, inversamente, excitar à vontade a cólera de um gato.

A vigília e o sono

Para o sono e a vigília trata-se do mesmo problema citado acima. Graças a uma determinada droga inibidora do centro do sono, pôde-se manter gatos em vigília constante durante doze dias e isso sem nenhuma perturbação fisiológica. Ao contrário, as perturbações surgem quando a supressão do sono é obtida, não mais pela inibição do centro respectivo e sim pela excitação, do centro que comanda a vigília, por drogas tais como o maxiton.

Além disso as experiências em ambientes subterrâneos demonstraram que o ritmo normal de 16 horas de vigília e 8 de sono torna-se, na ausência de relógio, um ritmo diferente que, espontaneamente, o indivíduo adota, apresentando uma vigília de 36 horas por 12 horas de sono. A esse período ele denomina como sendo um dia quando em realidade são dois.

A seleção de especialistas

O cérebro humano com seus dez bilhões de células nervosas parece ser o mais sofisticado dos sistemas existentes na terra. A atividade elétrica do cérebro se traduz sob a forma de curvas, se o examinamos por meio de um eletroencefalograma. Todavia para registrar e comparar a massa de informações obtida só mesmo lançando os dados em um computador. Já se chegou à conclusão que, antes de uns vinte anos, um simples eletroencefalograma permitirá definir as aptidões, as qualidades, os defeitos assim como a inteligência de um indivíduo, de maneira muito mais perfeita e segura do que por meio de testes. Isso será muito importante para a seleção de pessoal altamente especializado ou investido de grandes responsabilidades.

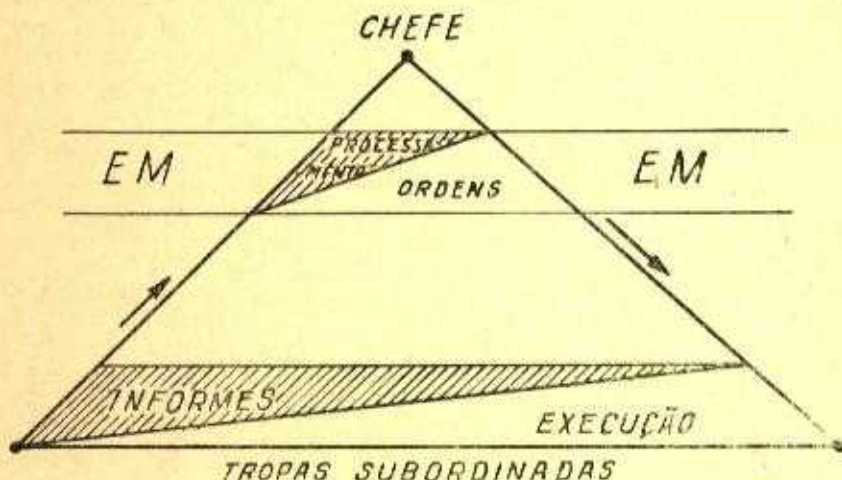
Todas as pesquisas acima citadas foram feitas com os objetivos terapêuticos. Algumas drogas já são utilizadas correntemente pelos médicos (ações contra a fome, o sono, a agressividade de um indivíduo perigoso etc.) com objetivos humanitários. Outras drogas, sobretudo as que excitam os sentimentos de luta, parecem ofender o livre arbítrio da personalidade dos indivíduos. Há pois, em sua aplicação, um perigo que se tem que estar plenamente consciente para neutralizar suas conseqüências.

Levando em conta essa última observação, é válido afirmar que todas essas pesquisas tornarão o combatente perfeitamente apto a enfrentar a aceleração do ritmo característico dos futuros combates.

DA INFORMÁTICA E DA TÁTICA

Os progressos tecnológicos realizados desde o início do século tendem a acelerar o ritmo da batalha. Tais progressos se ligam em particular às funções: fogo e movimento.

A função comando evoluiu pouco e para responder a esta aceleração que se processa os estados-maiores não fizeram mais do que ampliar seus quadros após a primeira guerra mundial.



Se esquematizarmos a cadeia de comando por meio de um triângulo, observamos que os dados (informações e relatórios táticos e logísticos) partem da base e são encaminhados para o vértice superior que os processa e prepara as decisões (Estado-Maior). A decisão é tomada pelo Chefe e transformada em ordens que são transmitidas aos executantes.

O rendimento dessa cadeia está condicionado pelos seus elos. Ora, graças ao progresso dos meios de comunicação (capacidade, rapidez, segurança) e a utilização em terra ou no ar, de novos meios (radares, infravermelho de pequeno ou grande alcance, intensificador de luz, detectores acústicos e sísmicos, magnetos ou gravimétricos, etc...) o domínio da investigação foi ampliado no tempo e no espaço e, por essa razão, devemos esperar uma avalanche de dados.

Respostas em maior número, transmissões mais rápidas e mais seguras, poderão causar um estrangulamento qualquer no local em que essas informações devem ser processadas para apresentar ao chefe, nos menores prazos, os elementos para que ele tome a sua decisão. Há pois uma necessidade de soluções que evitem tais estrangulamentos e se possa resolver o problema rapidamente e com segurança.

O "hardware" e o "software"

Após a entrega do primeiro computador, há menos de vinte anos, as performances de tais máquinas foram multiplicadas por mil, graças ao emprego do transistor, aos circuitos integrados e a outros circuitos monolíticos (LSI).

As fabulosas perspectivas oferecidas pelo desenvolvimento da tecnologia dos componentes e das memórias, podem fazer com que se julguem mínimos os progressos até hoje realizados. Assim é que a exploração dos hologramas permite encarar como possível, dentro de alguns anos, a capacidade das "memórias óticas" estocar 100 milhões de "bits" de informações em alguns centímetros quadrados.

Esse grande salto da técnica acarretou uma generalização rápida do emprego dos computadores. Utilizados a princípio unicamente para o cálculo científico eles suplantaram rapidamente os sistemas mecanográficos utilizados até então na solução de problemas de gestão e administração. Devemos, no entanto, ter sempre presente que se de um lado eles podem apresentar mais depressa os elementos da decisão, por outro lado não podem, de maneira nenhuma, substituir aquele que toma a decisão pois não possuem espírito de iniciativa.

Paralelamente, a evolução do "software" permitiu que se tirasse melhor partido de suas enormes possibilidades. Os sistemas ora em desenvolvimento permitem encarar o que se convencionou chamar de informática tridimensional. O **teleprocessamento**, a **multiprogramação** e o tempo repartido tornam possível a utilização econômica e flexível, dessas fabulosas máquinas capazes de apreender e processar toda a sorte de informações que soubermos codificar. Um computador poderá processar ao mesmo tempo, problemas de informação, **tiro** ou logística em proveito de vários clientes. Os atuais computadores já admitem mais de duzentos clientes.

Finalmente, a melhoria constante dos processos de visualização e de diálogo homem-máquina contribuirá para a banalização de seu emprego.

As realizações atuais e futuras

A utilização militar da informática seguiu, ou até mesmo precedeu, uma progressão análoga.

Nos Exércitos, foram os engenheiros e, posteriormente, os administradores que em primeira mão se utilizaram das facilidades que os computadores ofereceram. Logo, os táticos perceberam a importância dos novos meios suscetíveis de serem postos à sua disposição. Os sistemas Serpel e Sycomoro representam os mais atuais exemplos dessa utilização pelas forças terrestres. Os sistemas estudados ou em vias de utilização no Exército Americano são muito mais ambiciosos.

A evolução da técnica que se pode prever dá a entender que haverá, cada vez mais, a utilização desse meio auxiliar já que ele permite essencialmente ao "tático" de reduzir de maneira considerável os prazos de:

- processamento e apreciação das informações;
- preparação das decisões; e
- elaboração e transmissão das ordens uma vez que o Chefe haja decidido.

Tais vantagens vêm de encontro às necessidades tornadas cruciais, particularmente, devido ao emprego do átomo no campo tático.

Pode-se prever que além de uma interpenetração cada vez maior entre os meios de coleta de dados, de transmissão e de processamento, haverá um desenvolvimento crescente da automatização do conjunto. Exemplificando: alguns meios de coleta (radares, detectores, infravermelho, etc.) associados a meios de transmissão automática poderiam enviar suas informações diretamente à memória de um determinado computador.

Da mesma forma é possível encarar uma rede informática cobrindo o conjunto das forças em operações desde o Comandante-em-Chefe até à unidade básica; esta disporia de um miniterminal ativo, isto é, que possuía uma memória autônoma e uma reduzida capacidade de cálculo ligado por meios próprios ao computador central do escalão superior. *Uma rede de computadores* interconectados seria capaz de conter a massa de dados e informar em "tempo real" (sistema em que cada informação é processada no momento em que é programada e o resultado fornecido imediatamente). Assim a situação tática e logística seria permanente e instantaneamente forne-

cida com oportunidade, segundo as necessidades de cada um dos níveis hierárquicos interessados, permitindo-lhes uma adaptação da manobra às condições do momento.

Para se adaptar à irresistível evolução em curso, a função de comandar deve primar pela eficiência a todo custo e esta se traduz, essencialmente, na rapidez da reação para solucionar os problemas que surgem. Ter que trabalhar uma massa crescente de informações em tempos cada vez menores acarreta um problema que a informática parece capaz de solucionar. Daí a conveniência de se proceder a uma análise profunda para melhor conhecê-la e aplicá-la.

O combatente (o tático) é pois levado a tomar consciência da informática e da solução imposta pelos computadores no domínio dos métodos, estruturas e até mesmo pensamento.

* * *

Os três assuntos expostos acima já têm suas conclusões. Pode-se, dessa forma, ver as mudanças de concepção que as soluções poderão acarretar e a nova mentalidade que se terá que adquirir. O resultado final depende, em particular, de nós mesmos pois a prospectiva estuda e classifica as soluções, futuras e possíveis, e tenta determinar o que é necessário fazer para tornar prováveis aquelas que forem desejáveis. Após isso é preciso *agir*.

Todavia, para mostrar a natureza dos fatos a encarar convém pôr em debate, em nível diferente, e voltarmos aos cinco fatores citados no início, mencionando alguns exemplos de reais possibilidades, de agora até o ano 2000, que poderão mudar algo na situação mundial e que, *ipso facto*, terão influência no comportamento das forças armadas.

Fator político ou geopolítico

Limitar-nos-emos a uma simples enumeração parcial de fatos:

- aliança intereuropéia, incluindo a Inglaterra.
 - reaproximação das duas Alemanhas.
 - desenvolvimento dos países atualmente chamados subdesenvolvidos e acesso de alguns deles às esferas de direção da política internacional.
 - ingresso da China na ONU e(ou) extensão de sua influência na Ásia.
 - reação dos países a tal influência que seria oposta à do Japão, por exemplo.
 - liberação acentuada de alguns países satélites da URSS e até mesmo de alguns Estados russos.
- etc. ...

Fator econômico

A economia está quase que inteiramente dominada pelo problema da produção energética. Nesse aspecto, além do desenvolvimento de outros meios de produção de energia, o petróleo e o gás natural ocupam lugar de destaque em que pese suas reservas não serem inesgotáveis. Sem querer insistir muito é preciso acentuar que:

- em 1980 a Europa importará de 50 a 60% da energia que necessitará.
- os Estados Unidos terão, no ano 2000, todas as condições de exercer o domínio no campo da energia nuclear como atualmente dominam o da petrolífera.
- a URSS busca dominar, pelas exportações que faz de gás natural, o desenvolvimento industrial da Europa o que lhe permitiria em 1980 ter a chave desse desenvolvimento. Daí o "Washington Post" ter escrito: "o desenvolvimento de estreitos laços econômicos entre a Rússia e a Europa Ocidental (gás natural na Itália em 72 e na RFA em 73) pode levar a um relaxamento internacional, ao enfraquecimento da OTAN e das ligações USA—Europa Ocidental." Porém isso não é mais do que uma hipótese...

Deve-se considerar também nessa parte a situação financeira, a evolução do comércio internacional, as crescentes possibilidades da agricultura em certos países, em particular no 3º mundo etc. ...

Fator operacional

Os três relatos acima visaram, em parte, a focalizar esse fator do ponto de vista tático ou estratégico. Este último está condicionado por grandes opções ou importantes estados de fato. Assim, sem nenhuma dúvida, um desengajamento "físico", mesmo parcial, dos Estados Unidos do território europeu e, correlatamente, um engajamento "físico", mesmo velado, das forças soviéticas no Mediterrâneo, terão certas consequências no comportamento dos Exércitos europeus, aliados ou não.

Fator científico

Em geral quando se fala em prospectiva é nesse fator que se pensa. Isso parece justificado pois é da ciência que depende uma grande parte dos estudos prospectivos; são suas realizações as mais facilmente previsíveis e que dão lugar a uma profunda evolução ou a uma aceleração do ritmo das transformações. Assim é que se pode falar, para 1995 ou 2000, de armas anticarro à base do "laser", pode-se falar de novas fontes de energia elétrica (pilha e combustível

operacional, pilha solar potente de superfície reduzida, energia magneto-hidrodinâmica, etc.) de novos motores de propulsão para veículos automóveis (motor elétrico, a turbina, Stirling, a vapor, Nerst...), de novos sistemas de detecção, de visão, de interpretação, de comando, etc...

Fator técnico

Nesse fator podem ser encaradas as técnicas nascentes ou em vias de desenvolvimento, suas conseqüências a longo prazo (entre outras a informática) sem esquecer os materiais necessários a sua construção.

Assim é que se pode prever, nos próximos anos, materiais não ferrosos (cobre, chumbo, titânio, etc...) como mais preciosos do que o ouro. Deve-se também levar em consideração o desenvolvimento das trichitas, cerâmicas, plásticos, etc... que poderão ser dez vezes mais resistentes do que os atuais aços especiais.

Nesse fator deve-se também incluir a evolução do homem, no sentido do bem (desejo de melhoria da sociedade, a compreensão mútua, a própria vida) ou no sentido do mal (recusa de responsabilidades, egoísmo, alienação da liberdade individual ou, ao contrário, seu desenvolvimento anárquico com tendência para a licenciosidade).

CONCLUSÃO

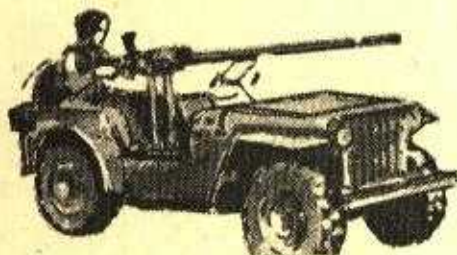
Foi voluntariamente que os exemplos acima, cuja enumeração não foi exaustiva, foram colhidos na panóplia "superior" dos fatos previsíveis. Se desejássemos nos limitar a um nível mais restrito, os exemplos abundariam, exemplos esses que poderiam ser próprios desse nível ou decorrentes das conseqüências do que ocorresse no outro nível superior. Mas, é preciso notar que certos fatos futuros não dependem de nós, é preciso encará-los como postulados e conseqüentemente nos acomodarmos a eles; nossas ações ou vontade podem influenciar outros e aí nos caberá "realizar" aquele ou aqueles que sejam proveitosos. Isso não quer dizer que tudo aquilo que seja razoável prever se realizará exatamente ou na forma prevista; de outro lado, haverá simultaneidade de vários acontecimentos ou interação de uns sobre outros e, em última análise, só o resultado final de todas essas interações é que deverá ser levado em conta. É verdade que cada acontecimento possível ou provável deve ser considerado e estudado no conjunto porém, em seguida, se fará uma escolha dentre os elementos deste conjunto e buscaremos "orientá-los" para obter daquilo que é possível o desejável.

Para isso, como na maior parte do tempo, os órgãos de direção estão às voltas com os problemas do dia a dia ou de um futuro muito

próximo, (problemas esses também importantes, indispensáveis, inelutáveis) é necessário que tais órgãos disponham em seu seio de uma seção particular que se distancie, ou fique acima, da atualidade constrangedora e possa pensar nos problemas do futuro mais ou menos longínquo. É preciso que o Chefe militar seja correta e cabalmente informado e possa definir seu pensamento para os problemas futuros mas, para os quais é necessário se engajar desde hoje; ele deve poder encarar o que vier, ou melhor, o que ele desejaria ter em sua bagagem operacional futura, levando em consideração os elementos do fator político (situação mundial, regimes políticos, idéia de defesa entre outras) do fator econômico (possibilidades financeiras, disponibilidades energéticas, suprimentos...), do fator científico (novas descobertas, resultados das mesmas) e do fator técnico (possibilidades aeroterrestres, aeromóveis, de transposição, o homem...). As decisões a tomar devem ser "iluminadas", isto é, muito pensadas pois, como os erros, elas têm repercussão durante vários anos.

Impõe-se que o militar tenha, o que é inevitável, uma certa ousadia no pensar, nas pesquisas ou realizações e uma dose de coragem nas posições que adote ou na definição da orientação que der, que ele se engaje pessoalmente e tome consciência que o dia de hoje está tão próximo do ano 2000 como do ano de 1940.

Comandar é prever. "Audaces fortuna juvat".



Por que os Comandantes Devem ter Noção de Estímulos e Recalques?

Major
ALFRED C. LONGLEY

Parte I — Estímulos

A finalidade deste artigo é simplesmente discutir a necessidade de se dar ao soldado um incentivo para que não apenas aceite de bom grado as asperezas da vida militar, mais ainda *deseje* prestar o seu serviço. Dentre todos os complicados engenhos da moderna guerra mecanizada, o homem continua sendo o mais delicado.

Uma forma de compreender como funciona a máquina humana consiste em estudar o assunto sob o seguinte ponto de vista: o homem passa a vida procurando satisfazer diversas necessidades próprias de sua espécie; quando não o consegue fazer torna-se presa de um recalque. Uma forte necessidade recalçada pode dar lugar à ira, à depressão, à ansiedade ou à ineficiência. As necessidades humanas são de natureza vária; todavia, podemos dividi-las em dois grupos: fisiológicas, ou de seu organismo, e intelectuais, ou sociais.

As necessidades básicas do organismo compreendem o oxigênio, a água e o alimento; todos os três são indispensáveis à vida. Podemos dizer que o homem é inconscientemente impellido a satisfazer essas necessidades, por força do instinto. Já, ao contrário, as necessidades intelectuais ou sociais são adquiridas; nós as desenvolvemos e aprendemos a maneira de satisfazê-las.

Quando as necessidades de um indivíduo se ajustam, de sorte que as mais fortes sejam satisfeitas pela função que exerce, seu moral é elevado. Percebemos, pois que o problema do moral liga-se estreitamente com o dos estímulos. Em outras palavras, o problema do moral consiste em ajustar as necessidades do indivíduo às atividades de sua função, *de modo que ele deseje fazer o que é obrigado a fazer*. Nessas condições, terá o moral elevado; no caso contrário, se suas necessidades forem recalçadas, seu moral abater-se-á. Por conseguinte, não

deve haver dúvida que o chefe militar precisa compreender o mecanismo da natureza humana, a fim de que possa manter elevado o moral de seus homens, conseguindo o máximo rendimento de seu trabalho.

Sendo anormais as condições impostas pela guerra, o comandante deve compreender que, enquanto seus homens se limitam a satisfazer necessidades humanas ordinárias, não pode considerá-los soldados eficientes; precisa inculcar-lhes novas necessidades, que terão de esforçar-se por satisfazer. Desta forma, prepara-os para uma ação brilhante nas condições do combate. Deve incutir-lhes novas necessidades e auxiliá-los a satisfazê-las, por meio de estímulos.

Estimular consiste em provocar um dispêndio de energia orientado para um fim que se deseja. No que diz respeito ao chefe militar, estimular é inspirar seus homens para cumprir suas obrigações. A eficiência de um estímulo é determinada por três fatores: o fim que se procura alcançar, a energia que vai ser despendida para tal e os meios a empregar para dirigir e controlar a energia. Explicando melhor, o fim é evidentemente a tarefa que os soldados deverão executar; a energia é o esforço que terão de fazer para cumprir sua obrigação; os meios a utilizar para dirigir e controlar a energia são os incentivos que o chefe dará a seus homens. Em suma, o chefe precisa saber incentivar seus soldados a cumprir suas obrigações com zelo e diligência.

São os estímulos assim inculcados que alteram a personalidade do soldado, de sorte que ele queira fazer coisas que são contrárias à sua natureza — arriscar a vida todos os dias e suportar as tensões constantes, o medo da morte, a perda dos amigos e a visão dos feridos e moribundos. É o incentivo que leva os homens a querer lutar.

Vamos agora considerar e apreciar alguns dos incentivos que podem ser usados para estimular os soldados. Primeiramente, vejamos os que se baseiam na opinião do soldado com respeito à necessidade de determinada guerra e da justeza de sua causa. Muito embora as atitudes de alguns variem da convicção profunda ao cinismo manifesto, o mais comum é a conformação passiva com o papel que nos cabe no conflito, demonstração de que há muita deficiência na educação política de nossas tropas. Essa falta não poderá ser inteiramente corrigida pelo Exército, pois resulta das atitudes que prevalecem nas comunidades de onde provém nosso pessoal. Felizmente, constatamos que, para despertar a combatividade, não é necessário um forte estímulo dessa natureza.

Sem dúvida, o maior incentivo que se deve dar aos soldados é o que os leva a procurar identificar-se com os companheiros, ser leal à sua coletividade.

Esse processo de identificação encontra fundamento na afeição e começa na infância. Consiste no sentimento de pertencer a um grupo de indivíduos e fazer parte de seu conjunto. A primeira iden-

tificação tem lugar no seio da família; posteriormente seu círculo se expande, abrangendo a escola, a igreja, a comunidade local e, finalmente, a nação inteira.

Não são todos os norte-americanos que desenvolvem devidamente esse espírito de identificação. Há pessoas que são leais apenas para consigo próprias e não se identificam com outros indivíduos ou grupos; outras só conseguem identificar-se com a família e ressentem muito ter de fazer qualquer sacrifício em proveito de um grupo maior. Muitos indivíduos desse tipo foram incorporados ao Exército, mas sua capacidade de fazer sacrifícios e prestar serviço depende em grande parte das pressões externas. Cumprem suas obrigações e executam as tarefas quase exclusivamente pelo medo de ser castigados.

É preciso não perder de vista que a tendência humana a identificar-se com a coletividade pode ser tão maléfica quanto benéfica, caso o soldado não tenha completado sua maturação e se tiver, por exemplo, uma identificação muito forte com a família. Suas ações em combate podem ser dominadas pelo sentimento de família, em lugar do espírito de corpo, o que, às vezes, é bom, mas geralmente dá maus resultados. Os pais ou mesmo as esposas podem incitar os homens a ir para o combate, fazendo-os acanhar-se de ficar de fora; com mais frequência, porém, as famílias insistem para que seus filhos fiquem de fora e deixem que outros corram os riscos. Se o soldado já criou apego à sua unidade e possui firmeza moral, poderá

tomar a resolução de ocultar da família as atividades em combate, mas também pode ser vítima de considerável conflito mental. Esta incentivação em sentido oposto leva o homem a procurar esquivar-se do combate; quando forçado a participar da luta, age inteiramente por medo de ser castigado.

Felizmente, quando os comandantes se esforçam por fundir os seus soldados num conjunto coeso, a maioria dos indivíduos consegue identificar-se perfeitamente com a unidade. Esta identificação lhes assegura a eficiência e o êxito.

Convém observar que a identificação com a coletividade apresenta muitos aspectos. O soldado identifica-se primeiramente com seu grupo de combate; depois com o pelotão; em seguida com a companhia, o batalhão, o regimento, a divisão, etc., até identificar-se com a nação inteira.

Além da educação política e da identificação com a coletividade, há outro incentivo a que os chefes costumam recorrer para estimular a energia combativa de seus soldados. É o que usam quando incitam seus homens a combater pelo gosto de lutar. A importância desse estímulo tem sido exagerada; poucos norte-americanos podem achar prazer em destruir e matar. Conquanto alguns indivíduos cronicamente hostis se deixam fascinar pela perspectiva de pelejar à vontade, ordinariamente consideram impossível adaptar sua personalidade irascível à cooperação e coordenação indispensáveis ao combate.

Nossa reação normal em face da destruição própria da guerra é toda de desgosto. Só depois de sentir que foi pessoalmente ofendido pelo inimigo, em geral após a morte de amigos íntimos, pode o soldado norte-americano pensar em matar sem repulsa interna. A matança impiedosa e o desrespeito pela vida são estranhos à nossa tradição; só destruimos o inimigo por necessidade. É uma ilusão supor que o ódio cego seja imprescindível ao moral dos combatentes, pois que tal sentimento e o prazer de matar levam à prática de crimes e não constituem os melhores estímulos para o combate objetivo e impessoal.

Todavia, há um aspecto deste incentivo a combater pelo gosto de lutar que tem boa acolhida por parte de nossos soldados, porque está de acordo com sua educação esportiva. A idéia de obter a vitória contra um adversário poderoso, recorrendo à força, habilidade e treinamento, agrada a todo norte-americano. A tática empregada por uma divisão de infantaria ou formação aérea exige talento do mesmo tipo que é necessário para planejar a estratégia de um jogo de futebol. As manobras de infiltração, escapamento pelas alas, bloqueio, formação em T, etc. encontram correspondentes no campo de batalha. A satisfação que resulta da vitória conseguida graças à manobra superior, finta ou estratégia é importante fator do estímulo legítimo. Digo fator, porque os homens logo percebem que o resultado da contenda será definitivo e que a luta de vida e morte não é a mesma coisa que uma partida de futebol.

O estímulo resultante da educação política, a identificação com a coletividade e o "combate pelo gosto de lutar" constitui, por assim dizer, um aspecto da *psicologia das massas*. Admitimos, porém, que exista um estímulo individual na formação do soldado. Como já dissemos anteriormente, a família poderá incitá-lo a lutar e ganhar honrarias que dignificam a si próprio e aos seus. É possível que o soldado provenha de uma das poucas famílias norte-americanas possuidoras de longa tradição militar; talvez que seu pai ou tio tenha combatido na guerra passada e o jovem sinta o desejo de igualar ou superar os feitos de seu antepassado. Entretanto, à medida que o homem se aproxima do combate, sua animação devida aos incentivos pessoais logo se abate diante da realidade da situação. Depois de ser submetido algumas vezes à tensão da luta, estas realidades se avolumam; nestas condições, o estímulo individual fica sobrecarregado. O soldado começa a compreender em que se foi meter e naturalmente pergunta a si próprio por que motivo o fez; fé cega e submissão passiva à sorte não fazem parte do caráter norte-americano.

A lembrança dos amigos que ficaram na Pátria, cuidando pacificamente de suas obrigações na vida civil ou nos estabelecimentos militares da Zona do Interior, enfraquece o mais poderoso estímulo individual. A necessidade de pelejar na guerra parece-lhe muito questionável, em vista de milhões que ficaram em casa e não estão lutando, nem sofrendo de

qualquer forma. Todo o desejo de ser herói se evapora com o calor do combate e a maioria dos homens só se conforma com a imposição deste papel quando se acha convencida de que a situação não pôde se evitada. O estímulo pessoal tende a enfraquecer sob a tensão do combate. O pai, que sobreviveu à última guerra para contar suas façanhas, perde sua importância para o filho que vê pouca probabilidade de sair com vida da aventura em que se meteu.

Se o abatimento do estímulo pessoal não fosse contrabalançado por outra força, a vontade de lutar desapareceria rapidamente. Essa força suplementar, necessária para manter elevada a vontade individual de continuar em combate, decorre dos efeitos do moral coletivo, que descrevemos anteriormente como identificação com a coletividade. Por conseguinte, trata-se de mais do que a simples soma dos incentivos individuais que os homens já possuíam antes de entrar em combate.

A força em questão resulta das relações que se estabelecem no âmbito da unidade e do espírito de lealdade gerado pela completa identificação com os companheiros. Os homens combatem uns pelos outros; sua consciência os reprova se não procuram corresponder à confiança que lhes é depositada.

Os soldados lutam com mais ânimo quando acreditam que estejam combatendo mais por alguém do que contra alguém. Não erramos em dizer que a sorte pessoal torna-se algo de importância secundária. Se o futuro aparece

sombrio e a possibilidade de sobreviver diminui, o combatente não se perturba muito, porque transferiu grande parte dos interesses próprios para a sua coletividade; pensa menos a respeito de si mesmo e mais acerca dos outros do que jamais, em qualquer outra fase de sua vida. Perguntado por que os soldados se dispõem a morrer, o falecido Ernie Pyle respondeu: "Morrem uns pelos outros".

Este espírito de sacrifício, tão característico da personalidade do guerreiro, é o fundamento do moral e do estímulo eficiente. Não o favorece a tradição individualista e objetiva dos norte-americanos. Uma vez desenvolvido, precisa ser continuamente alimentado; se desaparecer, torna-se difícil recuperá-lo. Os militares há muito reconheceram esse fato e têm considerado o espírito de colaboração dos combatentes o fator mais importante do êxito, valendo mais do que, por exemplo, o equipamento, a instrução, as condições físicas e as vantagens do terreno.

O principal elemento para a manutenção deste tipo de espírito é o valor do chefe. Talvez baste dizer a respeito que, se o comandante demonstrar sua capacidade técnica, sua imparcialidade, seu bom-senso e, de um modo geral, sua habilidade para agrupar os combatentes num todo coeso, estará em condições de fundir os estímulos individuais de seus homens em um estímulo coletivo mais poderoso, que os animará até o fim, de modo eficiente.

Parte II — Recalques

Como já salientamos na primeira parte, os seres humanos são praticamente governados em sua vida por uma série de impulsos que os levam a fazer isso, aquilo e aquilo outro. Entretanto, a vida civilizada restringe a exteriorização das emoções e limita a satisfação das necessidades individuais. As condições sociais impõem tais restrições; o Exército as reforça. Por exemplo, nas fases primitivas da existência humana, era perfeitamente natural matar um inimigo por ódio ou medo, ou, então, arrebatá-lo a uma mulher por cobiça; hoje em dia tais impulsos não podem ser satisfeitos. O recalque de um impulso cria uma barreira que interfere com a vida mental e destrói a harmonia interna. Todo indivíduo procura satisfazer suas necessidades psíquicas, mas esse objetivo torna-se difícil de alcançar quando se vive num mundo de ideais em conflito.

Quando convenientemente controlados, os conflitos mentais são desagradáveis, porém não oferecem perigo para a saúde psíquica. Ao contrário, se não forem controlados, poderá dar lugar ao que o leigo denomina uma depressão nervosa; em casos extremos, podem mesmo conduzir à completa perturbação mental.

Em sua maioria, nossos conflitos ou recalques são pouco importantes, temporários e fáceis de corrigir; todavia, as condições especiais da vida militar, sobretudo em combate, podem causar sérios conflitos, de que o soldado estaria livre em situação normal.

Achamos conveniente explicar aqui a distinção entre recalque e conflito. O primeiro ocorre quando um impulso é contrariado por força externa ou interna; o segundo resulta, como o nome está dizendo, de dois impulsos em sentidos divergentes, como as indecisões entre pedir licença ou continuar no serviço, estudar ou dormir, etc. Exemplos de recalque são o caso de um soldado que deseja obter uma licença e não a consegue ou o de um oficial que pretende ser promovido, mas é informado de que não há vaga. Como dissemos, quase todos os nossos conflitos são sem importância, temporários e fáceis de corrigir, mas é tão impossível livrar-nos deles como da própria morte.

Algumas pessoas reagem de forma que conseguem facilmente desfazer o conflito — vencer o recalque. Outras, ao contrário, não podem resolver seus problemas com a mesma facilidade e passam o tempo como se estivessem quebrando a cabeça de encontro às paredes, num esforço para tudo conseguir a troco de nada.

O chefe não pode deixar de levar em conta a ação dos recalques e conflitos na vida de seus soldados; para guiá-los e compreendê-los perfeitamente, é preciso conhecer os vários meios ou processos psicológicos de resolver os conflitos. Nestas condições, ao perceber que um conflito ou recalque está impedindo a eficiência de indivíduos sob seu comando, poderá aconselhá-los, sugerindo maneiras de resolver seu conflito e vencer o recalque.

Discutindo estas diferentes maneiras, chamaremos a atenção para o fato de que algumas são geralmente satisfatórias e outras não. Primeiramente esboçaremos vários métodos *indiretos* de tratar os conflitos e recalques; depois explicaremos o *método direto*.

O primeiro método indireto comumente empregado é o da sublimação. Consiste em orientar em outro sentido um impulso de fazer algo proibido, procurando uma satisfação que seja permitida. Por exemplo, quando a exteriorização direta do desejo sexual não é possível, o indivíduo pode recorrer a um derivativo, como a composição de poesia, a leitura de romances, a redação de cartas ou qualquer outra coisa que o mantenha ocupado. Tomando ainda o impulso sexual para exemplo, é comum vê-lo exteriorizado indiretamente por práticas que a sociedade desaprova, tais com a narrativa de anedotas pornográficas, a composição de poesia obscena ou o canto de canções indecentes. Este procedimento corresponde ao segundo método de resolver o conflito — a *substituição*. A pessoa que dá expansão ao impulso sexual, recorrendo à arte, à música ou à dança, está sublimando-se; ao contrário, a que conta anedotas indecentes, está procurando a substituição. A sublimação transforma o impulso em atividade de ordem superior; a substituição quase sempre o mantém inalterado e costuma ser acompanhada de um sentimento de repugnância ou inferioridade. Evidentemente semelhante método de resolver um

conflito ou recalque é condenável, enquanto que a sublimação é muito louvável.

O terceiro método de resolver um conflito é o que se chama *compensação*. Consiste em obter a satisfação, fazendo algo ao seu alcance, de sorte a contrabalançar a deficiência em outra atividade. Um indivíduo que nasceu com feições feias, quando em repouso, compensa o defeito, aprendendo a sorrir com graça ou conversar de maneira atraente; um soldado que não consegue manejar armas, pode dar excelente cozinheiro. Assim, pois, uma qualidade apreciável sempre pode ser desenvolvida para compensar uma deficiência que o indivíduo não consegue corrigir. A regra geral a seguir no aprimoramento dos dotes naturais consiste em escolher as atividades em que a pessoa está segura de conseguir algum êxito. A normalidade da vida é, em grande parte, uma questão de equilíbrio; quando se deixa uma força agir muito proeminentemente, o equilíbrio se rompe. A compensação é salutar; desde que a nova atividade seja bem escolhida e se mantenha o equilíbrio, a reação pode levar o homem a progredir notavelmente e ser bem sucedido nos esforços. Muitos de nossos grandes homens chegaram a isso porque sentiram sua inferioridade social e procuraram a compensação, desenvolvendo sua educação, seu gênio inventivo ou sua perícia militar.

Conquanto a compensação seja geralmente um remédio bom e natural, a supercompensação produz resultados menos desejáveis. O homem baixo que gosta de fa-

lar alto e em excesso e vive ansioso por brigar com indivíduos maiores, ilustra bem o que é a supercompensação de um sentimento de inferioridade.

Além da sublimação, da substituição e da compensação, outro método indireto de resolver conflitos ou recalques é o denominado "*Vôo para a fantasia*"; o indivíduo que tem um impulso reprimido, muitas vezes encontra satisfação em imaginar, devanear ou sonhar que lhe obedeceu.

O vôo para a fantasia pode assumir diversas formas. Temos, por exemplo, o herói conquistador que se imagina gravemente ferido e esvaindo-se em sangue, mas conduzindo um punhado de homens vitoriosamente contra forças inimigas muito superiores; vê, em seguida, a sua recuperação miraculosa e o momento supremo, em que o Presidente da República lhe coloca no peito a medalha de honra. Frequentemente, a pessoa que foge da realidade não cria sua própria fantasia; compra-a sob a forma de filmes, histórias de aventuras, romances de amor, etc. A essência neste caso continua sendo uma identificação; o indivíduo recalcado encarna-se no herói da novela e cruza os céus, varrendo tudo com o fogo de suas armas.

Voar para a fantasia, procurando alívio temporário para os conflitos internos, é comum a todos nós. Só se torna irregular e perigoso quando se repete muito a miúdo, adquire grande intensidade e provoca ações não construtivas. O devaneio pode ser uma inspiração para o indivíduo que

procura reproduzir na vida real o que cria em seus sonhos, mas deixa de ser útil quando começa a dar maior satisfação do que a própria realidade. Os hospícios estão cheios de indivíduos que morrem de fome, enquanto que, em sua vida psíquica, acham-se constantemente em suntuosos banquetes.

A *histeria* é outro método indireto pouco satisfatório para a resolução dos conflitos. Muitos já observaram que uma dor de cabeça sempre se agrava quando se tem um trabalho desagradável a fazer ou uma situação difícil a enfrentar. Tais reações são comuns a todos e absolutamente normais; alguns soldados sentem-se adoentados quando vão entrar em combate. Em forma aguda, estas mesmas reações podem tornar-se extremamente nocivas, recebendo, então, o nome de *histeria*. Os sintomas físicos da histeria, por mais que pareçam reais, resultam simplesmente da pessoa dar importância excessiva a si própria. Em consequência deste cuidado exagerado com o seu corpo, o indivíduo tem consciência de sensações que jamais sentiu em sua vida; ignora o que significam e as torna como desculpa para todos os insucessos. Finalmente acabam perdendo realmente a saúde.

A vítima de histeria não deve ser aconselhada a procurar repouso, mas a esforçar-se para afastar a ansiedade, reforçando outros contatos com o mundo exterior.

Um método mais comum para combater indiretamente o recal-

que é o uso do álcool. A sede de álcool não se assemelha à sede de água; beber álcool não constitui um hábito fisiológico, mas antes um vício psicológico. Os indivíduos não se tornam escravos do álcool porque os tecidos orgânicos exigem, mas porque seus efeitos os fazem fugir por um momento da realidade da vida. Quando inteiramente sob sua influência, o sentimento dos valores se altera e o julgamento fica prejudicado. Ao contrário, o uso moderado do álcool tende normalmente a descansar o corpo e o espírito e, de certo modo, alheia a pessoa dos problemas que estão provocando conflito em sua vida; esse pequeno alívio permite-lhe procurar outras soluções para as dificuldades.

Finalmente, a justificação é o meio mais comum de resolver indiretamente os conflitos íntimos e vencer os recalques. Em sua forma precisa, consiste em descobrir as razões que motivam as práticas ou idéias, resultantes de impulsos reprimidos pela própria pessoa ou por força externa. O perigo está em atribuir falsos motivos ao seu comportamento, dando lugar a outra maneira de salientar o ego. O indivíduo pode exceder-se na proteção a si próprio a ponto de não lhe sobrar tempo para agir; passa os dias concebendo desculpas complexas para suas falhas ou explicando coisas que se envergonha de haver feito. Isso lembra a fábula de Esopo sobre as uvas amargas, que a raposa resolve não querer porque verifica que não consegue apanhar o cacho. Exemplo típico de justificação encontramos nas

clássicas desculpas: escapou-me das mãos; estava com o sol nos olhos; etc. A justificação pode ser recomendável, mas, em excesso, torna-se prejudicial.

São numerosos os métodos indiretos de tratar os conflitos e remover os recalques. Os mais conhecidos são os que citamos: sublimação, substituição, compensação e uso da fantasia, justificação e uso do álcool. Algumas destas reações podem ser parcialmente satisfatórias; em forma moderada são normais e comuns a todos nós, mas, em excesso, podemos considerá-las remédios que fazem mais mal do que a própria doença.

A vida normal é essencialmente uma questão de equilíbrio. Tratando-se de conflitos mentais, a prevenção é infinitamente mais eficaz do que a cura.

A ação direta constitui muitas vezes a melhor maneira de resolver os conflitos e dominar os recalques. Vejamos o que significa o método direto.

Em muitos conflitos, as forças opostas não possuem evidentemente a mesma intensidade. Por exemplo, nas vésperas de um ataque particularmente difícil, um soldado pensa em inventar uma doença para escapar ao perigo imediato de ser morto ou ferido; ao mesmo tempo, compreende quais serão as consequências dessa covardia: desprezo dos companheiros, possibilidade de ser acusado de deserção, desgraça para a família, etc. Nestas condições, a única coisa que um homem deve fazer é examinar siste-

maticamente os prós e contras, comparando uma coisa e outra e procurando determinar o valor relativo. A decisão é tomada de acordo com o cálculo do que vale mais a pena. Convém observar que, embora fatores tais como a fadiga e a tensão dificultem chegar a uma decisão, um forte estímulo muito contribui para manter o bom senso do soldado, a despeito das forças contrárias.

Por outro lado, alguns conflitos resultam da falta de conhecimento sobre os fatos, desaparecendo quando a informação é obtida. Exemplo disso é o caso de um soldado que procura resolver se deve pedir licença ou continuar no serviço por mais algum tempo; ao saber que poderá ser promovido se adiar as férias, sua decisão torna-se fácil. Melhor informado sobre as alternativas possíveis, a escolha simplifica, porque o conflito se desfaz inteiramente ou, então, as duas forças opostas adquirem intensidade e valor nitidamente desiguais.

A esse respeito, é importante salientar que os esforços do capitão muito concorrem para a resolução das dificuldades. A religião concita os homens a procurar a sublimação em vez da substituição, a usar o álcool com moderação, a justificar-se com honestidade e a esforçar-se por resolver diretamente os seus conflitos mediante sincera apreciação dos elementos provocadores.

Em suma, podemos dizer que a vida militar, quer na Zona do Interior, quer nas zonas de retaguarda ou ainda nas zonas de frente, impõe certas restrições aos indivíduos, suscetíveis de dar margem a conflitos e recalques. Tais problemas podem ser convenientemente resolvidos ou ficar sem controle. O bom chefe observa seus homens, procurando evitar que seus conflitos se tornem sérios ou esmagadores a ponto de arruinar a eficiência dos soldados. Acima de tudo, tem sempre em vista que conflitos sem solução podem redundar em muitas formas anormais de comportamento ou mesmo em perturbações mentais. Nestas condições, o combatente torna-se inútil, constituindo um peso morto para o Exército. Um comandante hábil, dando aos seus homens grandes incentivos para lutar pela unidade e ajudando-os a evitar e livrar-se dos recalques, pode contar que eles farão o possível para servir-lhe com eficiência.

Finalmente, os chefes militares precisam compreender que não podem reservar para si o conhecimento sobre este assunto; devem compartilhá-lo com todos os comandantes e oficiais de Estado-Maior que lhe são subordinados. O oficial ou sargento que não quiser reconhecer o valor desta técnica na administração dos seus homens, poderá comprometer o êxito da unidade.

Desenvolvimento com Segurança Para o Bem Comum

Cel Int QEMA

BERNARDO DE LUNA FREIRE

Uma visão da história universal, por sumária que seja, focalizará a existência de distintos graus de desenvolvimento das nações, aparecendo sempre um pequeno grupo e, por vezes, apenas uma nação, a liderar as demais, sucedendo-se assim os pólos mundiais de prosperidade, no tempo e no espaço.

Antigamente, tais desníveis entre nações desenvolvidas ou ricas e nações não desenvolvidas ou pobres não constituíam motivo de maiores preocupações para os seus habitantes ou seus dirigentes. As que lideravam o processo procuravam manter suas posições, estimulando o próprio desenvolvimento e, em certos casos, adotando uma política isolacionista. As outras, constituindo as civilizações mais atrasadas, na maioria dos casos nem se apercebiam de sua situação relativa, de vez que viviam em ambiência peculiar, sem ações autônomas para o desenvolvimento — talvez mesmo sem pretendê-lo ou

imaginá-lo — e sem receber quaisquer estímulos para tal processo.

Essa conjuntura pouco dinâmica do cenário mundial foi também consequência do ritmo lento do progresso técnico-científico e da dificuldade das comunicações e dos transportes até o século passado, e mesmo no primeiro quartel do século XX.

As grandes descobertas nos diversos campos da cultura humana, notadamente quanto às telecomunicações, aos transportes (cada vez mais rápidos, em escala mundial), à medicina preventiva e curativa, aos aproveitamentos energéticos, à computação eletrônica, à administração científica, à informática, à comunicação social e tantos outros setores do conhecimento, tudo isso trouxe, e continua trazendo, profundas modificações à convivência dos povos dentro das nações, e ao comportamento destas num mundo dinâmico, repleto de desafios e de expectativas crescentes.

O progresso mundial, em escala inédita e, poderíamos dizer, logarítmica, fez surgir, dentre outros problemas, a convicção da parte dos povos subdesenvolvidos de seu grau de subdesenvolvimento; e, não apenas isto, a constatação de que aumenta cada vez mais a distância entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas.

Nesse complexo dinâmico, merece destaque e uma análise mais profunda, o impacto das telecomunicações e dos veículos utilizados na comunicação social, no tocante ao surgimento de tensões, crises e frustrações, nas áreas não desenvolvidas.

Com efeito, a divulgação das novas descobertas da ciência e da tecnologia, o aparecimento de novos bens materiais, decorrência direta da expansão industrial, tem motivado quase instantaneamente o aparecimento de necessidades econômicas, ou seja, o desejo de utilizar esses bens, em áreas desprovidas de capacidade econômica para a correspondente aquisição e, portanto, para satisfação dessa carência induzida.

Da necessidade não satisfeita resulta, num extremo, a frustração, estado emocional causado pela persistência de um desejo não atendido; em outro extremo, tal sentimento de frustração poderia sublimar-se, mediante a mudança do ponto focal desejado, isto é, a substituição ou simples amortecimento da necessidade. Entre essas consequências extremas, diversas atitudes poderão traduzir-se em procura dos meios de satisfazer as necessidades dentro de prazos razoáveis.

Assim, uma causa única — a necessidade não atendida — poderá gerar consequências diversas, desde a frustração, a sublimação e até o próprio desenvolvimento.

Para esses resultados muito contribuem o caráter nacional, principalmente os valores éticos, morais e espirituais arraigados na população nacional, seu desenvolvimento sócio-cultural e também as vulnerabilidades existentes ou em estado potencial, que possam ser exacerbadas ou ativadas.

Outro ponto a considerar, na dinâmica do progresso mundial, é o fato de que as descobertas no campo da medicina fizeram baixar os índices de mortalidade, dando, como consequência direta, uma elevação da taxa demográfica que se acentua mais nas áreas subdesenvolvidas — onde a mortalidade era mais alta, em termos relativos. Dessa forma, as áreas economicamente mais fracas tornaram-se as de crescimento explosivo.

Conjugados os dois fenômenos — ampliação das necessidades econômicas sem meios de atendimento imediato e aumento populacional mais acentuado nas áreas dessa ocorrência — surge em plena grandeza uma das principais causas das tensões mundiais contemporâneas. Não é um simples fenômeno econômico, mas sim um complexo de fatores sociais, psicológicos e políticos.

Assim, para uma Nação que deseje manter sua soberania, o que equivale a dizer, permanecer como Estado Autônomo, o desen-

volvimento sócio-econômico é a maneira de evitar, eliminar ou pelo menos atenuar as tensões resultantes do impacto do desenvolvimento maior de outras nações; é também uma forma de aprimorar seu ambiente sócio-político-econômico, trazendo não apenas o bem-estar à coletividade nacional, mas, sobretudo, propiciando-lhe o Bem Comum.

O desenvolvimento, assim compreendido, é muito mais do que a expansão econômica; traduz-se na satisfação de necessidades materiais e espirituais, num clima de plena realização humana, abrangendo todos os valores inerentes à personalidade.

Para isso, as nações do mundo atual procuram ordenar o desenvolvimento, variando o grau de intervenção governamental para sua orientação ou sua realização.

Num extremo da escala, estão as nações do bloco comunista, onde a propriedade dos bens de produção é exclusiva do Estado, cabendo-lhe o planejamento e a execução das ações, de forma centralizada e mandatária. É o Império da tecnocracia e da burocracia oficial que procura ter o monopólio da criatividade.

No outro extremo, o liberalismo econômico absoluto que não é mais encontrado nos dias de hoje. O Estado participa, juntamente com as empresas particulares, do planejamento e da execução do desenvolvimento, de forma a realizar a globalização de esforços, atribuindo sua racionalização à pluralidade de decisões e não à sua concentração na máquina governamental. Tal é o planeja-

mento democrático atual, em processo de permanente aperfeiçoamento.

O planejamento do desenvolvimento baseia-se em diagnósticos e pesquisas realizadas de acordo com as modernas técnicas analíticas, instrumentos auxiliares do processo decisório; são realizadas as projeções das tendências para determinados períodos, que podem cobrir de 3 a 20 anos (ou excepcionalmente até 30), caracterizando os planos de curto, médio e longo prazos.

Dois características definem bem o planejamento do desenvolvimento, independentemente de quem irá realizar as ações; são o seu aspecto de globalização de esforços e os diversos graus de detalhamento, tanto menores quanto maior for o prazo abrangido.

Dentro do planejamento geral, a etapa correspondente ao curto prazo (geralmente inferior a 5 anos) é traduzida em programas plurianuais que, por sua vez, se desdobram em orçamentos plurianuais de investimentos e orçamentos-programa anuais; estes orçamentos abrangem unicamente as despesas governamentais.

Na concepção de desenvolvimento democrático, o Estado planeja as ações correntes que irá executar, a fim de atingir as metas que se propõe — inclusive através de incentivos às atividades particulares — com o propósito superior de aprimorar todos os recursos humanos, materiais, morais, espirituais, tangíveis ou intangíveis que constituam o patrimônio da nacionalidade.

Sendo um processo realizado num mundo altamente comunicativo, o desenvolvimento não exclui o intercâmbio com o exterior. No entanto, para que as metas vitais de uma nação sejam realizadas pelo desenvolvimento e não condicionadas por este, é necessário que o processo decisório que presidir ao sistema como um todo seja voltado para os interesses e as aspirações nacionais, como expressão autêntica de soberania.

É por isso que o preparo dos recursos humanos tem capital importância, o que vale dizer: os problemas ligados ao setor educacional devem merecer a mais alta prioridade. Estreitamente ligados a estes, estão os problemas de saúde e alimentação e os demais componentes da infra-estrutura sócio-econômico.

Entendido o desenvolvimento como uma correlação da soberania e um processo que visa à obtenção do Bem Comum, fácil é concluir que os obstáculos que uma nação enfrenta para desenvolver-se devem ser contornados, reduzidos, neutralizados ou removidos, por meio de ações permanentes, de intensidade variável e de finalidades bivalentes.

Com efeito, algumas ações se executam nas situações normais, visando a superar os obstáculos previstos, num clima de tranquilidade e ordem pública: são as ações correntes. Outras, têm por finalidade atender às situações anormais, causadas pelas calamidades públicas e outras perturbações da ordem e, no seu grau máximo, às comoções sociais

violentas (inclusive os atos de guerra com seus variados matizes): são as ações de emergência.

Quer as ações correntes — praticadas em situação normal — quer as de emergência — desencadeadas nas situações anormais — podem ter como propósito principal a conquista das metas fixadas pela política nacional de desenvolvimento ou a evitar, reduzir ou eliminar as interferências espúrias que perturbem aquele desiderato, configurando, portanto, a política nacional de segurança.

Visando à conquista de metas ou à garantia dessa mesma conquista, as políticas de desenvolvimento e de segurança são interdependentes e inter-relacionadas.

Em linhas gerais, o desenvolvimento de uma nação, aumentando-lhe seus recursos disponíveis, é fator positivo para sua maior garantia contra obstáculos de toda ordem, internos ou externos, que perturbam a continuidade daquele processo. Reciprocamente, a segurança em nível adequado, proporciona a sensação de tranquilidade e ausência de medo, com relação ao que possa ameaçar a soberania nacional.

Todavia, podem ocorrer determinados casos em que o desenvolvimento, num mundo comunicativo como o de hoje, produza efeitos negativos na segurança, em face da indução de pressões externas, produto do receio de outras nações que não se desenvolveram com o mesmo ritmo, ou

mesmo a manifestação das consequências de inveja e da frustração nacional aludida no início deste estudo.

De outra parte, a destinação exagerada de recursos para a segurança, poderá provocar uma quebra de impulsão no desenvolvimento e produzir, internamente, os mesmos resultados daquela frustração.

Dentro do ambiente político do mundo contemporâneo, em que predominam as ações psicológicas no sentido de enfraquecer o adversário, é necessário atentar para ambas as hipóteses, a fim de que o desenvolvimento seja realizado com a garantia proporcional ao seu próprio ritmo, num processo dinâmico e constantemente atualizado.

Um fator capital que proporciona o máximo aproveitamento dos recursos nacionais para o desenvolvimento com segurança, é a dosagem dos meios para ambas as finalidades e ainda a estruturação de um sistema que permita, ao mesmo tempo, utilizar o máximo para o desenvolvimento, e ter a possibilidade de transferir rapidamente os recursos que forem necessários para a segurança, quando esta for ameaçada gravemente.

Tal possibilidade é proporcionada por um adequado planejamento de mobilização nacional (política, econômica, psicossocial e militar).

Assim, pois, uma nação não poderá despreocupar-se com a sua segurança e destinar todos os seus recursos para o desenvolvi-

mento. O simples fato de estar despreparada para enfrentar as ameaças de toda ordem, constituiria uma verdadeira espada de Dâmocles; mais do que um risco calculado, seria uma levandade de consequências incalculáveis.

Ademais, com o surgimento e o agravamento da disputa ideológica entre o bloco comunista e o mundo livre, um novo tipo de agente passou a ser utilizado na guerra não declarada que atinge quase todas as nações: a agressão psicológica, visando à conquista das mentes, à desintegração da vontade de resistir e à própria contestação dos valores básicos da pessoa humana.

Dentro dessa guerra psicológica está uma falácia de que a própria essência da democracia impede as medidas de segurança que as nações democráticas planejam e põem em prática; segundo esse conceito, qualquer restrição às liberdades naturais é, por si só, contrária à democracia. As alternativas postas em evidência seriam: liberdade absoluta ou liberdade limitada.

Todavia, o exame acurado do que ocorre no mundo demonstra que as alternativas reais são: a liberdade utilizada para destruir a democracia ou a liberdade garantida contra essa infiltração.

Ai estão os fundamentos da segurança que visa a garantir o desenvolvimento democrático que, por sua vez, não sendo um fim em si mesmo, é um instrumento para propiciar o Bem Comum.

Manter o desenvolvimento em ritmo adequado à conjuntura mundial e defendê-lo contra as

ameaças de todas as naturezas, são as tarefas básicas de uma política nacional, abrangendo as ações ditas de desenvolvimento e de segurança, em todos os setores da vida nacional.

O desenvolvimento tem de abranger todas as expressões da vida nacional, e não ser entendido como exclusivamente econômico.

A segurança tem de compreender também as forças e as convicções que extrapolam os valores materiais, e não ser entendido como exclusivamente militar ou política.

Dever patriótico de quantos pertencem a uma Nação livre e

que faz do Homem a finalidade de todas as suas grandes ações, é participar, por todos os meios e modos para a execução do desenvolvimento, visando à realização das grandes metas e dos supremos objetivos nacionais, num clima de continuado aperfeiçoamento da pessoa humana.

Tal o caminho que levará o desenvolvimento a propiciar o almejado Bem Comum, com o qual enaltece os valores transcendentes da personalidade: portanto, com a prevalência dos padrões mais altos sobre os instrumentos materiais da consecução daquele objetivo.

Tal o caminho do Brasil.

"Defesa Nacional é tudo para a nação: é o lar e a pátria, a organização e a ordem da família e da sociedade, todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio, a moral doméstica e a moral política, todo o mecanismo das leis e da administração, a economia, a justiça, a instrução, a escola, a oficina, o quartel, a paz e a guerra, a história e a política, a poesia, a filosofia, a ciência e a arte, e o passado, o presente e o futuro da nacionalidade".

OLAVO BILAC

Subsídios Para Implantação de Uma Política Nacional de Desportos

(Continuação do número anterior)

Major

J. A. PIRES GONÇALVES

8 — EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS NAS FORÇAS ARMADAS

A apreciação da vida de um jovem lembra sempre a fase de prestação do Serviço Militar. Este período, tão importante na formação do homem, talvez seja aquele que melhor caracteriza nossas deficiências no terreno desportivo. Vamos explicar o porquê, utilizando alguns dados estatísticos. De acordo com o Plano Geral de Convocação, anualmente, cerca de oitocentos mil (800.000) jovens estão em idade de servir em todo o País, sendo que cerca de vinte e cinco por cento (25%) deixam de se apresentar. E, embora pareça exagerado, cinquenta por cento (50%) não servem às Forças Armadas por incapacidade física! A par disso, uma percentagem mínima dos incorporados apresenta alguma noção ou algum trabalho físico.

Que fatores cooperam para esse quadro tão assustador? Citaremos apenas um: — a falta de hábito do adolescente e do jovem em praticar exercícios físicos, ou seja: ausência de mentalidade desportiva nas escolas.

Se os nossos jovens escolares fossem praticantes de esportes, cremos, o índice de incapacidade física na incorporação seria enormemente reduzido ou talvez se limitasse apenas aos portadores de lesões ou aos excepcionais.

Ao que sabemos, as Forças Armadas estão reformulando o exame de seleção dos recrutas e fazendo estudos para estabelecer a condição física inicial de incorporação. Reestruturaram também a educação física militar, inclusive mudando o nome para "treinamento físico".

Esta denominação é mais acertada, uma vez que é uma atividade física que pressupõe maior dose de Adestramento do que de Educação. Essa mudança vai exigir a aplicação de processos e métodos modernos, como pistas de "power training", "interval training", percursos utilitários, exercícios aeróbicos. Outros meios atualizados deverão ser utilizados para acompanhar o desenvolvimento físico do soldado e sua condição orgânica: tomada de pulso matinal, testes de aeróbicos ou Banco de Harvard e exames de sangue, entre outros. Por que, então não criar uma estrutura desportiva básica nas escolas elementares e de ensino médio, que prepare os jovens para, ao atingirem a idade de prestação do serviço militar, poderem superar a barreira da condição física inicial, facilitando sua admissão e passagem pelas agruras peculiares a esse tipo de serviço?

Se as Forças Armadas vierem a criar suas Unidades Desportivas, com objetivo de selecionar, apoiar e treinar equipes militares, trabalhando em estreito contato com as diversas Confederações e Federações, formando quadros especializados e difundindo técnicas novas (elas existem em quatorze (14) países do mundo, inclusive dois (2) africanos) estariam concorrendo para um dos três grandes objetivos desportivos — a competição de Alto Nível.

Uma ligeira pesquisa no terreno da constituição das equipes olímpicas nos mostra que: setenta por cento (70%) da equipe francesa saem de seus Batalhões de Joinville e Pau. Quarenta por cento (40%) da equipe italiana saem da Escola de Educação Física de Orvieto, da Escola Alpina de Aosta e do Centro de Sabaudia. Um terço das medalhas italianas das Olimpíadas de Roma e Tóquio foram conquistadas por atletas militares — nove (9) de ouro, cinco (5) de prata e seis (6) de bronze.

Essa pequena amostragem indica a necessidade de criar uma mentalidade desportivo-escolar, que depois, em continuação e sem perda, seria orientada durante a prestação do serviço militar. Isto permitiria o aumento do acervo desportivo do País. A volta dos atletas às suas cidades de origem, após o serviço (em Unidade Desportiva ou não), possibilitaria a troca de idéias e ensinamentos com técnicos e companheiros mais novos.

Seria uma reação em cadeia. E desta reação, adviriam grandes benefícios para as Forças Armadas, para o Desporto e para o próprio povo. Por que não aproveitar o exemplo das Colônias de Férias Militares, que tanto bem fazem às nossas crianças, como um primeiro contato desportivo-militar-educativo e prolongá-las aos anos escolares, não como Colônia, mas como atividade física formadora de uma Educação Total?

É mais uma faceta que o problema educacional, como um poliedro, tem aresta comum; e esta, é com as Forças Armadas, garantia da Nação, e fator de integração nacional.

9 — EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS E A JUVENTUDE

Quem fala em juventude, pensa, de imediato, em atividade, em estudo, em movimento, em escola. Logicamente, não se deve dissociar o termo Desporto dessa cadeia de idéias. No entanto e com demasiada freqüência, as atividades físicas são encontradas na quase totalidade dos estabelecimentos de ensino, como forma recreativa, atividade compensatória primitiva ou preenchimento de tempos vagos.

Isto é feito hoje, quando se sabe que a atividade física, para cumprir sua finalidade educativa, tem que encontrar um desenvolvimento consciente e sistemático, à semelhança das matérias intelectuais ou práticas. Estamos distantes deste princípio da moderna pedagogia. Os responsáveis pelos programas e pela administração, nas escolas e universidades, devem procurar atingir esse objetivo. A educação escolar é apenas a primeira fase da educação permanente. Note-se que ela é organizada por terceiros, para aqueles que não dispõem de liberdade para decidir por si próprios.

Não é demais repetir que o Desporto, se bem conduzido, contribuirá para um harmonioso desenvolvimento físico dos jovens. Coopera para a conquista de um equilíbrio físico e psíquico, participando da formação de sua vontade, de seu caráter e favorecendo ainda a adaptação social.

Na concepção atual, a Educação deve preparar a criança para alcançar seus objetivos de jovem e adulto. É fácil deduzir aqui (e nos perdoem, se voltamos ao assunto) que, para o homem praticar o Desporto durante toda sua vida, é preciso que, em sua infância, adquira o hábito de fazê-lo. Portanto, cabe à escola a adaptação de seus programas, de forma a transformar isto em realidade.

A formação intelectual, física e moral do indivíduo, qualquer que seja o seu destino na sociedade, necessita de um equilíbrio adequado entre as diversas matérias, equilíbrio esse que se deve refletir no conteúdo dos programas e nos horários. A não ser que se estabeleça um limite racional nas exigências das disciplinas puramente intelectuais, tal equilíbrio não será possível.

Prevê a pedagogia que, do horário total de atividades escolares, de um sexto a um terço do tempo disponível deve ser dedicado à atividade física, diminuindo-se essa proporção à medida que a criança cresce. Sabemos, também, que essa atividade necessita encerrar, fundamentalmente, um treinamento físico geral — com jogos e atividades ao ar livre e deve orientar-se para os desportos em proporção crescente, à medida que a criança se desenvolve.

Agora, comparem-se estes dados com o que se faz em nossas escolas! Onde se observa esta relação? E o equilíbrio educacional? A realidade está tão distante do ideal que parece quase impossível empreender um planejamento escolar integrado e equilibrado no setor desportivo.

Vale lembrar que, além do planejamento, cujos programas devem prever atividades que se adaptem e interessem diretamente aos alunos, cabe desenvolver atividades que possam ser praticadas durante toda vida, inclusive por grupos de indivíduos de sexos e idades diferentes (por exemplo: a família). É também indispensável, a existência de equipamentos adequados, elemento fundamental para a integração do Desporto na escola.

Em maior proporção do que a maioria das outras atividades propostas pelos professores, o Desporto dá à criança a oportunidade de atuar livremente e o prazer de utilizar seus conhecimentos sem ser forçada a isso, encontrando um ponto de equilíbrio entre os períodos de iniciação e os de iniciativa, entre o trabalho dirigido e o trabalho pessoal.

O Desporto traduz-se, então, como fórmula para a liberdade orientada. É tamanha a força do Desporto face à juventude que, numa imagem forçada, poder-se-ia compará-la à energia atômica controlada. Se for mal empregada, teremos Hiroshimas e Nagasáquis estudantis. Se bem orientada, teremos uma nova energia, dirigindo a mocidade, que poderá atingir, à semelhança dos engenhos modernos, distâncias, planos ou velocidades que nós, do tempo da máquina a vapor, podemos apenas sonhar.

Nos países mais adiantados, esta orientação cabe, normalmente, aos Ministérios de Desportos. Citemos, como exemplo, a França, cuja direção desportiva está sob a égide do "Ministère de la Jeunesse et des Sports". Enquanto nesses países a Educação Física e os Desportos nas Universidades são uma imposição (o que contribui para uma grande percentagem de atletas universitários nas equipes nacionais que disputam as Competições de Alto Nível), no Brasil só recentemente foi regulamentada a lei que torna obrigatória a atividade física orientada e ministrada por professores especializados naquele setor.

Enquanto nesses países os Clubes se socorrem dos atletas das Universidades e Colégios (e estes tem privilégios, destacados como elementos formadores de suas equipes principais) no Brasil as Universidades e Colégios usam e abusam do atleta dos Clubes, como se aquele fosse o maná que o céu desportivo do País lhes envia.

A elite desportiva Colegial e Universitária não pode ser esquecida e mais, deve ter o máximo de apoio. Não podemos dissociar, jamais, as atividades culturais das atividades físicas. Há que manter o equilíbrio.

O País entrou no jogo da verdade (e jogo pressupõe atividade desportiva). Este também é o momento em que devemos nos associar ao plano do desenvolvimento geral, a fim de dar a contribuição de nosso trabalho, honesto e bem orientado, em proveito dessa juven-

tude comprimida, ameaçada, que não tendo equilíbrio educacional, ou se transforma em "intelectualizada", discutindo teorias inócuas, ou se brutaliza, apelando para o sexo e para a violência.

10 — O DESPORTO E OS CLUBES

Um clube ou entidade desportiva subsiste, em princípio, em função do Desporto. Para ele convergem todas as atividades requeridas pela comunidade para provimento de suas aspirações. O Clube, no agrupamento moderno, funcionando como elo intermediário entre a família e a sociedade, pode estabelecer um vínculo associativo dos mais importantes.

Para as crianças e os jovens é oportunidade única de satisfação, de bem-setar, de euforia. É o veículo existencial onde buscam os adultos a necessária recuperação ao equilíbrio psicomotor, na compensatória manifestação de suas potencialidades.

O tempo de lazer que dispõe o homem moderno seria uma constante significativa no estudo do aproveitamento do esporte. Sem querer chegar a afirmações por demais audaciosas, diríamos que o Clube substitui hoje os templos ritualistas da antiguidade. A Igreja, conclamando os fiéis para a meditação e para o reencontro espiritual, conseguia opor-se ao desencontro político, às resistências sociais, ao desnivelamento de classes, ao desequilíbrio familiar. Hoje o esporte pode desempenhar parcialmente este papel, funcionando como escape das pressões impostas por uma sociedade angustiada pela ambição.

O sentido de agrupamento ou aglomerado tem, no clube, a sua expressão plasmadora. Em função dos interesses de Clubes viceja toda sorte de atividades, no terreno da arte, da literatura, da comunicação, das atividades de recreio. O sentido é reunir, conclamar, existir em função do conjunto.

Observe-se que, mesmo nas classes operárias mais humildes, se estabelece o ciclo de entidades clubísticas, reunindo, na mecânica de seu funcionamento os anseios, as convicções e os ideais do grupo.

Os clubes de futebol originários dos descampados abertos ao correr das estradas, dos terrenos vazios e campos em torno dos prédios e construções, são um exemplo da força aglutinadora do Desporto dentro da comunidade.

A preparação de um programa de atividades desportivas, por uma associação ou clube, não pode prescindir da idéia de que são atividades que se desenrolam nos períodos de ócio e para um grande número de pessoas. Isto implica, é óbvio, em que haja à disposição daquelas entidades equipamento específico, pessoal orientador especializado e controle médico-fisiológico. Ademais é indispensável que, ao se realizar o planejamento dos meios, se leve em conta a existência e o desenvolvimento das diferentes classes de pessoas que os utilizarão. Também devemos considerar a importância de que se reves-

tem, junto aos desportos tradicionais, aqueles que podem ser praticados em contato direto com a natureza. O acampamento com caráter educativo é importante sob este aspecto. A criança e o jovem das grandes cidades ou zonas suburbanas necessitam conhecer o que nos pode oferecer a natureza. São experiências físicas, que, mesmo quando de curta duração, tendem a modificar a conduta dos participantes e complementar com contribuições reais a área educativa ao fazê-los conhecer melhor o próprio país.

Esse tipo de atividade física satisfaz o irresistível desejo experimentado pelo homem moderno de se libertar da rotina e de procurar contato com os elementos naturais. Os meios para exercícios, tanto nos desportos tradicionais, como nos realizados em contato com a natureza, deverão ser utilizados de maneira que os resultados sejam realmente criativos. Sempre que possível, convém que interesse tanto aos jovens como aos adultos e ofereça a oportunidade de uma atividade desportiva conjunta da família.

Aceitamos que uma entidade desportiva tenha seus jogos de salão, seus trabalhos manuais, sua piscina, seu estádio de atletismo, sua ginástica feminina, mas não compreendemos como e por que não são usados o "camping", o montanhismo, a excursão a pé, o ciclismo, como forma de atividade física. Planejamento diversificado, em função de localização e de meios, é o que deveria ser buscado como objetivo desportivo da entidade.

O Estado deveria prever nos Clubes a obrigatoriedade de pessoal técnico funcionando em horário de tempo integral ainda que para isso fosse necessária uma subvenção à entidade. Dentro de cada unidade, parte da imensa cadeia desportivo-educacional, a presença de dirigentes e treinadores especializados facilitaria sua organização e direção. Paralelamente, com o conhecimento profissional que possuem, poderíamos dinamizar e diversificar as atividades recreativas, possibilitando que, além das costumeiras reuniões dançantes, fossem praticados jogos de salão, passatempos e outras atividades, com o fim de desenvolver o raciocínio, a atenção, a memória. Seria mais uma contribuição para o aperfeiçoamento intelectual de que tanto necessitam os jovens da atualidade.

Dentro dessa linha de raciocínio em relação aos clubes, seria de grande efeito lei obrigando toda entidade desportiva, com um número de duzentos (200) ou mais associados, a ter no mínimo uma representação desportiva atuante. Essas associações, verdadeiras células desportivas, deveriam promover, pelo menos uma ou duas competições desportiva por mês, conforme estivessemos na época de aula ou nos períodos de férias escolares.

As implicações pedagógicas do Desporto em todas as suas formas, seu caráter cultural e social, obrigam os dirigentes dos clubes e aos educadores que os secundam a tratar as atividades desportivas com a máxima seriedade.

II — O DESPORTO E AS CONFEDERAÇÕES

A lei estabelece que as Confederações são "as entidades máximas de direção dos Desportos nacionais". Porém, a letra de forma não dá direito a ninguém de chegar às raias da irresponsabilidade.

Parece-nos, existe alguma coisa que não está dentro das diretrizes nobres e das finalidades educativas do Desporto.

Uma análise das linhas de subordinação, administrativa ou funcional, da cúpula desportiva no país, leva-nos a acreditar que há muita superposição e inversão nos órgãos dirigentes do Desporto nacional. Existem Federações sem Confederação, contrariando a Lei que prevê um mínimo de 3 (três) Federações para formar uma Confederação; e, ainda, uma Confederação com 130 (cento e trinta) Federações subordinadas a ela.

Há evidências de que o Conselho Nacional de Desportos (atual Conselho Federal de Desportos) não tinha a assessoria nem a autoridade que deveria, sendo suas decisões pouco acatadas. Como órgão destinado a "orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o País", ressentindo-se, muitas vezes, da falta de força para decidir e liberdade para resolver assuntos atinentes à sua esfera de competência.

Para exemplificar, citaremos um caso isolado, cuja interessada, a Comissão Central de Esportes — Andradina — S. Paulo, num processo, solicitou apoio para a criação da Federação Internacional de Futebol de Salão, obtendo o seguinte despacho do CND (publicado em Ata da 19.^a sessão extraordinária): "A entidade deverá dirigir-se à Confederação Brasileira de Desportos, que é competente para tratar do assunto" (sic). Neste contexto, somos levados a pensar que há outro órgão com maior força política e econômica, contrariando a Lei, que diz ser o CND (CFD) o órgão normativo dos assuntos desportivos do País.

Temos uma Confederação Brasileira de Desportos, que abrange 23 (vinte e três) desportos diversos. Porém, o que absorve realmente suas atividades é o futebol. E os outros desportos? Não fazemos, absolutamente, oposição ao futebol. Reconhecemos nele a paixão das massas, como praticantes (vinte e cinco milhões de jogadores cadastrados pela FIFA, em 1969), ou como torcedores. Conhecemos, por força de professorado, sua classificação na gama imensa e variada dos desportos. Mas não podemos viver eternamente como exploradores do futebol, descurando da elevação do nível dos outros ramos desportivos, que podem proporcionar imensos benefícios. Sabemos e reconhecemos, temos capacidade de ombrear neles com as melhores equipes mundiais. Afirma-se-nos que há uma inversão desportiva de valores. No Brasil, o futebol é a grande árvore que cobre a floresta.

Este quase exclusivismo para com o futebol é, talvez, reflexo do parágrafo 2.^o do artigo 16 do Decreto-lei 3.199, de abril de 1941, que

diz em seu texto: "No exercício da atribuição que lhe confere o presente artigo, o Conselho Nacional de Desportos terá em mira que o futebol constitui o desporto básico e essencial da Confederação Brasileira de Desportos". Isto é um verdadeiro golpe nos outros 22 (vinte e dois) desportos subordinados à CBD, com uma série de repercussões negativas de ordem político-desportiva, demonstrando a necessidade de uma revisão da legislação que rege o Desporto Nacional.

Para corrigir esta deformação, dar força real ao atual CFD (política e econômico-financeira) e criar Confederações correspondentes às Federações Desportivas existentes no País, tão logo fossem em número de 3 (três), conforme o que permite o artigo 14 do referido Decreto-lei. Deixar com uma Confederação Brasileira de Futebol toda a parte relativa a este esporte, que, por sua popularidade e prestígio, absorve quase que totalmente as atividades da maior entidade desportiva privada do País.

Mas surge uma dúvida: até onde vai o interesse na criação dessas novas Confederações, legalizadas, com suas comissões executivas próprias, acarretando, quem sabe, a perda de importantes votos em eleições abertas?

Outro aspecto a considerar é o problema do local da sede das Confederações. Voltando ao Decreto-lei nº 3.199, verificamos que ele é claro no seu art. 47 — "As Confederações terão sede na Capital da República". Pois bem, enquanto todos os órgãos do Governo se mudam para Brasília, nada se vê que possa indicar que alguma Confederação esteja ao menos planejando sua transferência, mesmo em futuro remoto.

Todos estes fatos nos levam a crer que a nossa estrutura desportiva superior precisa ser reformulada. Não devemos nem podemos continuar com uma orientação que não conflua nela própria, porque não está atualizada, não acompanha a evolução do Desporto, nem tem base para se fazer acreditar ou convencer.

O nosso homem tem todas as características fisiológicas básicas dos homens de outras nações, com a vantagem latina do reflexo ultra-rápido. Alguma coisa existe de errado, para aparecer somente de vez em quando uma campeã de tênis ou um bicampeão olímpico de salto triplo.

O que acontece, é que, na maioria dos casos e em qualquer desporto, os dirigentes, talvez como autodefesa, dão pouco valor ao pensamento dos diplomados ou às suas observações sobre os atletas. Os pratos da balança vão sendo equilibrados com pesos de política e simpatia, e com outros sistemas de medidas que, no nosso entender, não constituem marco ou equilíbrio para o "fiel" tecnológico-desportivo. E esta sistemática é observada por muitos, há anos. Como demonstrativo do que afirmamos acima, aí estão nos mesmos postos, há vários anos (às vezes décadas) os presidentes de algumas Confe-

derações e Federações Desportivas: Basquetebol, trinta e três; Vólibol, quinze; Brasileira de Desportos, treze e Comitê Olímpico Brasileiro, oito (dezesseis na previsão futura, com a recente reeleição de seu presidente para outro mandato de oito anos). E isto quando o mandato do próprio Presidente da República é de quatro anos.

Julgamos que os dirigentes desportivos devem ser homens voltados para o ideal do desporto amador, homens que compreendam a natureza cultural e social do Desporto e que tentem criar, no grupo que dirigem, uma base de solidariedade que transcenda aos simples interesses desportivos; homens inspirados pela vontade de promover o desenvolvimento humano através do Desporto, inclinados permanentemente para o bem da coletividade.

Precisamos de órgãos e de dirigentes que terminem de uma vez com a dispersão de esforços, tão comum; que evitem a condução por caminhos já percorridos anteriormente e que não apresentaram rendimento algum; que impeçam e não cometam erros doutrinários.

Os homens que comandam o esporte, devem, antes de tudo, ser avessos ao fanatismo. Devem ainda se colocar como os grandes opositores do "dopping" e da comercialização do atleta, da entidade e do Desporto. Dirigentes flexíveis mas com autoridade. Órgãos funcionais, mas com capacidade real de desempenhar suas funções. Tudo isto, entretanto, depende de uma radical transformação das leis (obsoletas), das estruturas (ultrapassadas) e da mentalidade existente (pouco técnica).

12 — O DESPORTO E O COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO

Quem desconhece a importância das representações desportivas no campo internacional, como fator de integração mundial, como fundamento para reafirmações políticas, como instrumento auxiliar para o incremento das relações diplomáticas e até comerciais?

Sabendo da pontencialidade do Desporto de competição, é lógico, comparemos a estrutura e ação dos nossos órgãos responsáveis com os resultados alcançados por outras nações que promoveram mudanças radicais no campo esportivo representativo, por força de decisões governamentais.

O Comitê Olímpico Brasileiro, em cuja cúpula, num continuísmo estranho, têm-se mantido há dezesseis (16) anos os mesmos dirigentes, face aos pálidos resultados das equipes brasileiras em Competição de Alto Nível, não tem evidentemente correspondido às suas finalidades.

Se retermos os seus Estatutos, veremos que, talvez aquilo que parecia necessário na época (1955), não se adapta mais às necessidades de hoje. Não parece lógico, também, que uma atividade com pro-

fundas ligações com campos tais como Educação, Moral e Cultura da Juventude, deva ter suas decisões máximas subordinadas ao arbítrio de uma sociedade privada.

O Governo Francês, por exemplo, após os resultados das Olimpíadas de Tóquio, constatou que seu país vinha colecionando maus resultados. Pesquisou e concluiu tratar-se de uma consequência da irresponsabilidade dos que dirigiam o movimento desportivo olímpico. Decidiu, então, que o Comitê Olímpico Francês (COF) mudasse seus Estatutos, no sentido de que fossem incluídos (cooptados) dois representantes do Ministério da Juventude e Esportes. O Presidente do COF recusou-se e ameaçou pedir demissão, mas verificamos que atualmente o Diretor-Geral de Esportes e seu adjunto são membros natos daquele Comitê.

Na Itália, o presidente do Comitê Olímpico Nacional Italiano (CONI) é nomeado por Decreto Presidencial, e aprovado pelo Conselho de Ministros. O CONI se reúne, faz a indicação do candidato, cabendo ao Presidente da República aceitar ou não. (O CONI, por força de lei do Congresso Nacional, é o responsável pelo esporte italiano).

Na Espanha, acontece fato similar. O Diretor-Geral de Esportes, que tem "status" de Ministro, é o Presidente de direito do Comitê Olímpico Espanhol (COE), designado pelo Governo. Quando ocorre, como recentemente, a substituição do Diretor-Geral de Esportes, automaticamente o titular exonerado deixa a direção do COE, que passa a ser exercido pelo novo titular.

Também nos países socialistas acontece a mesma coisa: os Ministros de Esportes são os Presidentes dos Comitês Olímpicos de seus respectivos países.

Na África, na maioria dos países, os tesoureiros das Confederações são, na vida funcional, também tesoureiros dos Ministérios da Fazenda.

Como verificamos, em quase todo o mundo, a responsabilidade do Desporto está diretamente sob a tutela do Governo, que compreende a importância desta atividade, principalmente na Educação. O Estado, que se ocupa da Educação da Juventude, tem no Desporto um dos principais meios dessa educação. A responsabilidade deve ser coletiva, de Governo, da Nação e não de indivíduos, associações ou entidades privadas.

Com os Comitês Olímpicos Nacionais, o problema se avoluma, vez que têm vínculos até diplomáticos nas suas interligações entre países.

Mas não vamos nos deter em termos de comparação. Apontaremos fatos reais, que talvez nos tragam algumas soluções para os nossos problemas. No Brasil, ao contrário da maioria dos países do mundo, somos regidos por entidade civil, com plenos poderes e autonomia

absoluta, fora de qualquer influência política ou religiosa, conforme Art. 1.º e Art. 3.º, letra e), do seu próprio Estatuto:

Art. 1.º — O Comitê Olímpico Brasileiro, neste Estatuto denominado Comitê, é uma sociedade civil, fundada em 20 de maio de 1955, na cidade do Rio de Janeiro, onde tem sede e foro, constituída de conformidade com os dispositivos regulamentares do Comitê Internacional Olímpico, com completa independência e autonomia, fora de qualquer influência política ou religiosa.

Art. 3.º — Organizar e dirigir, com a colaboração das entidades nacionais dirigentes do desporto amador, a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos, Pan-Americanos e outros de igual natureza, e realizá-los, caso o Brasil seja escolhido para sede dos mesmos.

Parece-nos impressionante a disparidade entre os Artigos 1.º e 3.º!

Não concebemos que uma entidade com estrutura de caráter estritamente particular, "com completa independência e autonomia" (sic), venha a organizar e dirigir a participação da Nação em competições esportivas internacionais. O Governo, que garante o apoio financeiro, não pode ao menos opinar sobre a eleição dos desportos a disputar nem acerca da organização das suas delegações, que, em última análise, serão representações do País.

A escolha dos membros que dirigem o Comitê Olímpico Brasileiro e o representam no Comitê Olímpico Internacional é feita através de eleições, onde apenas as Confederações têm direito ao voto, havendo aí uma série de influências pessoais, que têm possibilitado o continuismo de dezesseis anos verificado na entidade de cúpula do desporto nacional. A mecânica é a seguinte: a CBD tem a verba advinda do futebol; repassa-o às outras Confederações que não possuem renda própria, mas têm o direito de voto, indicando aquelas seus candidatos.

Concluindo, somos de opinião que o Comitê Olímpico Brasileiro deve sofrer uma radical reforma em sua estruturação, deixando de ser uma entidade civil particular, passando a ser controlada pelo Governo. Na falta do Ministério dos Esportes, o Presidente nato do COB seria o Ministro da Educação e Cultura, que, por sua vez, teria o direito de cooptar um certo número de membros, necessários a uma maioria absoluta.

13 — O DESPORTO DE ALTA COMPETIÇÃO

É sem sombra de dúvida, um ponto controverso, um tema particularmente discutido e de grande significado.

Nesse tipo de desporto, intervêm forças e interesses externos, particularmente econômicos e políticos, que tendem, cada vez mais,

a influenciar na sua organização e determinar a sua orientação. Foi o que apreçamos recentemente em Cáli, na rivalidade entre Cuba e Estados Unidos. Daí o cuidado que se deverá ter ao adotar qualquer alternativa para a Competição de Alto Nível, bem como em relação ao apoio que é preciso dar aos atletas que a ela se consagram. Há necessidade de se estabelecer uma ação que seja coerente com os objetivos visados. Precisamos sempre levar em consideração que, por trás do romantismo e do encanto dos estádios, existem problemas complexos e de difícil solução.

O Desporto de Alta Competição é um espetáculo grandioso, um elemento de solidariedade entre os grupos desportivos e uma oportunidade para conhecermos o estágio atlético da juventude de todo o mundo. É ele que contribui para o esforço, a procura do aperfeiçoamento do campeão, ao lhe dar possibilidades para confirmar suas qualidades e alcançar seu próprio objetivo através da luta e do esforço.

Mais do que em qualquer outro ramo, no Desporto de Alta Competição não cabe a improvisação. São necessários anos de aprendizagem, de treinamento, de domínio físico e psicológico. A formação de um atleta exige sistematização, orientação e principalmente, condições de preparo. Esquecendo o fundamental e enveredando sem o devido cuidado e planejamento à procura de resultados imediatos, estaremos sempre sujeitos ao fracasso ou êxitos relativos. Teremos de nos contentar com resultados como o de Cáli, onde ficamos em quinto lugar no número de medalhas conquistadas, nas Américas.

A revisão na problemática desportiva deve partir de uma reestruturação de base, alterando os rumos no sentido que julgarmos mais adequados aos nossos interesses. O Desporto de Alta Competição exige uma preparação rigorosa, alimentação adequada, eficiência técnica, capacitação profissional, condições de equipamento e material.

Outro aspecto a ser considerado é o papel do atleta excepcional no contexto do Desporto. Qual a nação que não se orgulha de "seu campeão"? Não o provamos há poucos meses na despedida de Pelé? Quando o BRASIL foi tão coeso e afinado como nas Copas Jules Rimet de 58, 62 e 70? Com um pouco de visão, pode-se perceber o que representa, nestas ocasiões, o valor do Desporto, como elemento aglutinador da nacionalidade.

O campeão desenvolve, além do papel de ídolo, o de exemplo, passando a atrair e motivar os novos praticantes. Quantos desportistas de renome confessam ter se dedicado a determinado desporto, por que admiravam "tal atleta"? Suas glórias e sucessos passam a ser divididos por todos e vividas pelo povo, tal como no evento do milésimo gol de Pelé.

O campeão tem seu lugar reservado na história das nações. Qual o brasileiro que desconhece um Leônidas ou um Rivelino? Qual o

norte-americano que ignora um Babe Ruth? Qual etíope que não sabe quem seja Abebe Bikila? E é por isto que o papel desempenhado pelo campeão é importante e deve ser preservado pelas autoridades desportivas, pois seus efeitos repercutirão na massa, desenvolvendo também verdadeira reação em cadeia.

Mas assim como podem ser aproveitados todos os ângulos construtivos do Desporto de Alto Nível, deve-se procurar afastar os seus perigos, dosando os excessos na participação dos jovens neste tipo de competição, uma vez que isso pode ameaçar-lhes a saúde física e o equilíbrio psíquico. Cabe evitar também a má orientação social que lhes descortina horizontes, onde poderão constituir sua vida e a de suas famílias somente às custas dos êxitos desportivos, afastando-os dos estudos ou do aprendizado de um ofício; orientando-os contra práticas desleais ao espírito do Desporto, como, por exemplo, o "dopping". Eliminando, através de um processo racional, a comercialização do atleta, inculcando no mesmo a mentalidade sadia do "jogo leal", para que se crie e não se destrua.

Orientar e assessorar os meios modernos de comunicação, em especial, a imprensa, o rádio, e a televisão, por uma informação honesta, uma vez que eles têm uma influência enorme sobre a evolução do Desporto.

No Brasil, da maneira como está, o Desporto de Alta Competição tem muito que modificar. É fácil deduzir-se que o futebol se transformou, por hipertrofia e falta de orientação, no maior obstáculo para o desenvolvimento dos outros desportos. Impõe-se, pois, um nivelamento. Seja através de nova estruturação desportiva, seja pondo um dique na ação de certos dirigentes inescrupulosos, que procuram identificar-se aos ídolos, em busca de autopromoção — um dos motivos levantados quando da saída prematura de Pelé da Seleção Brasileira de Futebol.

Não é aceitável para os que vêem o Desportos com olhos construtivos, que os atletas, ou o próprio Desporto, sejam sacrificados pelas exigências imediatistas daqueles que se interessam, sobretudo, pelos favores ou benefícios que podem proporcionar.

Devemos procurar, pelo trabalho, estruturação, orientação e direção adequada, dar ao Desporto de Alto Nível o seu justo valor, como instrumento, não só da integração nacional, como também de uma construtiva aproximação internacional.

14 — CONCLUSÕES

Procuramos estabelecer rumos gerais e alguns princípios, a nosso ver, justos e realistas, para uma reforma, cuja necessidade é premente. Entretanto, quaisquer que sejam as medidas adotadas, não serão válidas, a menos que se defina uma diretriz para o Desporto.

Esse trabalho não é uma proposta de planejamento. Não foi esta a nossa intenção. Trata simplesmente de mostrar alguns caminhos e estabelecer alguns rumos, no nosso entender básicos para enfrentar o problema da reformulação do Desporto e da Educação Física no País.

Muita coisa necessita ser estudada, planejada, discutida e estruturada. Pretendemos ter indicado alguns aspectos que precisam ser corrigidos. Mas temos consciência de que não sacudimos suficientemente a nossa peneira, eliminando todo o cascalho. Nosso objetivo direto foi apenas recordar aos órgãos responsáveis sua missão nobre e construtiva no terreno desportivo-educacional, e a tentativa de traçar linhas gerais de ação, que julgamos convenientes para solucionar os problemas nos três (3) domínios essenciais do Desporto: na escola, nos momentos de lazer e na competição de alto nível.

A democratização do Desporto reclama por uma política corajosa e ativa, à semelhança da dinamização que o Governo vem impondo em outros campos, inclusive num setor afim, a Educação.

É necessário, realmente, uma doutrina específica sobre o assunto, pois não existe, até agora, uma Política Nacional de Desportos. Não temos definidos os grandes objetivos e as metas propostas, indispensáveis ao planejamento.

Nosso País é uma nação em desenvolvimento, que deveria também abranger o setor desportivo. Vale lembrar que nos mapas de Educação da UNESCO se superpõem os países subdesenvolvidos e os desportivamente mais fracos.

Uma nação somente transforma a sua mentalidade desportiva quando os seus dirigentes, através dos educadores, pais, diretores de escolas, compreenderem sua responsabilidade e cooperarem para a iniciação desportiva das massas. O Estado, as Municipalidades e as grandes empresas seriam as escoras do tripé em que deve apoiar-se o Desporto nos tempos atuais.

Cremos que apenas a estatização do Desporto não resolveria todos os problemas e viria cercear em parte a iniciativa dos dirigentes. A divisão de responsabilidades, sob a supervisão do Estado, é a melhor solução no momento.

Analisando sem paixões, sem política e sem partidarismo o desenvolvimento do Desporto brasileiro, particularmente no setor amadorista, chega-se a importantes conclusões. Não queremos, absolutamente, imputar os retrocessos ou estagnações somente a homens. Mas os dados e estatísticas aí estão para interpretações várias. Alguns poderão evocar os brilhantes feitos do futebol. E apresentamos, apenas para meditação, a seguinte indagação: onde teriam sido melhor aplicados os Cr\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil cruzeiros) gastos com os vinte e dois jogadores da equipe brasileira de futebol (relatório da CBD, após o México)? No futebol mesmo? Ou

seria melhor aplicá-los em favor do Desporto para a massa, na construção de uma nova Escola de Educação Física, ou no "campus" desportivo da Universidade de Brasília, ou na construção de instalações desportivas em uma cidade-capital nordestina ou ainda na compra de material desportivo a ser distribuído em colégios? Qual seria o melhor investimento? O que renderia ao País juros mais altos a médio e longo prazo?

Não nos propusemos a fazer essa análise desportiva com a intenção de pregar a apologia do músculo em detrimento do cérebro. Nossa diretriz, no terreno Educação, pende para o equilíbrio da formação da personalidade individual. A inquietação por causa dos diplomas é ameaça do "intellectualismo" a esse equilíbrio.

Reconhecemos que o prodigioso crescimento do Desporto haveria de gerar seus próprios problemas. Mas são problemas que têm soluções. Caminhemos ao encontro delas e estaremos no rumo certo, na complementação do desenvolvimento integral do País.

As lamentações de nada servem. Já foi superada a época da filigrana, do artesanato desportivo, sem objetivo. O tempo não para... e os tempos mudaram. Reclamam ação, planejamento, estruturação, construção e trabalho. O processo é irreversível como muita coisa tem sido irreversível desde os Idos de março de 1964.

Em síntese, e numa primeira prioridade, poderíamos alinhar alguns pontos básicos que consideramos de alta importância para incrementar a Educação Física e o Desporto na Nação:

— Criar um órgão de planejamento, fiscalização e execução que possa se tornar, em futuro próximo, o Ministério de Educação Física e Desportos;

— Instalar 1 (um) Batalhão Desportivo das Forças Armadas ou 3 (três) Companhias Desportivas (uma no Nordeste, uma no Centro ou Leste e outra no Sul do País);

— Criar, em todos os Estados da Federação, Secretarias ou Departamentos de Educação Física e Desportos, com metas bem definidas, funcionando com base nos fundos recebidos da Loteria Esportiva;

— Preparar os quadros dirigentes, de forma a torná-los aptos ao desempenho de sua importante missão;

— Aumentar o número de Faculdades de Educação Física, dando preferência às áreas Norte e Nordeste; reaparelhar as existentes e reformar seus currículos;

— Instituir prêmios vultosos para obras especializadas no ramo da Educação Física, Desportos e Recreação;

— Incrementar e subvencionar a publicação de trabalho técnico-desportivo considerado de real valor;

— Incrementar as ligações desportivas entre o Estado e a iniciativa privada;

— Executar um programa intensivo de estímulo às pesquisas técnicas, dentro do que se dispõe no momento no Brasil;

— Possibilitar a renovação dos quadros dirigentes do Desporto Nacional, através de dispositivo legal que proíba a reeleição, por mais de uma vez, e no prazo de dois (2) anos, dos presidentes e vice-presidentes de Federações e Confederações Desportivas Nacionais;

— Intensificar o intercâmbio desportivo (além do futebol) com o exterior;

— Contratar técnicos estrangeiros e propiciar o envio de professores de Educação Física a estágios, seminários, simpósios e congressos realizados em outros países;

— Premiar financeiramente os técnicos cujos atletas consigam alcançar as equipes de nível nacional, ou venham a bater recordes brasileiros, sul-americanos, pan-americanos ou mundiais;

— Assegurar a formação de um número crescente de professores de Educação Física, e médicos desportivos na proporção do crescimento demográfico do País;

— Orientar os dirigentes desportivos que viajem ao exterior, a fim de que seus votos e decisões em congressos e reuniões internacionais não agridam ou mutillem nossa Política Nacional de Desportos ou mesmo a Política Externa do Brasil;

— Cooperar com as firmas interessadas na confecção de material desportivo (até subvencionando-as, se for o caso);

— Coordenar os calendários desportivos de Confederações, Federações, Ligas e Associações;

— Estabelecer cadastros permanentes da situação e atividades das Confederações, Clubes, Universidades, Colégios e Forças Armadas;

— Elaborar estatísticas nacionais, de fácil acesso, relativas a pessoal e equipamentos ligados às atividades desportivas;

— Organizar programas de provas de suficiência física nos colégios e universidades;

— Organizar, com o apoio das Forças Armadas e do MEC, colônias de férias em todo o Território Nacional;

— Constituir um grupo de trabalho permanente, com reuniões mensais, formado por especialistas e representantes dos Ministérios Militares, da Educação e Cultura, da Saúde, do Interior, do Exterior e do Planejamento, com a missão de formu-

lar planos, programas e projetos relacionados com o fomento da Educação Física e Desportos;

— Organizar, anualmente, um Congresso Nacional de Educação Física, um Simpósio sobre Desportos e Estágios de Formação e Informações;

— Dar maior autonomia aos licenciados a título precário, em virtude da deficiência de professores de Educação Física no País;

— Criar o Centro Olímpico, com a finalidade de alojar, apolar e treinar equipes brasileiras antes das grandes competições desportivas (Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Pan-Americanos e Sul-Americanos);

— Constituir uma biblioteca dinâmica com um padrão administrativo de alto nível, apta a responder a quaisquer questões de ordem técnica;

— Realizar filmes das grandes manifestações desportivas mundiais e distribuir suas cópias pelas Federações e Escolas de Educação Física do País;

— Orientar a prática desportiva por área geográfica; nação no Norte e Nordeste; desportos coletivos "indoor" no Sul etc. de acordo com as condições de clima.

— Proibir, através de dispositivo legal, que os dirigentes desportivos institucionalizados pertençam também às Confederações, Federações e Comitê Olímpico Brasileiro.

Com estas idéias encerramos nosso trabalho, numa modesta colaboração de quem, animado pelo desejo de construir, considera que a definição de uma Política Nacional de Desporto é componente importante a ser introduzido no quadro de renovação que se processa no País. O que reivindicamos é tão-somente o Desporto atuando como parte integrante do sistema educacional e cooperando efetivamente no desenvolvimento na Nação!

REFERÊNCIAS

- BOLETIM INFORMATIVO DA EMBAIXADA DE PORTUGAL — "Desporto", Brasília, 1969.
- BOROTRA, J. — TALBOT, P. — VRILLAC, M. — THIÉBAULT, J. — SEURIN, P. — HANSENNE, M. — MALLEJAC, J. e outros — "Essai de Doctrine du Sport" Haut-Comité des Sports, Paris, 1965;
- COUTINHO, C. — Comunicação pessoal para o autor, Brasília, 1970;
- DOUTEL DE ANDRADE, L. — "Voto em separado sobre o Concurso de Prognósticos Esportivos", Brasília, 1967;

- FLEMING, R. — "Currículo Moderno" — Editora Lúdasor Ltda. Rio de Janeiro — 1970;
- FRANÇA, L. — "A Crise do Mundo Moderno" — Editora José Olímpio. Rio de Janeiro — 1945;
- HERZOG, M. — "Organogramme détaillé des Services du Ministère de la Jeunesse et des Sports", publicação do Ministério da Juventude e dos Desportos. Paris — 1968;
- LIMA, L. EDMAR — Colaboração especial para este trabalho. Brasília — 1971;
- MEYNAUD, J. — "Sport et Politiques", Editions Payot, Paris — 1966;
- MINISTERIO DE BIENESTAR SOCIAL DE LA NACION — "Ley de Fomento y Desarrollo del Deporte", Serviço de Imprensa e Relações Públicas — Buenos Aires — 1968;
- MORTON, H. — "Soviet Sport", Collier Books, New York — 1963;
- MOULY, G. — "Psicologia Educacional" — Livraria Pioneira Editora — S. Paulo — 1960;
- NOEL — BAKER, P. — PALIZE, J. — DIEM, L. — JOEL, E. — MOLET, R. — IKAI, M. — LEAL D'OLIVEIRA, A. — KOROKOV, A. e outros — "Declaration on Sport", publicação do "Conseil International pour l'Education Physique et le Sport" e UNESCO. — Paris. — 1964;
- O GLOBO — "Nas Olimpíadas de 1966 amadores serão minoria", Rio — 1969;
- PAIVA E MELO, E. — Colaboração especial para este trabalho. Brasília. — 1971.
- PAIXAO, P. — Projeto de Lei da Câmara n.º 174/64. Brasília. — 1964;
- PARREIRAS, O. — "Sociologia da Educação Física", Conselho Nacional de Desportos, Rio de Janeiro. — 1966;
- PÉREZ, R. — "El programa de Educación Física — su formulación", Editora Vertical XX, Buenos Aires — 1967;
- PIRES GONÇALVES, J.A. — "Plano sucinto para a instalação do Batalhão Desportivo nas Forças Armadas", Revista "A Defesa Nacional" n.º 605 — Rio de Janeiro — 1966;
- REALIDADE — "1990: Uma grande indústria chamada Pelé", página 16, Rio de Janeiro, 1971
- TEIXEIRA, O. — Colaboração na redação básica deste trabalho. Brasília, 1970;
- THIESSEN, W. — MACHADO, P. — DAMASCENO, O. — Colaboração especial para este trabalho. Brasília, 1971;
- TREMELLONI, R. — "Sport e Forze Armate", Ministero della Difesa, Roma, 1967.

Estratégia Externa e Empresa Multinacional

Ministro
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

RESULTADOS E PERSPECTIVAS

O Brasil realiza, hoje, uma das mais ricas experiências, no amplo painel das Nações que buscam acesso à sociedade dos desenvolvidos.

Essa experiência significa, antes de tudo, a efetivação das excepcionais potencialidades de crescimento de que é dotado o país.

O Brasil alcançou, em 1971, seus objetivos econômicos e sociais.

A taxa de crescimento do PIB alcançou o nível recorde de 11,3 por cento. Pelo quarto ano consecutivo a expansão global da economia foi acima de 9 por cento. O crescimento do PIB verificado em 1971 ultrapassa a soma das taxas de crescimento experimentadas nos anos de 1962, 1963 e 1964.

A inflação continuou sob controle, sem que o *deficit* governamental houvesse produzido qualquer efeito de expansão de preços. O índice do custo de vida (Guanabara) aumentou de 18,1 por cento, em comparação com 20,9 por cento em 1970. Pelo terceiro ano consecutivo, o balanço de pagamento apresentou *superavit* superior a US\$ 500 milhões, permitindo a elevação das reservas internacionais para nível acima de US\$ 1,7 bilhão. Tanto importações como exportações experimentaram crescimento acelerado. As exportações de manufaturados cresceram de 36 por cento, alcançando o valor de US\$ 616 milhões (classificação anterior).

As perspectivas para 1972 são nitidamente favoráveis. A expectativa de grandes safras nos principais produtos agrícolas e a circunstância de encontrar-se o setor industrial à plena carga, com demanda, emprego, produção e capacidade, expandindo-se rapidamente, permitem prever, realisticamente, mais um ano de crescimento do PIB na ordem de 9 por cento, com expansão industrial acima de 10 por cento e agrícola acima de 7 por cento.

É viável obter uma taxa de inflação cerca de 3 por cento inferior à de 1971 e um aumento de exportações de 15 por cento, alcançando o valor global de US\$ 3.300 a US\$ 3.400 milhões. As exportações de

manufaturados, com elevação de 30 por cento, ficariam na ordem de US\$ 800 milhões (classificação anterior).

Nesse quadro de realizações, efetivadas ou esperadas, é essencial salientar que nunca o setor privado esteve tão consolidado e ativo, no Brasil. Isso é evidência de que, no quadro de uma economia de mercado, como a nossa, o que é bom para o Brasil é bom para o setor privado.

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

É possível destacar quatro características essenciais dessa experiência brasileira.

Primeiro, o sentido de estabilidade e continuidade. Estabilidade política e social, como pré-condição para a continuidade dos objetivos, prioridades e filosofia básicas, consistentemente com a flexibilidade de instrumento e esquemas operativos.

Esse sentido de continuidade na realização da grande tarefa nacional encetada em 1964 constitui, hoje, patrimônio maior, e irreversível, da comunidade brasileira.

Segundo, a efetivação de um modelo econômico de competição e integração.

Competição, no sentido de realizar, através de novos e poderosos mecanismos fiscais e financeiros, a modernização de empresas e a reorganização de setores, na indústria e agricultura, para fortalecer o poder competitivo da economia nacional. Essa modernização, que cobre os aspectos da tecnologia, *management*, e estrutura financeira, tem significado, principalmente, uma nova dimensão de escala, pela realização de fusões, e a absorção de moderna tecnologia.

Integração, pela realização da aventura brasileira de conquista da Amazônia e do Centro-Oeste e de transformação da economia do Nordeste.

Como os homens, as Nações têm de colocar um pouco de heroísmo e senso de aventura em sua vida. Diante da apatia de certa fase da vida da Espanha, foi Unamuno quem propôs a realização de grande cruzada para descobrir o túmulo de Dom Quixote.

O Brasil do Presidente Médici decidiu realizar a aventura da integração nacional. Mas aventura dentro da racionalidade e objetividade do Plano Nacional de Desenvolvimento, ou seja, a aventura calculada, em que os projetos são financiados de forma não inflacionária e são compatíveis com a manutenção do crescimento nacional acelerado.

Essa política de integração nacional compreende, até agora, quatro grandes programas complementares: O PIN, em que se destaca a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá — Santarém, sistema que, colocado sobre a Europa, formaria um eixo que, transversalmente, iria de Lisboa a Moscou, e, verticalmente, de Hamburgo a Roma; o PROTERRA,

para reformulação da estrutura agrária do Nordeste e para criação de uma agricultura de mercado no Nordeste e na Amazônia; o PRODOESTE, para desenvolvimento do Planalto Central (Região Centro-Oeste); e, mais recentemente, o PROVALE, para desenvolvimento do Vale do São Francisco, que, na problemática do desenvolvimento brasileiro, tem pelo menos a significação que o TVA teve para o Sul dos Estados Unidos, embora represente, quantitativamente, investimento de menor dimensão.

Terceiro, o sentido de transformação econômica e social. Não a transformação cega e desconexa, como objetivo em si. Mas num contexto em que a comunidade nacional exerce o domínio sobre as mudanças, orientando-as para os objetivos nacionais de aceleração do crescimento, integração nacional e disseminação dos frutos do progresso econômico.

Exemplos dessas transformações são a criação de novas estruturas, maiores e mais eficientes, no campo da empresa privada; a reformulação agrária em vias de efetivação pelo PROTERRA; a criação do Programa de Integração Social (PIS) — um fundo destinado a complementar a renda e a poupança de todos os trabalhadores, no país, em adição aos benefícios do sistema de previdência social; e a realização de uma campanha nacional contra o analfabetismo, através do MOBILAL, que, em um ano e meio, já alfabetizou 2 milhões de pessoas e que, até o fim da década, eliminará virtualmente o analfabetismo no Brasil.

Evidência sugestiva da evolução social que se está efetuando no Brasil através da educação é a verificação realizada, em recente levantamento na maior Universidade brasileira, de que cerca de 40 a 50 por cento dos alunos provinham de pais analfabetos ou sem curso primário completo.

Quarto, a integração crescente do Brasil, na economia mundial, para tirar proveito de todas as oportunidades, em comércio, fluxo de capitais e transferência de tecnologia que permitam a aceleração da nossa taxa de crescimento.

ESTRATÉGIA EXTERNA E EMPRESA ESTRANGEIRA

Partindo da convicção de que o nosso desenvolvimento constitui tarefa, primordialmente, da sociedade brasileira, quem vem respondendo por pelo menos 95 por cento da poupança necessária a financiar o investimento total realizado no país, o Brasil baseia o seu plano em um modelo brasileiro de desenvolvimento. Modelo que significa a nossa maneira de organizar o Estado e moldar as instituições para um processo de desenvolvimento segundo os objetivos e a estratégia definidos pelo país. As implicações dessa estratégia alcançam a formulação de todas as políticas instrumentais — políticas monetária, de crédito, de balanço de pagamentos, de desenvolvimento industrial etc. A gestão da política econômica deve estar instrumentada para que qualquer empresa, nacional ou estrangeira, se conforme àquela estratégia e a essas políticas.

Na efetivação de uma estratégia externa nitidamente atenta ao interesse nacional, o Brasil permanecerá fiel a sua ideologia democrática e a seus compromissos continentais e com o mundo livre, mas não deseja perder qualquer oportunidade de acelerar seu crescimento através de relações econômicas com outros países.

As relações econômicas com os Estados Unidos, relações maduras e sem complexos que obscureçam a objetividade e a racionalidade, têm progredido satisfatoriamente. É evidência disso a expansão do comércio, que alcançou nível total (nos dois sentidos) de cerca de US\$ 1.850 milhões em 1971, em comparação com a média de US\$ 1.030 milhões no biênio 1966/67. O Brasil, como a América Latina em geral, mantém *deficit* na balança comercial com os Estados Unidos.

No quadro dessas relações talvez o aspecto, individualmente, de maior significação seja a superação da ofensiva neoprotecionista de certos círculos junto ao Congresso norte-americano. Como salientou o Presidente Nixon em sua mensagem sobre o "Estado da União", a solução para a crescente concorrência de manufaturados do exterior não é construir um muro tarifário em torno dos Estados Unidos, mas fortalecer a posição competitiva da empresa norte-americana. Um dos pretextos invocados para aquela ressurgência protecionista está superado — o de uma posição artificialmente desfavorável para o dólar, hoje ultrapassada pela desvalorização deste e pela valorização de outras moedas fortes.

Dois pontos, nesse sentido, são importantes. De um lado, é de grande significação, para que o Brasil possa emergir, progressivamente, como Nação desenvolvida, que nenhum obstáculo adicional, tarifário ou não tarifário seja oposto às exportações de manufaturados provenientes de países subdesenvolvidos. De outro lado, como recordou o Presidente Nixon em sua recente mensagem sobre o "Estado do Mundo", é chegada a hora de os Estados Unidos iniciarem o seu sistema de preferências gerais em favor das exportações de manufaturados das áreas em desenvolvimento, agora que o Mercado Comum Europeu, Japão, Inglaterra e outros desenvolvidos, inclusive por instância dos Estados Unidos, já efetivaram aquele sistema.

Do lado da empresa privada, é relevante destacar alguns aspectos particularmente importantes para que os grandes investidores americanos, que hoje encontram, no Brasil, um clima altamente favorável à expansão da iniciativa privada, possam orientar-se segundo aquela estratégia nacional de desenvolvimento.

Inicialmente, no esforço de modernização tecnológica e de *management* que a estrutura empresarial brasileira está realizando, a empresa estrangeira pode desempenhar papel relevante, seja acelerando a transferência de moderna tecnologia em setores de maior complexidade tecnológica, seja dotando suas subsidiárias no Brasil de orçamento próprio de pesquisa, para as adaptações de desenho industrial e *engineering* necessárias e para o estudo de problemas tecnológicos especificamente brasileiros.

Na área de exportações de manufaturados, inclusive quanto à industrialização de produtos agrícolas, o Brasil não deseja ficar limitado a certos ramos industriais tradicionais, como têxteis e calçados, certamente relevantes no futuro imediato. Deseja, progressivamente, ingressar na exportação de produtos das indústrias dinâmicas. Daí o papel da empresa estrangeira, que já tem participação significativa na produção de tais ramos e dispõe de *know-how* e contatos para a comercialização no exterior. Essa participação da empresa estrangeira no programa brasileiro de exportação já é hoje uma realidade, haja vista o número de grandes empresas americanas que têm ação nesse sentido, mas poderá ser ampliada consideravelmente, inclusive mediante acordos de complementação, com as suas matrizes nos Estados Unidos, para permitir a exportação de componentes e/ou produtos finais para diferentes mercados, no Continente e na Europa.

No tocante ao acesso das subsidiárias de empresas estrangeiras ao mercado de capitais, no Brasil, o cuidado a observar é no sentido de que o programa de democratização do capital das empresas, com incentivos fiscais extensíveis à empresa estrangeira, beneficie amplamente a empresa nacional. Também em relação ao caso de incentivos fiscais regionais, é relevante que os projetos implementados por empresas estrangeiras se destinem a setores de marcante prioridade, com adequada participação de recursos do empresário.

Em geral, deve interessar à empresa estrangeira o sucesso da política em vigor, de fortalecimento da empresa nacional, para que esta possa crescer rapidamente, nos campos em que dispõe de *know-how* e capacidade de investimento. Tal fortalecimento evita qualquer tendência à estagnação de atividades diretamente produtivas, e assegura a viabilidade econômico-política da orientação antiestatizante que o Governo brasileiro vem adotando desde 1964.

CONCLUSÕES

A comunidade brasileira está consciente das insuficiências do nosso desenvolvimento econômico e social, sem embargo do progresso realizado. Em particular, certos indicadores sociais ainda mostram camadas da população fora dos benefícios da economia moderna, em setores ou regiões que só progressivamente passam a alcançar níveis razoáveis de produtividade e bem-estar.

É importante assinalar que tais indicadores não decorrem de uma anormalmente desigual distribuição de renda, pois o perfil da distribuição de renda, no Brasil, é semelhante ao de outros países subdesenvolvidos no mesmo estágio de crescimento, notadamente na América Latina.

Diferentemente do que se observa em países desenvolvidos, a pobreza, no Brasil, é fenômeno essencialmente vinculado à problemática do desenvolvimento, muito mais que a desajustamentos sociais. As categorias de

renda muito baixa estão localizadas em setores ou regiões de produtividade anormalmente baixa (exemplo: agricultura de subsistência do Nordeste), ou se referem a analfabetos. Tais problemas estão sendo atacados, de frente, pelas prioridades da política de desenvolvimento, consoante já salientado.

Por outro lado, mesmo reconhecendo que só o crescimento econômico proporcionará a elevação sistemática, acelerada e auto-sustentável dos níveis de bem-estar de todas as categorias sociais, o Governo tem sido inovador no campo das medidas para melhoria da distribuição de renda, assegurando a transferência dos ganhos de produtividade para os trabalhadores, através da política salarial e da política de preços, criando os Fundos de Integração Social, estendendo a previdência social à zona rural, e realizando maciços programas nas áreas de educação, habitação e saúde-saneamento, em dimensão que às vezes ultrapassa a soma dos programas públicos realizados, em tais campos, por toda a América do Sul.

O objetivo nacional não é apenas o crescimento. É a construção da sociedade desenvolvida, no Brasil, no espaço de uma geração. Isso importa em alto nível de renda e na formação de uma sociedade de consumo de massa, mas, igualmente, na existência de uma sociedade sem privilégios, sem preconceitos, de uma sociedade de oportunidades, aberta e livre.

"A moderna estratégia não mais se baseia apenas em operações militares em larga escala, mas inclui manobras políticas, econômicas, tecnológicas e psicológicas, além da penetração ideológica, capazes de aumentar os fatores de poder de uma nação ou coalizão."

Nossos Leitores Perguntam

P. *O que é o PASEP e a que se destina?*

R. *Vamos responder através de uma série de informações que julgamos úteis aos nossos leitores.*

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (FASEP) tem por finalidade corrigir distorções da renda e assegurar especificamente ao servidor público a fruição de um patrimônio individual progressivo, estimulando a poupança e possibilitando a paralela utilização dos recursos acumulados em favor do desenvolvimento econômico-social da Nação.

Constituirão recursos do Programa as contribuições que serão recolhidas mensalmente ao Banco do Brasil pela União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, além das respectivas Unidades da Administração Indireta e Fundações.

A União contribuirá com 1% das receitas efetivamente arrecadadas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades da Administração Pública, a partir de 1.º Jul 71; com 1,5% desse total em 1972 e com 2% desse total no ano de 1973 e subseqüentes.

A contribuição de julho de 1971 será calculada, para todos os contribuintes, com base na receita apurada no mês de janeiro desse ano, a de agosto sobre a receita de fevereiro, e assim sucessivamente.

A administração dos recursos do Programa compete ao Banco do Brasil, cabendo-lhe os poderes de gestão a tanto necessários.

Atendidos os critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, os recursos do PASEP serão aplicados na concessão de créditos diretos ou indiretos às atividades dos diversos setores da economia nacional.

São beneficiários do PASEP todos os servidores em atividade, civis e militares, da União, dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, bem como das suas Entidades da Administração indireta e Fundações.

As contribuições recebidas serão distribuídas entre os beneficiários da seguinte forma:

50% proporcionalmente ao montante da remuneração percebida pelo servidor no ano civil anterior;

50% proporcionalmente aos quinquênios de serviço, contados até o mesmo período.

A distribuição proporcional à remuneração e aos quinquênios do servidor se fará de acordo com pesos que serão atribuídos à remuneração e ao número de quinquênios.

Os recursos do Programa, a distribuir entre os beneficiários, serão divididos em cotas de participação correspondentes a uma fração ideal dos mesmos.

As distribuições serão feitas, anualmente, dentro do prazo de 6 meses que se seguir ao término do exercício financeiro (o exercício financeiro para efeito do PASEP fluirá de 1.º Jul a 30 Jun do ano subsequente).

O Banco do Brasil promoverá anualmente, no prazo de 6 meses a contar do término do exercício financeiro, a atualização do valor unitário das cotas existentes àquela época acrescentando-lhe proporcionalmente:

- a correção monetária anual do saldo credor;
- o valor dos juros de 3% ao ano, sobre o valor corrigido; e
- o resultado líquido das operações realizadas com recursos do Programa.

Transcorrido o prazo de 6 meses, será facultado aos beneficiários sacar o valor correspondente aos juros, correção monetária e resultado líquido operacional.

Iniciado o exercício financeiro seguinte, os rendimentos não sacados pelos seus beneficiários serão incorporados ao principal.

Os beneficiários poderão utilizar, no todo ou em parte, as cotas que lhes tenham sido distribuídas, na ocorrência das seguintes situações:

- casamento
- aposentadoria
- reforma ou invalidez
- aquisição de casa própria
- transferência para a reserva.

Ocorrendo a morte do titular, suas cotas serão distribuídas aos dependentes e, em sua falta, aos sucessores.

O resgate destinado à aquisição da casa própria só poderá ser feito mediante apresentação de documento hábil, comprovando que o valor das cotas será utilizado no pagamento total ou parcial do preço de aquisição do imóvel.

As importâncias incorporadas ao Programa não se classificam como rendimento de trabalho, para qualquer efeito da Legislação Trabalhista, de Previdência Social ou Fiscal, e não se incorporam aos salários, gratificações ou proventos de qualquer natureza.

As cotas distribuídas são inalienáveis e impenhoráveis, ressalvado o direito de saque previsto.

* * *

O BRI/SRF — 7ª Região/Superintendência n.º 18, de 13 Dez 71, publica a seguinte nota:

PASEP

A arrecadação, até o final do corrente ano, do fundo do PASEP,

que funciona nos moldes do PIS, está prevista em 245 milhões de cruzeiros, já tendo sido arrecadado até outubro mais da metade.

Em 31 Dez 72 terá início a distribuição das cotas relativas ao primeiro exercício financeiro. Das contribuições recebidas até 30 Jun 72, metade será distribuída proporcionalmente à remuneração do servidor no ano de 1971. A outra metade será distribuída proporcionalmente ao tempo de serviço, contado até 1971.

* * *

LEGISLAÇÃO

- **CRIAÇÃO:** Lei Complementar n.º 8, de 3 Dez 70 ("DO" n.º 229, de 4 Dez 70).
- **REGULAMENTAÇÃO:** Resolução n.º 183, de 27 Abr 71, do Banco do Brasil (Aprovado pelo Conselho Monetário Nacional em reunião de 22 Abr 71).
- Norma de Serviço n.º 2/72, do Banco do Brasil, consolida as disposições regulamentares específicas.
- Portaria n.º 6/72-Ass, de 12 Abr 72, do DGP, baixa normas para o cadastramento dos Servidores Cíveis e Militares (Suplemento do NE n.º 3.580, de 20 Abr 72).



As Secretarias Estaduais de Educação e a TVE

Gen Bda Ref

TAUNAY D. COELHO REIS

As Constituições Brasileiras, de longa data, vêm consagrando o princípio de que "Os Estados e o Distrito Federal organizarão seus sistemas de ensino, e a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais".

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação, no seu Título V, reitera o mesmo princípio.

A legislação de telecomunicações, através dos Decretos 52.795/63 e 236/67, não só dá preferência para execução do serviço de radiodifusão às pessoas jurídicas de direito público, como inclui os Estados entre as competentes para executar serviço de televisão educativa, além de dispensar os mesmos de edital e de comprovação de recursos.

Em decorrência do prescrito pela nossa legislação bem como de nossa organização federativa e de nossos costumes: nossa realidade revela que a educação, no Brasil, concretizou-se, nos níveis primário e médio,

principalmente, em estruturas estaduais. Com o correr dos anos essas estruturas, em termos de atendimento de faixa etária, vêm sendo consagradas por crescimento relativo e absoluto assim como por progresso qualitativo ininterrupto. (Ver Anuários Estatísticos do IBGE).

Televisão em circuito aberto, sendo um instrumento de comunicação de massa, usada pela educação, terá suas audiências situadas, forçosamente, nos níveis primário e médio, atendidos, na maioria das vezes, pelas Secretarias Estaduais de Educação.

A educação de nível universitário poderá ser atendida:

- por instalações que utilizam frequências entre 2.500 Mc e 3.000 Mc, exemplo a que está sendo ultimada pela Universidade de São Paulo;
- por instalações em circuito fechado;
- pelas emissoras em circuito aberto em horários ociosos para audiência de massa, como, por exemplo, após as 23 horas.

Seria proveitoso levar em conta o aforismo — “os meios devem ser proporcionados a quem tem a missão” — ao considerarmos que as Secretarias de Educação constituem as estruturas que, no momento, arcam com as atribuições legais e, numa medida maior e crescente, com os encargos executivos de ministrar educação primária e média.

A experiência revela ser desastrosa a pluralidade de chefia, numa mesma área.

A educação de massa se realiza hoje por processos:

- convencionais, redes escolares primária e média;
- não convencionais, RTVE;
- integrados, RTVE nas redes escolares;

em consequência, aqueles que dela se beneficiam, com frequência, se repetem ou se justapõem.

Deve-se pois fazer tudo para evitar a possibilidade de divergência entre os responsáveis pela educação de massa convencional e os responsáveis pela educação de massa não convencional. Emissora de TVE que possa, estruturalmente, divergir da Secretaria de Educação do estado em que se encontra corre grande risco de transformar-se em pomo de discórdia.

Devemos muito à TVE do Recife e à Fundação Anchieta de São Paulo que, com audácia e eficiência, desbravam, para nós, essa nova fronteira. Os benefícios de sua atuação, entretanto, dependerão muito da capacidade que tiverem de coordenar, com as Secretarias de Educação dos respectivos Estados, a imensa tarefa que têm em comum.

Por sua vez, TVE integrada nos sistemas de ensino vem comprovando resultados tão efetivos que as Secretarias de Educação não poderão mais deixar de tirar proveito dela.

O trabalho de TVE integrada desenvolvido em São Luís merece continuidade e apoio para prosseguir prestando serviços, diretamente à educação no Maranhão, e indiretamente, ao Brasil, como modelo.

No setor de organização e planejamento devemos estar atentos aos ensinamentos oriundos de países também grandes e federativos. Nos Estados Unidos o governo federal tem procurado incentivar as estações e redes estaduais de TVE através de subvenções e financiamentos que já beneficiaram 44 Estados.

Lá, o FCC — que, para esse efeito, corresponde ao Ministério das Comunicações — autorizou 39 Estados a ampliarem suas instalações de TVE, através de redes estaduais de televisão educativa e costuma ouvir a Secretaria de Educação do respectivo Estado antes de conceder canal educativo.

“Federal Communications Commission Inf. Bulletin n.º 16-B April 1968 — FCC Rules and Regulations Part. 73, Paragraph 621

(1) In determining the eligibility of publicly supported educational organizations, the accreditation of their respective state departments of education shall be taken into consideration.”

A Comissão Carnegie incumbida de estudar a questão da televisão

educativa para o governo americano concluiu pela conveniência de emissora de TVE: em capitais de Estado, com qualquer população; nos demais casos, sempre que a concentração demográfica permita à estação cobrir uma área com 140.000 ou mais habitantes, esse trabalho foi traduzido em português e publicado pela editora "O Cruzeiro" sob o título "Televisão Educativa um Programa de Ação".

O curso e o sucesso da política de TVE nos Estados Unidos, com base estadual, estão minuciosamente descritos no artigo "State Networking in the United States", do número de junho de 1968, de "Educational Television International", antigo "Ceto News", cuja leitura recomendamos.

No Setor de Radiotelevisão Educativa a experiência estrangeira é longa e rica em ensinamentos. No último Congresso Internacional de RTVE reunido em Paris, 82 países consagraram o princípio de que a direção da política pedagógica deve ser prescrita pelas autoridades responsáveis pela educação.

"Actes du Troisième Congrès International de L.U.E.R. Sur la Radio e la TV Éducatives Paris 8-22 Mars 1967

Pág. 462 — *Direction de la politique pédagogique* — Les grandes lignes de la politique éducative générale devront être prescrites par les autorités responsables de l'en-

seignement. L'étendue et la nature de ce pouvoir devront être clairement définies".

Considerando e ponderando tudo o que aqui foi expresso e, principalmente, o que foi transcrito e ainda as extraordinárias perspectivas que a teleducção abre no sentido de melhorar e antecipar a implantação da reforma do ensino, podemos concluir com toda tranquilidade que as Secretarias Estaduais de Educação têm, mais do que o direito, o dever de buscar a concretização de emissora e, em alguns casos, até mesmo de ampliar suas possibilidades estabelecendo redes estaduais de RTVE através de micro-ondas e retransmissoras.

As Secretarias poderão efetivar sua participação na radiotelevisão quer diretamente, quer através de empresa pública, fundação ou outro organismo, desde que, por intermédio dos mesmos, se assegurem da direção e do controle da política pedagógica.

Consideramos que os dados reunidos neste trabalho, fruto da conjugação da realidade brasileira com a riquíssima experiência internacional, poderão ser muito úteis. Em consequência, solicitamos a divulgação do mesmo, particularmente junto às pessoas que, em virtude das funções que exercem, participam das decisões ou da concretização das mesmas.

Provas do Exame de Escolaridade ao CAS/72

(Continuação do número anterior)

I PARTE : PROVA DE PORTUGUÊS

1.ª QUESTÃO: Responda às perguntas abaixo:

1. Qual é a 1.ª pessoa do singular do Presente do Indicativo do verbo "Ser"?
2. Quais são os numerais ordinais apresentados abaixo? (Escreva por extenso)
 - a) 45.º
 - b) 68.º
 - c) 81.º
 - d) 105.º
 - e) 1.000.º
 - f) 1.000.000.º
3. Quais são as orações constantes do período abaixo?
"Espero que venças e que sejas feliz"
4. Qual é o objeto direto e o objeto indireto no período abaixo?
"Peça desculpas ao seu companheiro, João".
5. A que conjugação pertence o verbo "Rir"?
6. Quais são os tempos formadores do Imperativo Afirmativo?
7. Qual é a 2.ª pessoa do plural do Presente do Indicativo do verbo "Ter"?
8. Qual é a 3.ª pessoa do plural do Pretérito Perfeito Simples do Indicativo do verbo "Haver"?
9. Qual é o feminino de cada um dos adjetivos abaixo?
 - a) Judeu
 - b) São
 - c) Alemão
 - d) Burguês

10. Qual é o plural de cada um dos substantivos abaixo
- | | |
|----------------|------------------|
| a) Tórax | d) Pé-de-moleque |
| b) Capelão | e) Réptil |
| c) Chapeuzinho | f) Mês |
11. Qual é o feminino de cada um dos substantivos abaixo?
- | | |
|----------|---------------|
| a) Poeta | d) Cavalheiro |
| b) Herói | e) Genro |
| c) Barão | f) Zangão |
12. Qual é o plural de cada um dos adjetivos abaixo?
- | | |
|----------|---------|
| a) Atroz | b) Útil |
|----------|---------|
13. Qual é o superlativo absoluto sintético de cada um dos adjetivos abaixo?
- | | |
|-----------|-------------|
| a) Amável | d) Feliz |
| b) Sábio | e) Fácil |
| c) Belo | f) Terrível |

2.^a QUESTÃO: Coloque nos parênteses da Coluna "A", o(s) números(s) da Coluna "B" que lhe(s) corresponde(m).

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

ITEM I — VERBOS QUANTO A PREDICAÇÃO

COLUNA "A"

COLUNA "B"

- | | |
|---------------------------------|---|
| a () Intransitivo | 1. A Terra <i>gira</i> no espaço. |
| | 2. <i>Preciso</i> de dinheiro. |
| | 3. A criança <i>está</i> pálida. |
| | 4. <i>Corri</i> bastante. |
| b () Transitivo
direto | 5. <i>Lerei</i> um livro agora. |
| | 6. Deus <i>criou</i> o mundo. |
| | 7. Os peixes <i>nadam</i> . |
| | 8. <i>Ofereci</i> flores à vencedora. |
| c () Transitivo
indireto | 9. Ele <i>parece</i> doente. |
| | 10. <i>Gosto</i> de baile. |
| | 11. Eu o <i>estimo</i> muito. |
| | 12. <i>Explicarei</i> o problema ao colega. |
| d () Bitransitivo | 13. <i>Ceda</i> seu lugar aos mais velhos. |

ITEM II — ANÁLISE SINTÁTICA

COLUNA "A"

COLUNA "B"

- | | |
|-------------------------------------|--|
| a () Oração coordenada assindética | 1. Cheguel, vi, <i>venci</i> . |
| | 2. Partí <i>quando amanhecia</i> . |
| | 3. O homem <i>que trabalha</i> , vence. |
| | 4. Falou tanto, <i>que ficou rouco</i> . |
| b () Oração coordenada sindética | 5. Cheguel, <i>arrumei a mala</i> e parti imediatamente. |
| | 6. Esta é a vida <i>a que aspiro</i> . |
| | 7. Lutei, <i>mas fui vencido</i> . |
| c () Oração subordinada adjetiva | 8. Se fores humilde, <i>todos te estimarão</i> . |
| | 9. Ele lê e escreve <i>com rara mestria</i> . |
| | 10. Não sei <i>quando trei ai</i> . |
| | 11. Espero <i>que venhas</i> . |
| d () Oração subordinada adverbial | 12. Penso, <i>logo existo</i> . |
| | 13. Fique no lugar <i>onde está</i> . |

ITEM III — ANÁLISE SINTÁTICA

COLUNA "A"

COLUNA "B"

- | | |
|--|---|
| a () Oração subordinada substantiva objetiva direta | 1. Veja <i>se tudo está em ordem</i> . |
| | 2. Meu desejo é <i>que ele venha</i> . |
| | 3. Ele disse <i>que vinha</i> . |
| | 4. Preciso <i>de que me ajudem</i> . |
| | 5. É bom <i>que estudes</i> . |
| b () Oração subordinada substantiva objetiva indireta | 6. A verdade é <i>que somos mortais</i> . |
| | 7. Parou e disse: <i>isto não me agrada</i> . |
| | 8. Espero <i>que compreendas minha situação</i> . |
| c () Oração subordinada substantiva predicativa | 9. Tinha medo <i>de que fugisse</i> . |
| | 10. Deu-se o prêmio a <i>quantos o mereciam</i> . |
| | 11. Não sabia <i>que viriam tão cedo</i> . |
| d () Oração subordinada substantiva apositiva | 12. Eu sei uma coisa — <i>que não sei nada</i> . |
| | 13. Lembre-se <i>de que a vida é breve</i> . |

3.ª QUESTÃO: Assinale com um "X" a única alternativa que completa corretamente cada item abaixo.

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

1. O coletivo de MÁQUINAS é:
 - a) Maquinaria
 - b) Galeria
 - c) Júri
 - d) Código
 - e) Nenhuma das alternativas acima
2. O grupo de palavras que está escrito corretamente é:
 - a) Chapéu, leem, único, orfão
 - b) Imãs, nódoa, herói, álbum
 - c) Papéis, lagôa, café, caju
 - d) Róseo, vôo, ruim, trata-lo
 - e) Nenhuma das alternativas acima
3. A frase cujo emprego da crase está correto é:
 - a) Amanhã retornarei à Recife
 - b) Entreguei o lápis à Pedro
 - c) Não costumo ir à festas
 - d) Vou à Bahia
 - e) Nenhuma das alternativas acima
4. O coletivo de ÁRVORES ENFILEIRADAS é:
 - a) Piquete
 - b) Junta
 - c) Rédua
 - d) Renque
 - e) Nenhuma das alternativas acima
5. O coletivo de LOBOS ou de FERAS é:
 - a) Balxela
 - b) Conclave
 - c) Horda
 - d) Hoste
 - e) Nenhuma das alternativas acima
6. CRIANÇA é um substantivo:
 - a) Epiceno
 - b) Comum de dois gêneros
 - c) Sobrecomum
 - d) Biforme
 - e) Nenhuma das alternativas acima

7. Identifique o período simples:
- Ela sorriu alegremente
 - Tudo passa, mas a vida continua
 - Anda, foge depressa!
 - Pegou o boné e saiu
 - Nenhuma das alternativas acima
8. O predicado da oração "As crianças brincam no parque" é:
- As crianças
 - Brincam no parque
 - Brincam
 - No parque
 - Nenhuma das alternativas acima
9. O sujeito da oração "Hoje faltaram às aulas vários alunos" é:
- Vários alunos
 - As aulas
 - Indeterminado
 - Oculto
 - Nenhuma das alternativas acima
10. A frase que contém um AGENTE DA PASSIVA é:
- A lua brilha no céu
 - Lutemos contra o mal
 - A solução foi proposta pelo mestre
 - Este filme é impróprio para menores
 - Nenhuma das alternativas acima
11. A frase onde se encontra um APOSTO é:
- Peço-lhe desculpas
 - El-lo que surge!
 - Receba a incompreensão com serenidade
 - Não corra, não mate, não morra
 - Nenhuma das alternativas acima
12. A frase onde se encontra um VOCATIVO é:
- Guarde o pão na sacola
 - Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje
 - Insista, não desista!
 - Vocês por aqui, meninos?
 - Nenhuma das alternativas acima
13. A 2.^a pessoa do singular do Imperativo Afirmativo do verbo "PERDER" é:
- Perca
 - Perde

- c) Perdes
 - d) Percas
 - e) Nenhuma das alternativas acima
14. A 3.^a pessoa do singular do Imperativo Negativo do verbo "DAR" é:
- a) Não dê
 - b) Não dá
 - c) Não deu
 - d) Não desse
 - e) Nenhuma das alternativas acima
15. A 1.^a pessoa do singular do Presente do Indicativo do verbo "ODIAR" é:
- a) Odeo
 - b) Odeio
 - c) Odio
 - d) Odiei
 - e) Nenhuma das alternativas acima
16. A 3.^a pessoa do singular do Presente do Subjuntivo do verbo "ENGOLIR" é:
- a) Engole
 - b) Engule
 - c) Engola
 - d) Engula
 - e) Nenhuma das alternativas acima
17. Na frase "O futebol é um esporte de que os jovens gostam muito", a palavra "QUE" é:
- a) Pronome relativo
 - b) Conjunção consecutiva
 - c) Conjunção comparativa
 - d) Conjunção causal
 - e) Nenhuma das alternativas acima
18. Na frase "Pedro se cortou", a palavra "SE" é:
- a) Conjunção condicional
 - b) Conjunção integrante
 - c) Pronome oblíquo
 - d) Conjunção consecutiva
 - e) Nenhuma das alternativas acima
19. Na frase "Estamos mergulhados no ar, como os peixes na água". a palavra "COMO" é:
- a) Conjunção causal
 - b) Conjunção comparativa

- c) Conjunção conformativa
 - d) Advérbio de intensidade
 - e) Nenhuma das alternativas acima
20. Na frase "Dobramos, contudo não quebramos", a palavra "CONTUDO" é uma conjunção:
- a) Coordenativa adversativa
 - b) Subordinativa concessiva
 - c) Coordenativa conclusiva
 - d) Subordinativa final
 - e) Nenhuma das alternativas acima
21. No período "À medida que lia, copiava uns exemplos", a oração "À MEDIDA QUE LIA" é:
- a) Principal
 - b) Subordinada adjetiva explicativa
 - c) Subordinada adverbial temporal
 - d) Subordinada adverbial proporcional
 - e) Nenhuma das alternativas acima
22. No período "Essa ilusão foi a primeira que se desfez", a oração "QUE SE DESFEZ" é:
- a) Subordinada substantiva predicativa
 - b) Subordinada adverbial causal
 - c) Coordenada sindética explicativa
 - d) Coordenada sindética conclusiva
 - e) Nenhuma das alternativas acima
23. O período "Ora chovia, ora fazia sol" é:
- a) Simples
 - b) Composto por subordinação
 - c) Composto por coordenação
 - d) Composto por coordenação e subordinação
 - e) Nenhuma das alternativas acima
24. A 3.^a pessoa do singular do Infinitivo Pessoal do verbo "PODER" é:
- a) Puder
 - b) Pude
 - c) Pode
 - d) Poder
 - e) Nenhuma das alternativas acima
25. Os modos de conjugação dos verbos são:
- a) Indicativo, imperativo e subjuntivo
 - b) Infinitivo, gerúndio e particípio

- c) Presente, pretérito e futuro
 - d) Ativo, passivo e reflexivo
 - e) Nenhuma das alternativas acima
26. As conjugações dos verbos são em número de:
- a) Quatro
 - b) Cinco
 - c) Três
 - d) Duas
 - e) Nenhuma das alternativas acima
27. As vozes dos verbos são:
- a) Presente, passado e futuro
 - b) Indicativo, subjuntivo e imperativo
 - c) Ativa, passiva e reflexiva
 - d) Regular, irregular e anômala
 - e) Nenhuma das alternativas acima
28. Os conectivos podem ser de duas espécies:
- a) Subjetivos e objetivos
 - b) Coordenativos e subordinativos
 - c) Independentes e absolutos
 - d) Adjetivos e substantivos
 - e) Nenhuma das alternativas acima
29. As palavras proparoxítonas são:
- a) Acentuadas quando terminadas por ditongo oral crescente
 - b) Acentuadas quando terminadas por *l, n, r, ou x*
 - c) Acentuadas quando formam hiatos
 - d) Todas acentuadas
 - e) Nenhuma das alternativas acima
30. Os modos de colocação dos pronomes pessoais átonos são denominados:
- a) Próclise, mesóclise e ênclise
 - b) Absoluto e relativo
 - c) Regular e irregular
 - d) Anteriores e posteriores
 - e) Nenhuma das alternativas acima
31. No período "Tinha ânsia de chegar lá", a oração "DE CHEGAR LÁ" é:
- a) Subordinada, reduzida de infinitivo, adverbial final
 - b) Subordinada, reduzida de participio, adjetiva
 - c) Subordinada, reduzida de infinitivo, adverbial concessiva
 - d) Subordinada, reduzida de infinitivo, substantiva subjetiva
 - e) Nenhuma das alternativas acima

		13 — Uretra
		14 — Baço
c () Aparelho	15 — Ureteres
	urinário	16 — Faringe

ITEM II — MEDIDAS

	Coluna "A"	Coluna "B"
a () Serve para medir	1 — Erg
	potência	2 — Volt
b () Serve para medir	3 — Ampère
	trabalho	4 — Centímetro
c () Serve para medir	5 — Caloria
	comprimento	6 — Metro
d () Serve para medir	7 — Dina
	intensidade de	8 — Watt
	corrente	

ITEM III — MÁQUINAS SIMPLES

	Coluna "A"	Coluna "B"
a () Alavanca <i>inter-</i>	1 — Tesoura
	<i>fixa</i>	2 — Pinça-comum
b () Alavanca <i>inter-</i>	3 — Carrinho de mão
	<i>resistente</i>	4 — Quebra-nozes
c () Alavanca <i>inter-</i>	5 — Plano inclinado
	<i>potente</i>	6 — Gangorra
		7 — Roldana

3ª QUESTÃO: Assinale com um "X" a única alternativa que completa corretamente cada item abaixo:

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

1) Ao deixar os pulmões, o sangue está rico em:

- a) Oxigênio e gás carbônico
- b) Gás carbônico
- c) Oxigênio
- d) Nitrogênio
- e) Nenhuma das alternativas acima

2) Os tipos de costela são:

- a) Verdadeiras e flutuantes
- b) Flutuantes e falsas

- c) Verdadeiras e falsas
 - d) Falsas, verdadeiras e flutuantes
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 3) Número de vértebras que constituem a coluna vertebral:
- a) Trinta
 - b) Trinta e duas
 - c) Trinta e três
 - d) Trinta e uma
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 4) As articulações dividem-se em:
- a) Móveis e semimóveis
 - b) Móveis e fixas
 - c) Fixas e semimóveis
 - d) Móveis, semimóveis e fixas
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 5) O osso da coxa é o:
- a) Fêmur
 - b) Vômer
 - c) Iliaco
 - d) Rádio
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 6) Os membros inferiores compreendem:
- a) Coxa, coluna vertebral e pé
 - b) Quadril, pé e sacro
 - c) Quadril, coxa, perna e pé
 - d) Perônio, coluna vertebral e pé
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 7 — A "Bile" é um líquido segregado pelo:
- a) Estômago
 - b) Fígado
 - c) Intestino
 - d) Rim
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 8) Nas vias respiratórias, encontramos:
- a) Estômago, faringe, intestinos e traquéia
 - b) Fossas nasais, laringe, estômago, traquéia e brônquios
 - c) Faringe, laringe, intestinos, estômago e traquéia
 - d) Fossas nasais, faringe, laringe, traquéia, brônquios e brônquiólos
 - e) Nenhuma das alternativas acima

- 9) As cordas vocais encontram-se na(nos):
- a) Laringe
 - b) Faringe
 - c) Traquéia
 - d) Brônquios
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 10) Respiração é o fenômeno pelo qual o ser vivo absorve:
- a) Oxigênio e elimina gás carbônico
 - b) Gás carbônico e elimina oxigênio
 - c) Oxigênio e elimina nitrogênio
 - d) Nitrogênio e elimina gás carbônico
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 11) Os ossos formadores da bacia são:
- a) Sacro e tibia
 - b) Sacro e omoplata
 - c) Sacro e ilíaco
 - d) Sacro e fêmur
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 12) Na face anterior do crânio encontramos o osso:
- a) Occipital
 - b) Temporal
 - c) Frontal
 - d) Parietal
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 13) A medula é encontrada:
- a) No interior do cérebro
 - b) No canal vertebral
 - c) Somente nas vértebras da região cervical
 - d) Somente nas vértebras da região dorsal
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 14) Número de porções em que se divide o intestino grosso:
- a) Quatro
 - b) Duas
 - c) Três
 - d) Cinco
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 15) O sangue venoso é rico em:
- a) Oxigênio
 - b) Nitrogênio

- c) Hidrogênio
 - d) Gás carbônico
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 16) O pâncreas é um órgão situado no:
- a) Abdômen
 - b) Interior do intestino
 - c) Interior do estômago
 - d) Esôfago
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 17) O apêndice está localizado no:
- a) Intestino
 - b) Estômago
 - c) Fígado
 - d) Baço
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 18) O coração está dividido internamente em:
- a) Quatro aurículas
 - b) Quatro ventrículos
 - c) Duas aurículas e dois ventrículos
 - d) Três ventrículos e duas aurículas
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 19) O labirinto é encontrado no(a):
- a) Ouvido médio
 - b) Ouvido externo
 - c) Ouvido interno
 - d) Caixa do tímpano
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 20) Batendo-se com um martelo numa placa de ferro, ela se aquece, ocasionando a transformação de energia:
- a) Mecânica em química
 - b) Mecânica em calorífica
 - c) Calorífica em mecânica
 - d) Química em mecânica
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 21) Na caldeira de uma máquina a vapor, verificamos a transformação de energia:
- a) Mecânica em calorífica
 - b) Calorífica em química
 - c) Mecânica em elétrica
 - d) Calorífica em mecânica
 - e) Nenhuma das alternativas acima

- 22) Os filamentos de uma lâmpada incandescem, devido à energia:
- a) Mecânica
 - b) Elétrica
 - c) Luminosa
 - d) Química
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 23) Quando uma queda de água movimenta um dinamo, há transformação de energia:
- a) Elétrica em mecânica
 - b) Mecânica em elétrica
 - c) Elétrica em química
 - d) Mecânica em calorífica
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 24) As abreviaturas dos nomes dos elementos químicos são denominadas:
- a) Símbolos
 - b) Moléculas
 - c) Partículas
 - d) Átomos
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 25) Todo corpo em queda livre é dotado de um movimento:
- a) Uniforme
 - b) Uniformemente retardado
 - c) Uniformemente acelerado
 - d) Curvilíneo
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 26) Na temperatura de 15°C , a velocidade do som no ar é de aproximadamente:
- a) 320 m/seg
 - b) 300 m/seg
 - c) 340 m/seg
 - d) 400 m/seg
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 27) Quando um corpo deixa passar a luz, e, através dele, vê-se a forma de um objeto que está do outro lado, dizemos que ele é:
- a) Transparente
 - b) Translúcido
 - c) Opaco
 - d) Luminoso
 - e) Nenhuma das alternativas acima

- 28) A transparência e a opacidade dos corpos dependem da:
- a) Sua natureza e da intensidade da luz
 - b) Sua espessura e natureza
 - c) Intensidade da luz e de sua espessura
 - d) Sua natureza, espessura e intensidade da luz
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 29) A substância termométrica mais empregada é o(a):
- a) Alcool
 - b) Prata
 - c) Mercúrio
 - d) Água
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 30) Os gases se dilatam:
- a) Menos que os sólidos
 - b) Menos que os líquidos
 - c) Menos que os sólidos e os líquidos
 - d) Mais que os sólidos e os líquidos
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 31) Os dinamômetros servem para medir:
- a) Velocidade
 - b) Força
 - c) Espaço
 - d) Aceleração
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 32) A parte da Física que estuda as medidas de temperatura é chamada:
- a) Termometria
 - b) Calorimetria
 - c) Estática
 - d) Dinâmica
 - e) Nenhuma das alternativas acima

Há Cento e Cinquenta Anos

"Eu o vi, com estes olhos, comer um pão negro, entre os soldados, fazer na terra nua, agarrar no alvião, para ajudar a construir uma trincheira; vi ser preciso, para o fazer retirar de um ponto onde as balas choviam, um General intimar ordem de prisão, em nome de sua Rainha. Estava no hospital, via-o entre os feridos, atando-lhes as ligaduras e consolando-os; no arsenal, ele encartuchava a pólvora; nas baterias amestrava os artilheiros; depois da vitória, distribuía, por suas mãos, as distinções", escreveu Antônio Feliciano de Castilho, sobre D. Pedro IV, de Portugal, no "Tributo português à Memória do Libertador".

Discutido e amado, tanto no Brasil como em Portugal, D. Pedro IV foi dos monarcas luso-brasileiros que tiveram vida política mais agitada.

Filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, D. Pedro nasceu no Palácio de Queluz, em 12 de outubro de 1798. Quando o infante contava apenas 9 anos, o Governo português, temendo complicações internacionais que pudessem ameaçar a segurança da família real, resolveu mandá-lo para o Brasil com o título de Condestável. No entanto, tal decisão não viria a concretizar-se desta forma, pois a primeira invasão francesa levou a família real a atravessar apressadamente o Atlântico. Com ela, seguiu D. Pe-

dro, que, por isso, deixou de ir com o caráter de Condestável.

No Brasil, passou D. Pedro a mocidade, entregue às suas distrações favoritas. Tendo casado, em 13 de maio de 1818, com a Arquiduquesa de Áustria, D. Maria Leopoldina, a partir daí, e apenas com 20 anos, o príncipe passou a consagrar-se à família e à política.

Em 1820, a revolução constitucional, vitoriosa em Portugal, veio preocupar D. João VI, que, ao perder o poder, via-se também obrigado a regressar ao reino. D. João VI decide, então, enviar o filho para Portugal mas, à última hora, resolve o contrário, e nomeia D. Pedro, regente do Brasil.

A 20 de abril de 1821, D. João VI regressa a Portugal, com a família, deixando D. Pedro a braços com uma grave crise administrativa. Entretanto, as cortes portuguesas, com uma maioria de cento e trinta deputados, não brasileiros, contra setenta, brasileiros — número aliás não completo — empenhava-se em fazer regressar o Brasil à antiga posição. Estes motivos, acrescentados

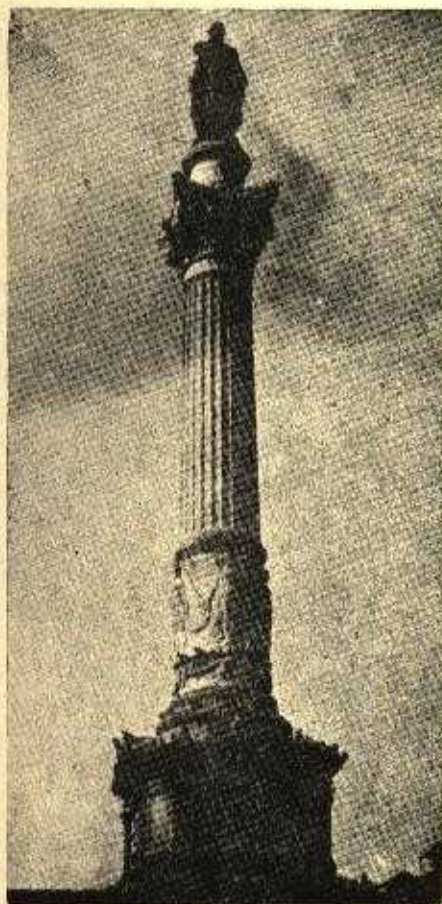
a outros, determinaram, a curto prazo, uma situação que D. Pedro considerou insustentável.

Fora o regente a Província de São Paulo e no regresso parou nas margens do ribeiro Ipiranga para ler despachos que recebera de Lisboa. E foi aqui que, com o conselho paternal como lema, lançou as bases que haveriam de conduzir o Brasil à independência.

A 1.º de dezembro de 1822, no Rio de Janeiro, D. Pedro era proclamado Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil e, em 13 de maio de 1825, D. João VI reconhecia a independência do território brasileiro.

Em março de 1826, quando da morte de D. João VI, novas complicações surgem para D. Pedro. Reconhecido como herdeiro do trono português, começou a sonhar a junção das duas coroas. Mas por pouco tempo. D. Pedro viria a outorgar a Portugal uma Carta Constitucional, abdicando do trono a favor de sua filha, D. Maria da Glória, então com seis anos.

Entretanto, combinava D. Pedro I o casamento da filha com o tio, D. Miguel, nomeando este seu lugar-tenente, em Lisboa. Paralelamente, D. Maria da Glória parte para a Europa, com o fim de ser educada em Viena de Áustria. Após ter jurado, em Viena, a Carta Constitucional portuguesa, e de escrever a D. Pedro I



NA PRAÇA D. PEDRO IV, EM LISBOA, HABITUALMENTE DENOMINADA DE ROSSIO, ARGUE-SE UMA ESTATUA AO MONARCA

uma carta em que lhe promete governar segundo aquele estatuto, D. Miguel desloca-se a Portugal, toma conta do trono e restaura o absolutismo.

Depois de se ter conservado durante três anos viúvo, D. Pedro casa, em 1829, com a princesa Amélia de Beauharnais e, devido a problemas de ordem interna, no Brasil, abdica a favor de seu filho, D. Pedro II, em 7 de abril de 1831. Embarcando para a Europa, D. Pedro vem pôr-se à frente da causa liberal portuguesa, contra D. Miguel.

Nos Açores, D. Pedro organiza a expedição liberal que, a 8 de julho de 1832, desembarca na praia que se tem chamado do Mindelo, mas que tinha, realmente, o nome de Pampelido. No dia imediato, os expedicionários entram no Porto, que é abandonado pelos miguelistas. Mas, recobrado da primeira surpresa, o exército miguelista aperta o Porto num círculo de ferro e fogo. Encerrado com as suas tropas na cidade, entre as quais os famosos Caçadores d'El-Rei, (hoje Batalhão de Caçadores 5) D. Pedro mandou fortificar à pressa a capital do Norte e tomou heroicamente parte dos perigos e privações do cerco.

Naquele período costumava D. Pedro ir rezar à igreja da Lapa. Ao legar o seu coração à cidade, como penhor de amizade pelos heróicos feitos dos habitantes, quis sua filha, a Rainha D. Maria II, que a preciosa relíquia fosse guardada no templo em que seu pai ia orar.

Entretanto, o Conde de Vila Flor, então, também já Duque da Terceira, tendo saído do Porto, de barco, com algumas tropas, desembarcava no Algarve e marchava sobre

Lisboa. Depois de atravessar o Tejo, toma a capital, em 24 de julho de 1833. Quando as notícias deste golpe liberal chegaram ao Porto, levantaram o espírito dos sitiados e fizeram com que D. Pedro, furando o cerco, tomasse o caminho de Lisboa ao mesmo tempo que D. Maria II, acompanhada da Imperatriz D. Amélia, chegavam também à capital. A pouco e pouco, os ânimos no País foram serenando.

Reunidas as cortes, estas confirmaram a regência de D. Pedro IV, mas, pouco tempo depois, este abandonava os negócios públicos; e as cortes viram-se obrigadas a declarar a maioridade de D. Maria II que, como Rainha, prestou juramento e assumiu a direção do Governo.

No mês seguinte, a 24 de setembro de 1834, morria D. Pedro, no Palácio de Queluz, depois de se despedir de um soldado do Batalhão de Caçadores 5. No seu Livro "A Corte de D. Pedro IV", Alberto Pimentel descreve, magistralmente, os últimos momentos do Imperador:

"Também quis despedir-se do Exército, representado pelo Duque da Terceira, o mais antigo dos marechais.

E disse ao Coronel Pimentel (depois Barão de Campanhã), seu ajudante de campo, e Comandante efetivo de Caçadores 5, de que o Imperador era Coronel honorário, que lhe fosse buscar um soldado desse Batalhão para lhe exprimir toda a gratidão que sentia pelos heróicos serviços que os bravos soldados do cerco do Porto, haviam prestado a ele, pessoalmente e à causa da Liberdade.

O mais rapidamente que pôde, Pimentel voltou acompanhado de um soldado, o n.º 82, da 1.ª Companhia, Manuel Pereira que, a passos incertos, muito perturbado, seguia o seu Comandante.

Dir-se-ia que, tímido e confuso, entrava num templo, esse valente soldado a cujos ouvidos, tantas vezes, tinham assobiado as balas do cerco do Porto.

O 82 era um ilhéu, nascera na ilha de S. Jorge: alto, forte, com uns olhos pardos, que as lágrimas afogavam nesse momento, tamanha era a sua comoção.

Tinha trinta e sete anos: estava em pleno vigor da vida. Havia assentado praça em 1815, e viera de S. Miguel, com a expedição libertadora. Fizera, pois, toda a campanha até à Convenção de Évora-Monte. Pendia-lhe ao peito a medalha da Torre e Espada.

O Imperador, recostado em altas almofadas, chamou-o para junto do leito. O 82 tremia, sentia dobrarem-se-lhe as pernas. D. Pedro, não sem dificuldade, desencostou-se, lançou o braço direito sobre o pescoço do soldado:

“Transmite aos teus camaradas — disse o Imperador com voz ofegante —, este abraço, em sinal da justa saudade, que me acompanha

neste momento e do apreço em que sempre tive os seus relevantes serviços...”

O 82, curvado e trémulo, chorava, como uma criança. Parecia chumbado ao chão, sem poder mover-se. Foi preciso tirá-lo dali, levando-o pela mão, como se fosse um cego.

Por muito tempo, Manuel Pereira ficou padecendo de ataques nervosos devidos à comoção desse dia. Foi-lhe concedida uma pensão mensal de dois mil e quatrocentos réis, e, em 1838, passou à classe de veteranos reformados. Residia na Rua da Atalaia, 165, 2.º onde faleceu, a 14 de outubro de 1871”.

Com todas as honras que lhe eram devidas, o corpo de D. Pedro foi transportado de Queluz para Lisboa, depois de lhe extrair o coração, e encerrado em mausoléu, no Panteão de Bragança, localizado na Igreja de São Vicente de Fora.

Quando, há cerca de um ano, o Governo Brasileiro pediu ao Governo Português a trasladação dos restos mortais do seu primeiro Imperador, o Presidente da República, Alm. Américo Tomás, acedeu ao pedido, dignando-se, inclusive, acompanhar o esquife a terras de Vera Cruz.

Do “Jornal do Exército de Portugal”.

As Condições Meteorológicas no Combate

"A ação de guerra é sempre contingente, o que quer dizer que ela se apresenta sempre de maneira imprevista, que é infinitamente variável, que jamais tem um precedente."

DE GAULLE

Contribuindo para as contingências da guerra, o tempo, isto é, as condições meteorológicas, continua a influir na sorte das batalhas, surpreendendo muitas vezes os Exércitos engajados no combate.

Para o General Raoul Salan, o mais condecorado do Exército francês e um dos derrotados de Diem Bien Phu, se Giap não vencesse até 15 de maio, começo do período das chuvas, todo seu enorme esforço estaria perdido, pois teria iniciado sua ofensiva muito tarde, e seus carros de combate não teriam sido suficientemente rápidos. Assim, mais uma vez o tempo comparece como elemento de primeira grandeza, decisivo mesmo, para o desenrolar das batalhas. De um modo geral, todas as operações

militares, de qualquer vulto, são afetadas pelas condições meteorológicas. Ao mecanizar suas forças, Giap fez da estação das chuvas um inimigo a temer, ela que vinha sendo sua grande aliada.

Nas guerras conduzidas por tropas ditas "irregulares", quando as ações adquirem características especiais de fluidez e de inconstância, os transtornos causados pela incidência de perturbações meteorológicas cabem no rol de inquietações e dos distúrbios desejáveis, destinados a abalar os planos do inimigo e a prejudicar as ações de seus efetivos convencionais.

Na campanha da Rússia, na II Guerra, as forças alemãs haviam conseguido grandes sucessos em

uma poderosa investida inicial. Mas o alongamento das linhas de suprimento e a rudeza do inverno contribuíram para arrastar as tropas invasoras à derrota. Já antes, em novembro de 1939, Hitler, que pretendia atacar a França, adiava a operação atendendo a ponderações veementes dos comandos subordinados, inquietos com as precárias condições atmosféricas. Em vista do frio excepcional do inverno de 1940, mais de uma dúzia de vezes foi adiado o ataque alemão. Posteriormente, em operações através da Bélgica, a Força Aérea alemã não conseguiu evitar a evacuação dos britânicos, na retaguarda de Dunquerque, principalmente em razão do péssimo tempo.

Como as condições atmosféricas não permitiam desembarques posteriores à primeira quinzena de outubro de 1940, Hitler foi levado a decidir não mais realizar naquele ano a Operação-Scalion, acatando a opinião de seu comando naval. Preferiu deslocar divisões para a frente oriental. A Operação-Barbarossa, destinada a conquistar a Rússia, só poderia, no entanto, ser iniciada a contento após 15 de maio, pois era necessário esperar que secasse a lama causada pelo degelo da primavera. As unidades mecanizadas que tentassem a travessia em abril seriam logo imobilizadas pelos rios e riachos invadidos por torrentes de água. Em outubro, o *Rasputitza* ou período de lama de outono tornava difícil a progressão, imobilizando veículos pesados.

No fim do verão, quando o Marechal von Brauchitsch compre-

endeu que a guerra se prolongaria pelo inverno, solicitou a Hitler medidas para assegurar o suprimento de agasalhos e equipamentos para enfrentar o frio. A água congelava nas caldeiras das locomotivas não fabricadas para suportar o inverno russo, e só agüentavam metade da carga normal, quando não ficavam imobilizadas pela neve. A 40 graus abaixo de zero, o vinho congelava e partia as garrafas. O solo resistia à "Organização Terreno" enrijecido pelo gelo. Solidificavam-se os fluidos lubrificantes dos canhões e das metralhadoras. As culatras ficavam emperradas. Os motores dos carros eram aquecidos por fogueiras. Mas suas lagartas e rodas derrapavam e os veículos corriam para valetas onde ficavam presos.

A arte da guerra não pode prescindir, em qualquer momento, do exame das condições climáticas e meteorológicas. Mudanças de estado atmosférico, alterações na luminosidade, na temperatura, na umidade, chuvas e ventos, nuvens de poeira, afetam o comportamento das facções em luta. Suas reações podem ser diferentes mas, deste ou daquele modo, atingem o desenvolvimento da campanha e alteram os resultados táticos e estratégicos. As atividades logísticas, de armazenamento, transporte, distribuição e reposição, em apoio às tropas desgastadas na campanha, sofrem muito das contingências do tempo, que não somente ditam o uso de equipamentos, fardamentos e veículos, como também regulam a viabilidade, a velocidade e a eficiência

dos transportes terrestres, aéreos, fluviais e marítimos.

Nos altos escalões, como os do Exército, os Estados-Maiores necessitam de informações e estudos climáticos e meteorológicos procedidos com antecipação de meses, para elaborar suas previsões e estimativas. *Relatórios Meteorológicos* circunstanciados indicam as condições verificadas em períodos de três meses. *Sumários de Clima* são expedidos aos comandos subordinados com antecipação de seis meses. São elementos que servem às diferentes seções para orientar planos, estados de situação e propostas concernentes aos assuntos específicos que lhes são afetos.

Na guerra antiinsurreccional a importância das condições meteorológicas adquire novos valores e conotações. De qualquer modo, porém, não é prescindível o exame detalhado das condições de clima e de tempo, em todos os escalões. Muitas das decisões são condicionadas a circunstâncias de chuva, luminosidade, vento e temperatura. Temporais, marés, crepúsculos e fases da Lua também têm implicações de combate nesse tipo de operações.

Em suas *Memórias de Guerra*, conta De Gaulle que pretendeu atacar Dacar, então em poder de colaboracionistas de Petain, de maneira indireta, desembarcando longe dos centros vitais, para depois progredir com a bandeira da França Livre, sobre a capital da colônia. Levou seu projeto a Churchill em julho de 1940. Em agosto, o líder britânico o convocou para Downing Street que, por

tradição, serve de sala de trabalho do Primeiro-Ministro e local de reunião do Governo de Sua Majestade. Ali, sobre uma imensa mesa que ocupava quase toda a peça, fez desenrolar enormes mapas, diante dos quais ele ia e vinha falando com animação. Churchill, dentro desse clima de entusiasmo, apresentou outro plano para que De Gaulle tomasse posse de Dacar.

"É preciso — disse ele a De Gaulle — que tomemos Dacar juntos. É fundamental para você. Porque, se a operação tiver êxito, eis que grandes meios franceses entram na guerra ao nosso lado. É isso muito importante para nós. Porque a possibilidade de utilizar Dacar como base nos facilitará muito as coisas na dura batalha do Atlântico. Assim, depois de ter conversado com o Almirantado e os chefes do Estado-Maior, posso lhe dizer que estamos dispostos a participar da expedição. E pretendemos consagrar nela uma esquadra considerável." A seguir, Churchill, eloquente e pitoresco, pintou o seguinte quadro: "Dacar se acorda, certa manhã, triste e incerta. Ora, ao sol levante, eis que os habitantes percebem o mar coberto de navios, ao longe. Uma frota imensa! Cem navios de combate e carga! Estes se aproximam lentamente, enviando pelo rádio, à cidade, à marinha, à guarnição, mensagens de amizade. Alguns levam o pavilhão tricolor. Outros navegam sob as cores britânicas, holandesas, polonesas, belgas. Desta esquadra aliada destaca-se um inofensivo barquinho conduzindo o pavilhão branco dos parlamentares. Ele entra no porto

e desembarca enviados do General De Gaulle. Estes são conduzidos ao Governador de Dacar. Trata-se de fazer compreender a este personagem que, se deixaram que você desembarque, a frota aliada se retira e que só se tratará de ajustar, entre ele e você, as condições de uma cooperação. Se ao contrário, ele quiser o combate, corre o risco de ser esmagado."

De Gaulle, diante da insistência de Churchill, que, afinal de contas, é quem dispunha da esquadra, concorda com o plano. A grandiosa operação é monta-

da. Mas não obteve êxito, pois na gloriosa manhã em que a população assustada de Dacar e seu Governador deveriam perceber no horizonte o mar coberto de navios de guerra, nada viram. Caira uma espessa e impenetrável cerração que anulava a parte essencial do plano do imaginoso Primeiro-Ministro de Sua Majestade. Mais uma vez, um tempo imprevisto comparecia para alterar as contingências da guerra. E a esquadra não podia aguardar melhores condições atmosféricas, pois devia operar imediatamente em outras áreas.

A METEOROLOGIA NO "DIA D"

Naquele dia, antes da decisão final, Dwight Eisenhower e seus companheiros de comando na Operação Overlord — o desembarque aliado nas costas da Normandia — tiveram que ouvir a palavra de um coronel: J. M. Stagg, um escocês da Royal Air Force, que presidia os serviços de meteorologia das Forças Aliadas. Havia semanas que Stagg vinha municiando o Comando Aliado, a cada manhã, com um mapa do tempo para as 48 horas seguintes.

Centenas de milhares de soldados não poderiam ficar indefinidamente amontoados em acampamentos e tendas, isolados do mundo exterior, por exigências de segurança, enervados pelo confinamento atrás do arame farpado e sob tensão. Tirá-los dali, porém, implicava uma coincidência feliz no mosaico: visibilidade boa, ventos moderados, preamar ao alvo-

recer, lua cheia na noite anterior, além do outro preamar antes do anoitecer.

OBSTACULOS

A propaganda de Goebbels falava da Muralha do Atlântico: o litoral era a *Hauptkampflinie*, a principal linha de resistência contra o assalto esperado à Fortaleza Europa. E ela exigiu toda a imaginação de Rommel, que não podia mais contar com tropas de elite, com armamentos em abundância e com um apoio logístico comparável, mesmo de longe, àquele que os Aliados haviam acumulado, durante meses, na Inglaterra.

Rommel fixou postes nas campinas contra a aterragem de planadores; fincou trilhos na areia coberta pela maré alta, como obs-

táculos antitanques; inventou tetraedros de cimento, "cavalos de frisas", munidos de gumes contra a borracha dos barcos infláveis — tudo num esforço desesperado para cobrir as brechas de um sistema defensivo reduzido precariamente ao indispensável. Eisenhower sabia disso e precisava tanto da maré baixa, para a demolição dos obstáculos, quanto da maré alta, um pouco mais tarde, permitindo que os botes de desembarque pudessem chegar até às praias.

Para lançar os primeiros pára-quedistas, à espera dos desembarques aos primeiros minutos da manhã, era necessário uma noite de lua; tinha que ser entre 5 e 8 de junho, para se encontrar uma concordância entre as marés e a visibilidade matinal — indispensável a um último bombardeio das costas, logo antes de serem alcançadas pelos invasores. Adiar para duas semanas mais tarde, seria perder a vantagem do luar.

Na madrugada de 4 de junho, Eisenhower tinha se decidido pelo dia seguinte e se dirigia para Southwick, ponto de reuniões do QG Aliado: o céu estava limpo e cheio de estrelas, Stagg dissuadiu-o; e os comboios formados na Escócia só receberam a contra-ordem quando já haviam sido colhidos, no mar da Irlanda, por uma furiosa tempestade. Eisenhower ordenou um adiamento por 24 horas, contra a vontade de um dos comandantes que queria ter atacado sob qualquer tempo.

CIENTISTA, NÃO PROFETA

No mesmo dia 4, à noite, Stagg mostrava o mapa do tempo aos comandantes: o mau tempo continuava, mas havia sinais de ligeira melhora. Só não pôde prometer quanto os comandantes pretendiam, porque, se o fizesse, "não seria um meteorologista, seria um adivinho." Nova reunião às primeiras horas de 5 de junho, com o General Walter Bedell Smith, o Marechal-do-Ar Arthur Tedder, o Almirante Bertram Ramsey, além de Bradley, Montgomery e Eisenhower; Stagg explicou que, entre as depressões que avançavam, uma após outra, para a costa francesa, havia uma área de alta pressão, que poderia garantir 36 horas de bom tempo — talvez mais.

As fases da Lua e as marés tinham também dado a pista aos alemães — só que para quase um mês antes, para 18 de maio. Perdida a ocasião, supunham, os Aliados só voltariam a tentar um desembarque pelo mês de agosto. De pouco adiantou ter o Coronel Helmuth Meyer, do XV Exército alemão, captado, na rádio inglesa, os dois primeiros versos da *Chanson d'Automne*, de Verlaine, que eram o código prenunciador do desembarque, para a Resistência francesa.

O deslocamento de uma frota colossal, captado pelos radares a 6 de junho, foi atribuído a um

truque eletrônico, uma manobra dispersiva, embora durasse horas. Naquele dia, a divisão de *panzers* disposta em Caen só foi acionada pela tarde; Hitler acordou às 10h

da manhã. E o nascer do Sol fora às 5h47min, a maré alta, às 10h33min: entre 6h e 8h25min da manhã fazia-se o desembarque e começava a marcha para a vitória.

PARA O FUTURO, AS ARMAS GEOFÍSICAS

Até agora, o tempo e o clima têm sido um dos principais fatores de condicionamento das ações bélicas — o sucesso destas dependendo das boas condições atmosféricas e climáticas. No futuro, a situação poderá se inverter: o homem controlando e manipulando os fenômenos meteorológicos, para transformá-los em mais um instrumento de força e discussão militar.

Gordon J.F. MacDonald, professor e diretor adjunto do Instituto de Geofísica e Física Planetária da Universidade da Califórnia, no artigo *Como Perturbar a Natureza*, escreve sobre essas "armas geofísicas", pretendendo demonstrar que elas são particularmente apropriadas às guerras clandestinas ou secretas.

A chave da guerra geofísica, explica MacDonald, "é reconhecer as situações naturais instáveis às quais é bastante acrescentar uma pequena quantidade de energia para libertar quantidades muito maiores de energia. Trata-se de situações em que a natureza armazenou, sobre a Terra ou no meio circundante, uma energia bastante superior à média... A liberação desta energia poderia ocasionar efeitos mundiais (modificações do tem-

po) ou locais (tremores de terra provocados ou chuvas abundantes)."

Entre os artifícios para a modificação do tempo, MacDonald prevê o controle das chuvas e a ação dirigida dos furacões. As experiências com chuvas artificiais já demonstraram que a in-seminação contínua das nuvens (feitas com produtos químicos) em regiões secas pode absorver umidade suficiente para impedir a queda de chuvas em uma distância de 1.500 quilômetros. Através de uma sabotagem da atmosfera, um país poderia condenar outro a anos de seca e a manobra passaria despercebida, uma vez que a estiagem prolongada seria atribuída a fatores naturais.

"Uma nação possuidora de tecnologia avançada em termos de manipulação do meio ambiente seria assim capaz de desfechar golpes severos nos adversários sem jamais revelar as suas intenções", comenta MacDonald.

Da mesma forma que as chuvas, os furacões poderão ser guiados por mecanismos que permitam o controle da sua energia e direção. Os furacões resultam de uma interação entre a superfície do mar e as camadas de ar que lhe ficam imediatamente acima. Empregando-se películas

mononucleares (semelhantes às usadas sobre as águas dos reservatórios para reduzir a evaporação), seria possível interferir nessa interação; em seguida, processos de inseminação seletiva das camadas atmosféricas poderiam favorecer a criação de sistemas de *pilotagem* — com rotas e objetivos predeterminados — para os furacões.

O professor da Universidade da Califórnia faz ainda referência a modificações do clima, provocadas pelo ataque ao ozônio, elemento componente de uma das camadas da atmosfera (a sua

importância é vital, pois protege a superfície da Terra da incidência direta dos mortíferos raios ultravioletas do Sol). O ozônio absorve os raios e se reconstitui diariamente, mas se poderia abrir um *buraco* temporário na sua camada, bem em cima do objetivo que se quisesse destruir. O *buraco* seria feito por meio de um desintegrador físico ou químico: por exemplo, um ralo ultravioleta com comprimento de onda de 250 milimicrons, que é capaz de decompor as moléculas do ozônio.

Do "Jornal do Brasil".



EUA

CONFRONTO NUCLEAR

5.700 OGIVAS NUCLEARES

URSS

2.500 OGIVAS NUCLEARES



COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1970/73)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Moacyr Barcellos Potyguara
Diretor-Secretário — Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Diretor-Administrativo — Cel Art Osmany Maciel Pillar

CONSELHEIROS

Gen Bda Arnaldo José Luiz Calderari
Cel Cav Ivan Lauriodó de Santana

CONSELHO FISCAL

Cel Cav João Severiano da Fonseca Hermes Neto
Ten Cel Cav Cezar Marques da Rocha
Ten Cel Cav Jerônimo Machado Fonseca

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Redatores: Cel Cav Demócrito Corrêa Cunha
Ten Cel Cav Nilson Ferreira de Mello
Ten Cel Inf Adel Alves Cardozo
Ten Cel Inf Euromy da Paixão Dias Telles Pires
Ten Cel Inf Gelse Ferrari